



**CENTRO DE ESTUDOS
DOS POVOS E CULTURAS
DE EXPRESSÃO PORTUGUESA**

Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Católica Portuguesa

AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA ESCOLHAS 5.^a GERAÇÃO

2.º Relatório Intercalar



Joaquim Azevedo (Coord.)

Ana Cláudia Valente

Isabel Baptista

Luisa Trigo

Rodrigo Queiroz e Melo



**CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE
EXPRESSÃO PORTUGUESA
Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Católica Portuguesa**

AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA ESCOLHAS (5ª Geração)
2.º Relatório intercalar

Joaquim Azevedo (Coord.)

Ana Cláudia Valente

Isabel Baptista

Luísa Ribeiro Trigo

Rodrigo Queiroz e Melo

Porto

Dezembro . 2014

Ficha técnica

Título

Avaliação externa do *Programa Escolhas* (5ª Geração) - 2.º Relatório intercalar

Autores

Joaquim Azevedo (Coord.); Ana Cláudia Valente; Isabel Baptista; Luísa Ribeiro Trigo; Rodrigo Queiroz e Melo

Colaboração

André Xavier de Carvalho; Raquel Pacheco

Edição

Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa - CEPCEP

Local e data

Porto, dezembro de 2014

Índice geral

Nota prévia	7
Introdução	8
1ª PARTE 5 GERAÇÕES DO PROGRAMA ESCOLHAS (2001-2014)	10
1. Programa Escolhas – missão e princípios orientadores	11
2. Prioridades estratégicas de cada geração	12
3. Modelo de governança e cultura institucional	20
4. Modelo de intervenção e filosofia de ação	25
5. Linhas de continuidade transgeracional	28
6. Principais resultados	30
6.1. Impactos do Escolhas tendo por base resultados do Questionário aos jovens. Caracterização dos participantes	32
Variáveis socioculturais	38
Variáveis escolares	41
Perceções dos jovens relativamente a si próprios	52
Autoestima dos jovens	52
Empowerment dos jovens	54
Perceções dos jovens relativamente ao contexto familiar e ao grupo de pares	58
Escala de perceção da relação com a família	58
Escala de Imagem Social do Grupo de Pares	61
Perceções dos jovens relativamente ao Projeto e ao Programa Escolhas	62
Discussão dos resultados	67
6.2. Impactos do Escolhas tendo por base resultados do estudo de casos.	68
2ª PARTE PROGRAMA ESCOLHAS - 5ª GERAÇÃO (2013-2015)	79
1. Escolhas 5ª Geração – medidas e projetos	80
2. Rede local de atores	86
3. Acompanhamento, formação e avaliação	91
4. Dinâmicas de intervenção	94
5. Constrangimentos e dificuldades	99
6. Oportunidades e linhas de força	102
3ª PARTE A IDENTIDADE ESCOLHAS	106
1. Um programa com história(s)	107
2. Um programa socialmente relevante	107
3. Um programa inovador	110
4. Um programa aprendente	112
5. Um programa de referência	115
Distinções Nacionais – Programa Escolhas	115
Distinções Internacionais – Programa Escolhas	115

Considerações finais	117
Bibliografia	119
ANEXOS	122
Anexo 1. Listagem de Recursos Escolhas, segundo as temáticas	123
Anexo 2. Listagem das respostas dadas pelos jovens sobre o que querem fazer no futuro	129
Anexo 3. Exemplos de Iniciativas nacionais globais – Programa Escolhas	135

Índice de quadros

Quadro 1 - Evolução do Programa Escolhas – 2001 a 2015	17
Quadro 2 - Número de Instituições Candidatas: Recebidas x Financiadas – Total (Parceiras)	82
Quadro 3 - Os 12 projetos selecionados para o estudo de casos	84
Quadro 4 - Roteiro metodológico	85

Índice de figuras

Figura 1. “Nuvem de palavras” gerada com base nos resultados dos instrumentos aplicados na avaliação da 5ª Geração.	24
Figura 2. Distribuição dos participantes em função da idade (N = 222).	33
Figura 3. Distribuição dos participantes pelos 12 Projetos “Escolhas” selecionados para os estudos de caso (N = 222).	34
Figura 4. Naturalidade dos jovens (N = 212).	35
Figura 5. Naturalidade do pai (N = 212).	36
Figura 6. Naturalidade da mãe (N = 212).	36
Figura 7. Tempo de residência dos jovens em Portugal (N = 215).	37
Figura 8. Tempo de residência no bairro ou na zona onde o projeto funciona (N = 222).	38
Variáveis socioculturais	38
Figura 9. Escolaridade dos pais (N = 222).	39
Figura 10. Ocupação dos pais (N = 222).	39
Figura 11. Número de livros em casa (N = 222).	40
Figura 12. Leitura de livros não relacionados com a escola (N = 222).	40
Figura 13. Existência de computador em casa com ligação à internet (N = 222).	41
Figura 14. Ocupação dos jovens (N = 222).	41
Figura 15. Ano de escolaridade em que os jovens se encontram (N = 201).	42
Figura 16. Modalidades de Educação/Formação (N = 201).	42
Figura 17. Número de reprovações de ano (N = 222).	43
Figura 18. Faltas Injustificadas das pelos alunos (N = 201).	43
Figura 19. Aulas de apoio na escola (N = 201).	43
Figura 20. Atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).	44
Figura 21. Atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).	45
Figura 22. Atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).	46
Figura 23. Ranking atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).	47
Figura 24. Até que ano os jovens pensam estudar (N = 201).	48
Figura 25. Escala de Autoestima (N = 222).	53
Figura 26. Ranking escala de autoestima (N = 222).	54
Figura 27. Escala de controlo sociopolítico para jovens (N = 220).	55
Figura 28. Escala de controlo sociopolítico para jovens (N = 220).	56
Figura 29. Ranking escala de controlo sociopolítico para jovens (N = 220).	57
Figura 30. Escala de perceção da relação com a família (N=217).	58
Figura 31. Escala de perceção da relação com a família (N=217).	59

Figura 32. Ranking escala de percepção da relação com a família (N=217).	60
Figura 33. Escala de imagem social do grupo de pares (N = 212).	61
Figura 34. Ranking escala de imagem social do grupo de pares (N = 212).	62
Figura 35. Antiguidade no Projeto/Programa Escolhas (N = 206)	63
Figura 36. Frequência da participação no Projeto/Programa Escolhas (N = 206).	63
Figura 37. Percepções dos jovens relativamente ao Programa Escolhas (N = 206).	64
Figura 38. Percepções dos jovens relativamente ao Programa Escolhas (N = 206).	65
Figura 39. Ranking percepções dos jovens relativamente ao Programa Escolhas (N = 206).	66
Figura 40. Distribuição territorial dos projetos do Programa Escolhas 5G.	81
Figura 41. “Nuvem de palavras” gerada com base nos GDF com os membros dos consórcios.	87
Figura 42. “Nuvem de palavras” criada com base na definição do Programa Escolhas dada pelos Consórcios e pelas Equipas Técnicas	111

Nota prévia

Uma nota prévia a este Relatório Intercalar para a Equipa da Universidade Católica Portuguesa sublinhar um profundo agradecimento a quantos nos apoiaram nesta tarefa de conhecer, reconhecer e dar a conhecer o que é o Programa Escolhas.

Um gesto de gratidão a todos quantos nos abriram as portas nos doze projetos Escolhas selecionados para uma análise mais aprofundada: em todo o lado fomos acolhidos com simpatia, hospitalidade e verdade, em todo o lado nos organizaram visitas e reuniões com jovens, famílias e consórcios.

Um agradecimento especial ao Alto-Comissário e aos coordenadores regionais, que têm sido inextinguíveis no seu apoio à avaliação.

A Equipa da UCP

Introdução

O presente documento corresponde ao 2º Relatório Intercalar da 5ª Avaliação Externa do Programa Escolhas (PE), previsto no âmbito do respetivo contrato de prestação de serviços, referindo-se à descrição e análise dos dados resultantes da avaliação desenvolvida no período temporal compreendido entre 02 /11/2013 e 31/11/2014, em conformidade com o roteiro metodológico apresentado no 1º Relatório Intercalar (Fevereiro 2014).

O processo avaliativo da 5ª Avaliação Externa termina com a entrega do Relatório Final em Setembro de 2015.

O Programa Escolhas, criado em Janeiro de 2001 sob a tutela da Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, conta atualmente com cinco fases distintas de desenvolvimento – *5 Gerações* – constituindo-se como um modelo de referência, nacional e internacional, no âmbito das políticas públicas direcionadas para a promoção da inclusão social das crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos especialmente vulneráveis.

Partindo deste pressuposto, a 5ª Avaliação Externa assumiu como prioridade fundamental a validação interna e externa do PE, procurando sistematizar dados relativos aos seus 13 anos de história (2001-2014) e de forma a evidenciar os aspetos mais relevantes e distintivos do *Escolhas*.

Enquadrado por esta preocupação estratégica, o 2º Relatório Intercalar estrutura-se em três partes fundamentais, sendo a primeira dedicada à caracterização do PE nas suas *5 Gerações*, destacando os princípios orientadores, as áreas estratégicas de intervenção, o modelo de governança, a cultura institucional, o modelo de intervenção, a filosofia de ação, as linhas de continuidade transgeracional e os principais resultados.

A segunda parte centra-se na análise dos 110 projetos financiados pela 5ª Geração do Programa Escolhas (2013-2015), feita em alinhamento com as prioridades desta avaliação externa e com um foco especial no estudo de 12 projetos em concreto, de modo a evidenciar as principais linhas de intervenção, a rede local de atores, as práticas de acompanhamento, formação e avaliação, as dinâmicas de referência, os constrangimentos e as linhas de força.

Pesando todos os dados sistematizados e analisados no âmbito desta avaliação, na terceira e última parte deste relatório destacam-se os eixos constitutivos da *Identidade Escolhas*, aqueles que fazem do PE um programa distintivo, socialmente relevante, inovador e aprendente e que, como tal, deverá ser amplamente reconhecido, partilhado e, se possível, replicado.

Ao longo de todo o relatório, é dado especial realce à palavra dos próprios atores, procurando assim valorizar a forma como o PE é percecionado e apreciado pelos seus destinatários, ou

seja, pelos seus participantes diretos e indiretos (jovens e famílias), bem como pelos decisores, coordenadores técnicos, consórcios, equipas técnicas e dinamizadores comunitários.

Este relatório termina com considerações finais, sublinhando, em síntese, os aspetos mais emblemáticos do Programa, numa perspetiva de preparação do processo posterior de submissão dos resultados a um processo de *Peer Review* internacional.

1ª PARTE

5 GERAÇÕES DO PROGRAMA ESCOLHAS (2001-2014)

1. Programa Escolhas – missão e princípios orientadores

O Programa Escolhas, criado em 2001 e atualmente na sua 5ª fase de execução, a decorrer até 31 de Dezembro de 2015, define-se como um programa governamental de âmbito nacional, ancorado em projetos localmente planeados e especificamente vocacionado para a promoção da inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos especialmente vulneráveis.

Para identificar os pilares identitários do PE e avaliar sobre a sua relevância político-social, a 5ª avaliação externa procedeu à sistematização de um conjunto elementos de carácter comparativo relativos às 5 gerações do Programa, tendo por base a análise intensiva dos seguintes documentos:

- Relatórios de avaliação externa do Programa Escolhas (1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª gerações);
- Relatórios semestrais e anuais de atividades;
- Documentos produzidos no âmbito do Programa Escolhas.
- Informação proveniente da plataforma AGIL
- Documentos específicos produzidos no âmbito da avaliação externa da 5.ª geração.

A dinâmica de cada projeto Escolhas encontra-se subordinada a um conjunto de princípios gerais, enunciados sucessivamente no âmbito das 5 gerações do Programa e que atualmente (Despacho Normativo, 17/2012) correspondem aos seguintes: (i) planeamento estratégico; (ii) parcerias; (iii); participação, (iv) diálogo intercultural, (v) mediação; (vi) inovação social, (vii) empreendedorismo.

Estes princípios norteiam toda a intervenção, estando já largamente apropriados pelos diversos atores:

“São os principais ‘princípios’, os nossos eixos identitários, onde nós assentamos, no fundo, a filosofia de intervenção do Programa Escolhas.”

(Entrevista em painel com coordenadores do Programa Escolhas)

Por sua vez, aos princípios orientadores correspondem áreas estratégicas de intervenção, destacando-se neste contexto as áreas priorizadas pela 5ª geração: inclusão escolar e educação não formal; formação profissional e empregabilidade; dinamização comunitária e cidadania; inclusão digital; empreendedorismo e capacitação.

O PE assumiu inicialmente um carácter essencialmente experimental, mas a necessidade da sua continuidade viria a ser equacionada politicamente, tendo por base o reconhecimento “da importância sociopolítica que a problemática da integração juvenil continuava a ter e no facto de se terem criado dinâmicas ao nível do terreno, às quais era importante assegurar

continuidade, quer pela importância do trabalho desenvolvido, quer pelos conhecimentos técnicos acumulados na 1ª fase do Programa” (Centro de Estudos Territoriais, 2007: 39).

Atestando uma longevidade notável e que só por si constitui uma marca distintiva e um indicador a ter em conta, o PE conta atualmente com 13 anos de desenvolvimento, tendo vindo a ajustar a sua intervenção a uma problemática social particularmente complexa, em mudança ao longo dos anos e de crescente importância, constituindo-se cada vez mais como uma política social de referência, tanto no contexto nacional como internacional.

2. Prioridades estratégicas de cada geração

Em 2001, o ano da sua criação, o Escolhas define-se como um Programa para a Prevenção da Criminalidade e Inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro), assumindo então uma lógica de intervenção essencialmente preventiva da delinquência juvenil e de promoção da inserção social de crianças e jovens, entre os 12 e 18 anos de idade.

Durante a primeira fase do Escolhas, que decorreu entre Janeiro de 2001 e Dezembro de 2003, foram implementados 50 projetos, visando intervir designadamente junto das crianças e jovens que se encontravam num “processo de início ou desenvolvimento de uma carreira de prática de factos, que a lei penal qualifica como crime” (Resolução do Conselho de Ministros N.º 4/2001).

Os 50 bairros e freguesias dos três distritos previamente identificados no texto da resolução referente à 1ª geração, e sinalizados pela experiência de terreno das instituições e serviços contactados (Ministérios da Educação, da Justiça e da Administração Interna), objeto da intervenção do Escolhas na sua primeira fase, delimitavam contextos socioeconómicos desfavorecidos de bairros urbanos, nos centros envelhecidos e nas periferias das grandes cidades, “susceptíveis de necessitar de uma intervenção imediata e articulada de modo a evitar que um grande número de crianças e jovens aí residentes se encaminhe para a prática reiterada e continuada de crimes”.

Em Maio de 2004, o programa é renovado e a sua 2ª Geração iria decorrer até setembro de 2006 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 Abril). Introduzem-se significativas alterações na sua configuração, nomeadamente a nível organizativo, âmbito territorial de implementação, destinatários e modelo de acesso, mas a principal alteração decorreria do redireccionamento do programa e da sua ação: da prevenção da criminalidade para a promoção da inclusão social.

Nesta fase, a promoção da inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos desfavorecidos incluía, como uma das áreas estratégicas de intervenção, a prevenção do insucesso educativo e o combate ao abandono escolar, através da inserção escolar e da formação profissional, mantendo a dinamização de atividades de ocupação dos tempos livres, a promoção da participação comunitária e introduzindo, pela primeira vez, o acesso às tecnologias de informação e comunicação (Medida 4: inclusão digital, de carácter transversal às restantes medidas e cofinanciada pelo POSI¹).

As crianças e jovens sujeitos a medidas de promoção e proteção ou a medidas tutelares educativas mantinham-se como um dos focos da intervenção, mas esta 2ª geração do Escolhas alargava o seu público-alvo a crianças e jovens, dos 6 anos aos 18 anos, e incluía explicitamente descendentes e familiares de imigrantes e de minorias étnicas. Por outro lado, desde que devidamente fundamentado em fase de diagnóstico, era possível incluir jovens dos 19 aos 24 anos, familiares das crianças e jovens abrangidos e instituições cujo envolvimento se comprovasse pertinente.

Com uma implementação que se estende nesta fase ao território nacional, ainda que continue centrada em contextos socioeconómicos desfavorecidos e a bairros mais problemáticos, são implementados 87 projetos distribuídos por 54 concelhos de Portugal continental e Regiões Autónomas.

Em dezembro 2006, a Resolução do Conselho de Ministros nº 80/2006 procede à renovação do Programa Escolhas, agora na sua 3ª geração e que viria a decorrer até novembro de 2009, procurando reforçar o apoio a projetos de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis e reconhecendo o maior risco de exclusão social e cultural dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas. Numa linha de consolidação daquela que tinha sido a experiência anterior, a 3ª fase do PE estruturava-se então em quatro áreas estratégicas de intervenção: (1) inclusão escolar e educação não formal; (2) formação profissional e empregabilidade; (3) participação cívica e comunitária; (4) inclusão digital.

Procurou-se nesta fase sobretudo reforçar o desenvolvimento das atividades no domínio do combate ao insucesso e abandono escolar, não apenas através da inserção ou reinserção escolar mas também reconhecendo importância e o papel que a chamada educação não formal podia assumir na inclusão social destas crianças e jovens.

No mesmo contexto, autonomizava-se a vertente da formação profissional e da promoção da empregabilidade numa medida específica, correspondendo deste modo ao alargamento efetivo, até aos 24 anos de idade, do público-alvo do programa, e visando a orientação e o encaminhamento para formação profissional, o acesso ao emprego e o desenvolvimento de

¹ Programa Operacional para a Sociedade da Informação.

competências pessoais, sociais e profissionais que facilitassem percursos de qualificação e de transição para o mercado de trabalho.

Reforçava-se também o envolvimento das famílias no acompanhamento do processo de desenvolvimento das crianças e jovens e estimulava-se o trabalho de proximidade de índole comunitária baseado na participação e cidadania ativa, nomeadamente através de uma maior participação dos jovens na elaboração e implementação dos projetos, uma das recomendações das avaliações interna e externa entretanto realizadas.

O combate à infoexclusão, respeitante a um dos princípios orientadores matriciais, mantém-se através da medida 4, como alicerce das atividades desenvolvidas e da estratégia de desenvolvimento de competências para a integração social e profissional.

Já com uma implementação nacional, o Escolhas alarga neste período (de 2007 a 2009) o seu raio de ação, com 120 projetos distribuídos por 71 concelhos do território nacional.

Entre 2010 e 2012, o PE entra na sua 4ª geração depois de renovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2009 de 23 de Julho. Reforça a sua presença no terreno, com um aumento do seu financiamento global e um maior número de projetos apoiados – 134 projetos que abrangem 89.232 participantes – no conjunto do país.

Às quatro áreas estratégicas de intervenção do período anterior, acrescenta uma quinta área prioritária que visa estimular o empreendedorismo e a capacitação dos jovens e reforça a intervenção nas problemáticas de formação profissional e empregabilidade, refletindo uma conjuntura de crescente desemprego juvenil em Portugal, e com especial expressão nos contextos sociogeográficos onde estão implementados estes projetos (Centro de Estudos Territoriais, 2010).

A preocupação pelo emprego é particularmente distintiva e importante nesta fase e traz novos desafios ao Programa. Os objetivos definidos contemplam a (1) promoção de competências para a empregabilidade; (2) o encaminhamento e a integração no mercado de trabalho através do acesso ao emprego ou a estágios; (3) o estímulo ao empreendedorismo jovem, através da criação do próprio emprego; (4) a sensibilização e coresponsabilização social das empresas.

Ou seja, como se pode constatar, não se trata apenas de fomentar competências pessoais e sociais, também elas importantes para a empregabilidade, mas de qualificar para a inserção laboral. Com este enfoque adicional, é necessário dar maior atenção aos grupos de jovens mais velhos, menos focados nas fases anteriores.

Por outro lado, para além da intervenção junto dos jovens, famílias e comunidade, sustentada no trabalho de proximidade com os técnicos e os consórcios locais, entendeu-se que seria

necessário um maior envolvimento das empresas e uma aproximação mais estreita às instituições de educação e formação formal, cujas ofertas nem sempre estão localmente disponíveis ou ajustadas à especificidade dos públicos-alvo envolvidos.

Como se referia no relatório de avaliação externa do Programa Escolhas 2010-2013, “esta aproximação entre o económico e social, fomentada pelas relações de proximidade capazes de gerar novas solidariedades de inclusão é, talvez, a dimensão mais inovadora e o desafio mais complexo com que o Escolhas se defronta” (Centro de Estudos Territoriais, 2013, p. 315).

Também a cidadania e a dinamização comunitária se destacam nesta fase como um dos maiores desafios do programa – a contínua mobilização efetiva dos jovens, nomeadamente dos mais prioritários. Introduce-se o recurso a *dinamizadores comunitários* - “jovens oriundos das comunidades com perfil de liderança positiva” - como “estratégia inovadora e com forte potencial de criação de modelos de referência positiva, contribuindo, num registo relacional e de proximidade, para a mobilização das crianças, jovens e da comunidade em geral” (Resolução do Conselho de Ministros nº63/2009 de 23 de Julho).

A dimensão que o PE viria a atingir na sua intervenção no terreno - em número de projetos, diversidade de contextos de implementação e número de participantes - fundamentou a necessidade de uma maior diferenciação dos públicos-alvo.

Nesta 4ª geração do PE, introduz-se então a distinção dos públicos entre destinatários e beneficiários, sendo os primeiros os “públicos diretos do projeto, nomeadamente aqueles nos quais se verifica uma maior incidência dos riscos de exclusão”, e os segundos, os “públicos indiretos, nomeadamente aqueles que, por estarem expostos a riscos mais reduzidos, não são alvo de um acompanhamento tão continuado e individualizado” (Despacho normativo n.º 27/2009).

De salientar que esta distinção entre “destinatários” e “beneficiários” assinala uma mudança significativa na definição do Programa, permitindo estabelecer intensidades diferentes na intervenção, considerando-se como desejável um número mínimo de 30 destinatários e de 100 beneficiários por ano e por projeto.

Atualmente na sua 5ª geração, o PE reforça a sua linha de orientação matricial, afirmando-se como um programa governamental de âmbito nacional, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Reconhecendo-se o valor social da experiência e dos resultados do Programa no combate ao abandono escolar precoce, na melhoria da integração de imigrantes e na prevenção da delinquência juvenil ao longo de mais de uma década de intervenção, a Resolução do

Conselho de Ministros de n.º 68/2012, de 9 de Agosto renova o Programa Escolhas para o período de 2013 a 2015 mantendo as suas cinco áreas estratégicas de intervenção, mas reforçando a preocupação de promover a empregabilidade dos jovens e a necessidade de envolver a sociedade civil e as empresas portuguesas nos projetos, num contexto em que o desemprego juvenil se agudizou.

É também num contexto de acrescidas limitações de financiamento público que foi definida a total modularidade do modelo de financiamento, o que permitirá reduzir a dotação global da 5.ª Geração do Escolhas em um terço, mas apoiar mais projetos do que na 4.ª Geração. Visa-se ainda reduzir o financiamento nacional e reforçar as dotações dos fundos comunitários já definidos para o Programa.

No quadro 1, que consta na página seguinte, apresenta-se sumariamente a evolução do Programa Escolhas ao longo das suas 5 gerações, no que respeita aos principais enfoques do Programa, áreas estratégicas de intervenção, públicos-alvo e contextos de intervenção.

Quadro 1 - Evolução do Programa Escolhas – 2001 a 2015

	1ª Geração PE ²	2ª Geração PE ³	3ª Geração PE ⁴	4ª Geração PE ⁵	5ª Geração PE ⁶
	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2015
Principais enfoques e problemáticas	<ul style="list-style-type: none"> · Prevenção da delinquência juvenil · Inserção social · Formação pessoal e social, escolar e profissional e parental de jovens · Dinamização das parcerias de serviços públicos e comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> · Inclusão social (incluindo daqueles que estiverem sujeitos a medidas de promoção e protecção ou a medidas tutelares educativas). · Combate ao insucesso e abandono escolar (formação pessoal e social, escolar e profissional e parental). · Integração de descendentes de imigrantes e minorias étnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> · Inclusão social · Combate ao insucesso e abandono escolar (formação pessoal e social, escolar e parental) · Importância da educação não formal como estratégia para a inclusão · Formação profissional e empregabilidade · Inoinclusão pelas TIC · Integração de descendentes de imigrantes e minorias étnicas 	<ul style="list-style-type: none"> · Inclusão social · Combate ao insucesso e abandono escolar (formação pessoal e social, escolar e parental) · Reforço da formação profissional e empregabilidade de jovens · Introdução da dimensão de empreendedorismo e capacitação de jovens · Reforço da dinamização comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> · Inclusão social · Combate ao insucesso e abandono escolar (formação pessoal e social, escolar e parental) · Reforço da formação profissional e empregabilidade de jovens · Reforço da dimensão de empreendedorismo e capacitação de jovens

² Prevenção da Criminalidade e de Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal; Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro. https://juventude.gov.pt/Emprego/ProgramaEscolhas/Documents/Res.%20Conselho%20Ministros%204_2001.pdf

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 Abril. http://ftp.infoeuropa.euroidocuments/pt/2004/2004_60resolucaoconselhoministros.pdf

⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de Junho. http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/RCM_80_2006.pdf

⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de Julho. http://juventude.gov.pt/MigratedResources/460000/460991_ProgramaEscolhas20102012.pdf

⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, de 9 de Agosto. <http://www.programaescolhas.pt/cf/352800>

	1ª Geração PE ⁷	2ª Geração PE ⁸	3ª Geração PE ⁹	4ª Geração PE ¹⁰	5ª Geração PE ¹¹
	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2015
Áreas estratégicas de intervenção	a) Mediação social; b) Ocupação de tempos livres; c) Participação comunitária.	a) Promoção da inclusão escolar e formação profissional; b) Ocupação dos tempos livres e participação comunitária; c) Plena integração na sociedade, dirigida especificamente a filhos e familiares de imigrantes e minorias étnicas	a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Participação cívica e comunitária; d) Inclusão digital.	a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Dinamização comunitária e cidadania; d) Inclusão digital; e) Empreendedorismo e capacitação.	a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Dinamização comunitária e cidadania; d) Inclusão digital; e) Empreendedorismo e capacitação.
Públicos-alvo	Crianças e jovens dos 12 aos 18 anos	Crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos. Contempla, ainda, jovens entre os 19 e os 24 anos, famílias e outros elementos da comunidade, quando fundamentado em fase de diagnóstico.	Crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos.	Crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos.	Crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos.

⁷ Prevenção da Criminalidade e de Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal; Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro. https://juventude.gov.pt/Emprego/ProgramaEscolhas/Documents/Res.%20Conselho%20Ministros%204_2001.pdf

⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 Abril. http://ftp.infoeuropa.eu/ocid/web/documents/pt/2004/2004_60resolucaoconselhoministros.pdf

⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de Junho. http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/RCM_80_2006.pdf

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de Julho. http://juventude.gov.pt/MigratedResources/460000/460991_ProgramaEscolhas20102012.pdf

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, de 9 de Agosto. <http://www.programaescolhas.pt/cf/352800>

	1ª Geração PE ¹²	2ª Geração PE ¹³	3ª Geração PE ¹⁴	4ª Geração PE ¹⁵	5ª Geração PE ¹⁶
	2001-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	2013-2015
Contextos de desenvolvimento dos Projetos	Bairros mais vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal 50 projetos	Todo o país, contextos socioeconómicos mais desfavorecidos 87 projetos em 54 concelhos	Todo o país, contextos socioeconómicos mais desfavorecidos 120 projetos em 71 concelhos	Todo o país, contextos socioeconómicos mais desfavorecidos 134 projetos	Todo o país, contextos socioeconómicos mais desfavorecidos 31 projetos
N.º Participantes¹⁷	6.712	43.199	85.021	89.232	69.00018
N.º Candidaturas		520	488	337	274
N.º Projetos aprovados	50	87	120	134	110+31

A leitura do quadro anterior permite constatar a evolução do PE, podendo dizer-se que estamos perante um Programa que se tem mantido focado num público-alvo alargado, de crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos, incluindo os descendentes de imigrantes e as

¹² Prevenção da Criminalidade e de Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal; Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro. https://juventude.gov.pt/Emprego/ProgramaEscolhas/Documents/Res.%20Conselho%20Ministros%204_2001.pdf

¹³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de Abril. http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/web/documentos/pt/2004/2004_60resolucaoconselhoministros.pdf

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/ 2006, de 26 de Junho. http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/RCM_80_2006.pdf

¹⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de Julho. http://juventude.gov.pt/MigratedResources/460000/460991_ProgramaEscolhas20102012.pdf

¹⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, de 9 de Agosto. http://www.programaescolhas.pt/_cf/352800

¹⁷ Relatório de Atividades 2013 Programa Escolhas

<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>

¹⁸ Metas previstas em candidatura para os 3 anos da 5ª Geração (2013-2015)

minorias étnicas, numa perspetiva de capacitação das crianças e jovens mas também das famílias e de outros atores locais.

Constata-se igualmente a ampliação e atualização das medidas, cada vez mais direcionadas para a promoção do sucesso escolar e profissional, empregabilidade, inclusão social e cidadania, com destaque para as dinâmicas de envolvimento e participação dos próprios jovens e famílias.

3. Modelo de governança e cultura institucional

Enquanto modelo de política pública, e tal como acontece com outros programas, o Programa Escolhas segue um modelo de próprio de governança, aqui entendida como o conjunto dos valores, atores, iniciativas e instrumentos de gestão envolvidos tendo em vista assegurar com eficácia e eficiência a ação pública preconizada.

Assim, podemos dizer que o PE visa conquistar um valor público sustentável, constituído pelos valores e modelos de referência já explicitados. O seu modelo de governança é constituído por um conjunto de seguintes objetivos centrais, respeitantes respetivamente ao alinhamento estratégico, ao compromisso com a eficácia, diminuição do risco e aumento da eficiência, sustentabilidade:

- (i) Alinhamento estratégico: o PE pretende que qualquer projeto no terreno siga uma linha de rumo clara, com eixos de ação pré-definidos, com modelos, prazos e modos de acompanhamento e avaliação pré-determinados;
- (ii) Compromisso com a eficácia: o PE segue um modelo muito controlado de acompanhamento da execução das atividades dos seus mais de cem projetos no terreno, tendo em vista comprometer tanto a equipa central como os projetos com o aprovado em sede de candidatura;
- (iii) Diminuição do risco e aumento da eficiência: o PE desenvolve um modelo de acompanhamento e controlo, com relatórios e visitas semestrais, tendo em vista aumentar a eficiência dos projetos e reduzir qualquer risco de desvio das trajetórias e dos orçamentos estabelecidos;
- (iv) Sustentabilidade: o PE tem pretendido promover a sustentabilidade deste tipo de política social, nos bairros sociais onde se desenvolve a sua intervenção, incentivando

o *empowerment* dos consórcios e dos técnicos, o fortalecimento das instituições locais e a ativação de capacidades e recursos dormentes nas comunidades.

Note-se que na dimensão alinhamento estratégico, o PE procurou definir com bastante rigor, ao longo dos anos, os diferentes papéis e responsabilidades dos diferentes intervenientes, condição elementar para que o Programa atingisse os seus objetivos e com os processos mais adequados.

Considerando as outras dimensões, o PE tem sido igualmente muito criterioso ao estabelecer sempre prioridades em cada ciclo de atuação, que foi alterando ao longo dos anos e ao definir métricas muito claras e amplamente comunicadas de acompanhamento, monitorização e avaliação dos projetos.

Nesta perspetiva, o PE, sendo um programa desenhado centralmente, poderia ter seguido um modelo excessivamente centralizado de conceção e gestão dos projetos, o que não tem acontecido.

O PE tem vindo a consolidar um modelo misto de governança: existe uma componente fortemente centralizada, ao mesmo tempo que existe uma dinâmica de consórcios locais apoiada em permanência e numa lógica de capacitação, acompanhamento e avaliação. A “garantia de qualidade” (quality assurance) determina a existência destes dois polos de uma mesma linha de orientação estratégica.

Assim, a esta rede de atores locais, autonomamente organizada, é conferida autonomia de conceção e de execução do contratualizado, facilitando assim a ação de múltiplos atores e interesses locais. A componente centralizada repousa fundamentalmente nos sistemas de coordenação e numa plataforma de informação e comunicação, com um vasto conjunto de funcionalidades de reporte, a AGIL, e a dimensão descentralizada assenta nos consórcios locais e na capacitação de cada entidade e pessoa que agem no nível local.

Há assim, um modelo que está inspirado por uma racionalidade colaborativa, cabendo à equipa central exercer um papel que se desdobra tanto no controlo rigoroso como no incentivo à autonomia e ao fortalecimento das redes locais de cooperação.

Estamos, pois, diante de um modelo de ação social estatal e sociocomunitária, uma dinâmica de “regulação de conjunto”, na ótica das teorias da regulação social, que combina por isso sempre duas facetas: a elevada padronização com a heterogeneidade dos projetos e dos atores/consórcios; a forte verticalização da atividade com o fomento da transversalidade local e do trabalho local cooperativo; um comando e controlo claros com desenvolvimento da participação local colaborativa; a regulamentação prévia e impessoal com uma relação humana próxima, valorizada e expressa através das visitas e dos encontros entre projetos; uma possível opacidade da máquina administrativa com a busca constante da transparência.

Entretanto, com este modelo de atuação, o Escolhas foi evoluindo. De facto, uma política pública, desde que construída sobre estes pilares só pode ter como corolário, se se mantiver fiel ao que estabelece, uma gradual evolução em ordem a uma melhoria gradual da política socioeducativa que protagoniza.

Considerando os resultados obtidos nas sucessivas avaliações externas, em particular nesta 5ª avaliação, pode afirmar-se que os três aspetos menos conseguidos até hoje em termos de modelo de governança, tenham sido os seguintes, todos eles bastante interligados:

- (i) o de assegurar a sustentabilidade dos projetos locais, desde os consórcios até às dinâmicas sociais que podem manter vivo este tipo de projetos de ação socioeducativa e sociocomunitária,
- (ii) o de desenvolver um modelo de gestão e financiamento das medidas que promove alguma dispersão por várias medidas, em vez de concentrar e focar numa ou outra, para as quais várias concorrem e
- (iii) um terceiro, que consiste na dificuldade em analisar com os parceiros locais não apenas os *outputs*, mas também os *outcomes*, ou seja, os impactos reais nas comunidades, volvidos os anos necessários e aproveitando o facto de estarmos diante de um Programa que apoia projetos ao longo de vários anos, agindo sobre os mesmos territórios.

Além disso, é reconhecida a necessidade de dotar a AGIL de funcionalidades mais amigáveis dos utilizadores. A aplicação informática AGIL (Aplicação para a Gestão da Informação Local) é a ferramenta usada para o acompanhamento, monitorização e avaliação contínua e regular de cada projeto (segundo uma periodicidade nunca inferior a semanal) contemplando o registo de atividades, listagem de informação e relatórios de dados).

Conforme foi sendo sucessivamente sublinhado nos documentos de avaliação externa, a AGIL tem sido ao longo dos anos objeto de várias críticas e sugestões, as quais se prendem, sobretudo, com aspetos de natureza técnica que, na perspetiva dos utilizadores, condicionarão a inserção de dados e a análise da execução dos projetos.

As críticas mais comuns prendem-se com o carácter pouco flexível desta ferramenta que acabará por motivar um dispêndio excessivo na inserção dos dados, prejudicando assim a concretização das tarefas reconhecidas como fundamentais.

“Não nos deixa justificar, tem pouco espaço para justificar. E os relatórios não podem ser lidos só pelos números que lá estão.”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 03¹⁹)

“Há determinadas mais-valias que são visíveis a olhos vistos por todos e que não passam através da Agil e, conseqüentemente, a avaliação que por vezes o Escolhas faz do projeto não leva em consideração determinados aspetos que são absolutamente nucleares.”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 09).

Paralelamente, porém, os atores fazem também questão de salientar a importância de uma ferramenta deste tipo que, na sua perspectiva, permite assegurar o registo dos dados quantitativos de execução, potenciando uma visão mais apurada e aprofundada sobre a realidade de cada um dos projetos.

Por outro lado, reconhece-se igualmente que a forma regular e próxima como são implementadas as dinâmicas de monitorização e acompanhamento ajuda a equilibrar os efeitos gerados pelas exigências de rigor e estruturação, contribuindo para a eficácia e credibilidade do PE.

A AGIL é considerada pelos coordenadores do Programa uma aplicação que, independentemente de alguns constrangimentos, permite em tempo real uma análise custo-benefício. Por outro lado, este carácter estruturado surge mesmo valorizado como um dos elementos distintivos do PE, marca de um “rigor inteligente”, sendo frequentemente destacado como um fator de identidade e coesão no seio da “família Escolhas”, conforme ilustra a “nuvem de palavras” produzida a partir das respostas dos participantes das famílias, das equipas técnicas e dos membros do Consórcio sobre a sua avaliação global do PE.

¹⁹ A partir deste momento do relatório surgem referências a opiniões recolhidas por esta avaliação junto de protagonistas do Escolhas, através de Grupos de Discussão Focal. Os instrumentos usados e o seu enquadramento metodológico serão explicitados na 2ª parte deste relatório.



Figura 1. “Nuvem de palavras” gerada com base nos resultados dos instrumentos aplicados na avaliação da 5ª Geração.

A palavra dos atores é realmente bastante expressiva sobre o tipo de cultura institucional que caracteriza o PE. É significativo que a identidade *Escolhas* surja com tanta frequência associada a noções como “casa”, “família” e outros termos com conotação marcadamente sócio-afetiva.

É importante notar que esta cultura institucional, gerando ambientes relacionais positivos, produz impactos significativos no âmbito das competências de socialização e integração, sendo visível ao nível da relação entre os jovens, entre os jovens e os adultos e, de modo geral, entre todos os atores.

“As relações entre os jovens e familiares e o projeto são completamente diferentes das que existem com a Escola, onde há uma relação institucional”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 06)

“Muitas vezes estes jovens procuram referências e conforto dentro de casa e isso muitas vezes não é possível, por isso o projeto (o próprio espaço físico) torna-se esse porto seguro, essa referência, esse conforto!”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 10)

“Se as crianças estiverem fora daqui a brincar todos juntos, não se entendem muito bem, mesmo com os pais a dizer-lhes, mas se for aqui, eles portam-se bem, e se há algum ou outro que se porte mal os outros dizem-lhes logo “olha não te esqueças que temos de respeitar as pessoas e que temos de ouvir”.

(GDF Famílias do Projeto 12)

De notar ainda que um programa de intervenção social que contempla um número tão expressivo de projetos, distribuídos territorialmente por todo o País, que mobiliza centenas de instituições e de equipas técnicas e muitos outros atores, produz ecossistemas relacionais forçosamente complexos, implicando, como tal, a adoção de esquemas de governança e de coordenação exigentes e estruturados.

Deste modo, aos valores “exigência”, “rigor” e “estruturação”, juntam-se os valores “parceria”, “colaboração” e “proximidade”. São estes precisamente os valores que, segundo os intervenientes mais diretos, definem a cultura institucional do Escolhas e subjazem ao seu modelo de intervenção e à sua filosofia de ação

4. Modelo de intervenção e filosofia de ação

Conforme foi já destacado, inscrevendo-se numa decisão política governamental e, nessa medida, sendo sempre desenhado de cima para baixo (*top-down*), o PE caracteriza-se, todavia, por ser um modelo de intervenção assente em projetos localmente planeados e implementado segundo uma filosofia de ação pautada pela proximidade aos contextos e aos atores.

Assim, se por um lado, o Programa obedece a esquemas particularmente rigorosos de gestão administrativa e cujo reporte é sempre feito ao centro, por outro lado, estamos perante um modelo de atuação que valoriza estrategicamente o nível local da concepção, da gestão quotidiana e do delineamento das intervenções.

Esta combinação equilibrada entre elementos constitui, na verdade, um dos aspetos mais marcantes e distintivos do PE, tornando-o num verdadeiro “instrumento de mudança” ao serviço das comunidades locais.

Na verdade, os consórcios que se constituem e armam os projetos não são desenhados de cima para baixo, as medidas concretas a implementar e o modo de o fazer também não, há diferentes metodologias e modalidades de ação sobre o mesmo tipo de ação/medida, a avaliação é central, mas também é muito participada localmente e os resultados desta participação são tidos em conta e incorporados em novas edições do Escolhas. Ou seja, pode-se dizer que estamos perante um modelo típico da "regulação de conjunto".

“Eu acho que na génese deste projeto houve um ponto de partida muito positivo dessa aproximação e abertura à comunidade que foi o facto de se ter partido para uma candidatura participativa. Foi antes ainda de ter havido o desenho do projeto, houve um encontro de famílias, e digo famílias porque estavam as crianças e os

jovens mas também os pais, em que lhes foi solicitado o que eles gostariam de ter, que tipo de coisas este projeto podia ter e em que eles pudessem estar envolvidos.”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 12)

Em termos de acompanhamento monitorização e avaliação interna, cabe a cada projeto:

- Elaborar um Plano de Avaliação Local, tendo por base um Diagnóstico (recorrendo à análise SWOT) e explicitando objetivos gerais, objetivos específicos: objetivos de processo e objetivos de resultado;
- Elaborar relatórios de Autoavaliação, segundo um modelo pré-definido, com periodicidade semestral e um relatório final (com apoio informático).

Conforme salientam os membros da coordenação central,

“O objetivo é, de certa forma, implicar, procurar no consórcio alargado refletir sobre estas dimensões e estas dinâmicas territoriais, que estão sempre a ser alteradas. E depois refletir sobre essas alterações, e aí sim, permitir-lhes saber, sobre essas alterações que surgem se devem também ser feitas as alterações aos projetos.”

(Entrevista em painel com coordenadores do Programa Escolhas)

A importância destes diagnósticos participados ganhou especial peso na 5ª geração. Acolhendo recomendações produzidas a este respeito pelas avaliações externas anteriores, os jovens e outros elementos da comunidade passaram a ser cada vez mais envolvidos nas tarefas de planificação e avaliação.

Os fragmentos de discurso recolhidos no âmbito da inquirição direta aos jovens são bem ilustrativos a esse respeito. Conforme fazem questão de dizer: no Escolhas *a gente escolhe*.

“É fixe ir, discutimos sobre cenas do projeto, o que está bem, o que está mal, o que gostávamos que houvesse...”. “O objetivo é sempre para melhorar as coisas do espaço”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

“É aí que damos sugestões e que a gente decide que atividades vamos ter ao longo do verão, a gente escolhe.”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 12)

Por sua vez, por parte da coordenação, o processo de avaliação interna contempla: visitas formais; visitas informais para acompanhamento de atividades e visitas sem aviso prévio.

De notar que estas visitas são especialmente apreciadas pelos atores diretamente implicados que, sem deixar de admitir os constrangimentos inerentes a um acompanhamento sistemático e de proximidade, fazem questão de sublinhar a sua importância para o funcionamento dos projetos e para a concretização eficaz das medidas.

Quando interrogados diretamente sobre este aspeto, tanto os membros do Consórcios e das equipas técnicas escolhem maioritariamente palavras como “confiança”; “coesão”, “parceria”, partilha, “complementaridade” para qualificar os resultados gerados pelo processo de acompanhamento.

À avaliação interna junta-se a avaliação externa (realizada por entidades independentes e contratadas, geralmente avaliação ex-post) e a avaliação financeira é realizada pela equipa central do PE.

Salienta-se a este respeito que o facto de o PE ter sido avaliado desde a sua primeira geração sempre pela mesma Instituição, ainda que por equipas diferentes, permitiu ir consolidando um património de conhecimento bastante significativo e estruturante da “cultura *Escolhas*”.

Um dos elementos importantes desta cultura reside também na seleção e acompanhamento das equipas técnicas, reconhecidas como equipas bem preparadas, altamente motivadas e disponíveis.

Em estreita articulação com os membros das equipas técnicas, atuam os “dinamizadores comunitários”, jovens oriundos dos territórios de intervenção e que, ao mesmo tempo que funcionam como “jovem de referência”, ajudam a fazer a “ponte” entre todos os participantes e colaboradores dos projetos. Esta figura aparece na 4ª geração do PE, no seguimento da experiência dos “mediadores urbanos” desenvolvida desde a primeira geração.

No se refere a critérios de seleção, no essencial os critérios mantêm-se, os dinamizadores comunitários são escolhidos em função da sua posição na comunidade, devendo evidenciar capacidade de liderança, de relacionamento interpares, conhecimento do bairro, capacidade de comunicação, adaptação e aprendizagem; experiência e vivência intercultural e dinamismo, criatividade e estabilidade emocional.

Os testemunhos recolhidos no âmbito do estudo de casos agora realizado, pela 5ª avaliação externa, foi possível aferir sobre o consenso dos vários atores relativamente à importância dos dinamizadores comunitários, reconhecidos como uma mais-valia tanto na concretização das atividades como na aproximação entre os projetos e as comunidades.

“É das pessoas mais importantes porque ele mora no bairro e é um jovem que já participou no projeto, é um jovem que já passou pelos mesmos problemas ou mais graves que os nossos jovens e que é uma referência. Quando há um problema daqueles mais graves, por exemplo, com jovens do sexo masculino que enfrentam mais os técnicos, basta ele chegar, dar-lhes uma palavra e as coisas ficam logo resolvidas, porque eles reconhecem-no como um deles mas que está num nível mais acima, faz parte da equipa, e eles respeitam-no, conseguem perceber que há ali uma autoridade”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 06)

O acompanhamento das equipas técnicas e dos dinamizadores comunitários passa ainda por um programa de formação contínua próximo e exigente, amadurecido ao longo dos anos e apoiado na realização de uma diversidade de iniciativas, presenciais e a *distância*, e a sua atuação conta ainda com a mobilização de um conjunto de “recursos Escolhas” (cf. Anexo 1) concebidos e aperfeiçoados ao longo dos anos e representando atualmente um património bem expressivo de uma linha metodológica própria.

Para além dos recursos apresentados em anexo, salienta-se também a edição de outros materiais úteis, tais como manuais de gestão do dinheiro e de empreendedorismo inclusivo (Programa Escolhas, 2010a, 2010b, 2014).

5. Linhas de continuidade transgeracional

O Programa Escolhas, iniciado em 2001 e atualmente na sua 5ª fase de execução, a decorrer até dezembro de 2015, caracteriza-se, em todas as suas dimensões, por uma forte consistência transgeracional.

Na verdade, pode dizer-se que o PE se mantém como um Programa vocacionado para a promoção da inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, evidenciando linhas de continuidade robustas e significativas, entre as quais se inscreve o próprio esforço de atualização e a introdução de alterações que visam a sua melhoria contínua.

Estas alterações, produzidas nomeadamente no plano organizativo, no apuramento da filosofia de ação, na definição de destinatários e ao nível de áreas estratégicas de intervenção ao mesmo tempo que permitem identificar os traços distintivos de cada Geração, atestam a consolidação consistente e progressiva do PE.

No plano organizativo, destaca-se, por exemplo, o papel dos Consórcios, cada vez mais encarados como protagonistas de um desenvolvimento comunitariamente participado e territorialmente enraizado. Os dados recolhidos no âmbito da 5ª avaliação externa permitem registar, não só a evolução em termos da quantidade de parceiros envolvidos, mas sobretudo a qualidade visível no que se refere ao seu envolvimento e à sua participação nos projetos, segundo lógicas de partilha e corresponsabilização efetivas.

A forma como as equipas de direção e coordenação souberam ir acolhendo e incorporando os resultados das sucessivas avaliações externas, a par de uma atitude atenta e próxima aos contextos e aos atores, permitiu ir ajustando o modelo de intervenção e a filosofia da ação.

Salienta-se a este respeito, a progressiva redefinição de públicos abrangidos, prioritariamente as crianças e jovens, mas também as famílias e outros atores locais. A aposta em iniciativas de formação parental, por exemplo, foi amplamente destacada no processo de inquirição direta.

“A gente chega aqui às formações e a gente diz assim “afinal eu estou errada... olha ali afinal eu estou mais ou menos certa” e a gente aprende sempre. Cada formação que a gente faz, todos os meses a gente aprende coisas novas e maneiras diferentes de podermos lidar e utilizar com os nossos filhos.”

(GDF Famílias do Projeto 04)

O processo avaliativo da 5G permitiu reforçar a constatação dessa tendência de continuidade transgeracional, ao ponto de ser difícil identificar linhas de rotura entre as 5 gerações. Em termos de áreas de intervenção, pode dizer-se que a linha de rotura mais evidente surge na passagem da primeira para a segunda geração, assinalando-se uma evolução de uma lógica de prevenção da criminalidade para as preocupações de inclusão social associadas à introdução de medidas relativas à Inclusão escolar e educação não formal, à formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital, empreendedorismo e capacitação.

O capital de experiência foi sendo refletido e acumulado, o olhar sobre os territórios foi mudando e as metodologias foram sendo aperfeiçoadas, permitindo afirmar uma filosofia de “trabalho em rede” verdadeiramente ancorada numa cultura colaborativa.

Estes vetores de continuidade, sustentando a identidade e a longevidade do PE, determinam decisivamente o sucesso do Programa ao nível dos seus principais resultados, contribuindo assim para mudar decisivamente a história de vida das crianças e dos jovens abrangidos, mas também das suas famílias e das duas comunidades.

6. Principais resultados

O Programa Escolhas descreve-se a si mesmo como “um programa focado nos resultados”, o que desde logo levanta a questão da dificuldade de avaliação dos resultados e impactos gerados por um programa desta natureza. Um dos denominadores comuns das avaliações externas ao longo das cinco gerações prende-se justamente com o reconhecimento desta dificuldade. O que decerto modo explica a opção metodológica pelo estudo de casos, feita consistentemente desde a primeira avaliação, apesar dos limites associados a essa fase mais inicial da implementação do PE.

A metodologia de estudo de casos possibilita uma observação direta sobre as dinâmicas locais, permitindo captar a perspetiva dos diferentes intervenientes e, como tal, revelam-se particularmente pertinentes e fecundos numa avaliação desta natureza.

Assim, numa primeira fase, foram reconhecidos efeitos associados ao trabalho desenvolvido pelos projetos, observados de uma forma subjetiva, dada a ausência de dados sistematizados e em virtude de o PE ser ainda muito jovem e não existirem ainda diagnósticos fundamentados.

Entre os principais resultados assinalados pela 2ª avaliação destaca-se o aumento de competências pessoais e sociais, o aumento da motivação e autoestima, o incremento de competências escolares, a diminuição de comportamentos de risco (Centro de Estudos Territoriais, 2007). Esta avaliação apresenta um cariz transversal e sumário, completado por uma questão do inquérito aos parceiros e equipa técnica, relacionada com as condições de vida dos, na altura, destinatários, com a evolução da situação dos destinatários desde a implementação (Centro de Estudos Territoriais, 2007).

A aplicação do inquérito apurou um reconhecimento geral da capacidade de trabalho dos projetos ao nível do aumento de competências pessoais e sociais, escolares e profissionais, autoestima e motivação, mas quanto à capacidade de incremento da empregabilidade dos jovens, 41,5% dos inquiridos afirmaram que os projetos estariam a ter impactos reduzidos em estimular dinâmicas associativas e na participação social (desenvolvimento de redes locais de entreajuda, capacitação, emancipação e *empowerment*, geração de dinâmicas associativas formais e informais).

Numa fase mais avançada do programa (Centro de Estudos Territoriais, 2010), apesar do incremento de competências pessoais, sociais e tecnológicas continuar a ser amplamente observado, considerou-se que a empregabilidade e as competências adquiridas pelas famílias assumiam impactos mais baixos. Considerou-se então que estes impactos poderiam estar relacionados com o facto de, nesta geração, se ter privilegiado o desenvolvimento de um plano mais preventivo que regenerativo, havendo uma orientação mais a nível do combate ao abandono e insucesso escolar, do que ao nível da reintegração escolar dos jovens.

Ainda nesta 3ª geração foram relatados impactos ao nível do desempenho escolar e comportamental, aquisição de competências escolares e hábitos de estudo, valorização da escola com reflexo nas perspetivas de futuro escolar e profissional e ainda participação e regularidade crescentes nas atividades de apoio escolar e crescente valorização dos percursos escolares dos educandos por parte das famílias e comunidade educativa.

Já ao nível do comportamento foram observados impactos nas competências pessoais e sociais, com alterações do saber-estar e saber-ser, através do desenvolvimento de competências como a autonomia, sociabilidade, cidadania, responsabilidade e solidariedade social. Estas competências acabaram por se refletir na relação com os pares, comportamentos desviantes, nos comportamentos em contexto escolar e nas perspetivas de futuro.

Os maiores impactos assinalados no âmbito da avaliação externa da 3ª geração foram visíveis ao nível das mudanças comportamentais (responsabilização, capacidade crítica face aos pares, alterações de atitude e comportamento na escola, entre pares e com as famílias e mudança de comportamento da família), autoestima e autoconceito, autonomia, trabalho em equipa e aprendizagem de regras e, por fim, imagem da escola e expectativas de futuro (descoberta de vocações e progressão nos estudos).

Em relação à intervenção com as famílias, observaram-se impactos ao nível das competências parentais, valorização do percurso escolar dos filhos, aproximação à escola, importância atribuída pelos pais ao trabalho desenvolvido pelo projeto, aumento da autoconfiança e autoestima e resolução de conflitos familiares.

No entanto, foi ainda registada a dificuldade na obtenção de certos impactos, principalmente ao nível da empregabilidade dos destinatários, incremento de competências parentais, incremento da cultura de participação dos públicos-alvo, capacidade de compreensão de outras culturas e competências interculturais e dinâmicas associativas formais e informais (Centro de Estudos Territoriais, 2010).

No decorrer da geração seguinte continuaram a ser observados elevados impactos ao nível da educação e formação, principalmente no que se refere a melhorias do sucesso escolar, diminuição do absentismo escolar, redução ou inexistência de abandono escolar e crescente apreço e consciencialização acerca da importância da escola.

Tomando em consideração a longevidade do Programa e os resultados das avaliações externas anteriores, a 5ª avaliação externa pretendeu dar uma atenção particular à avaliação das várias dimensões de resultados *de curto, médio e longo prazo*, numa tentativa de compreensão das mudanças ocorridas na situação de vida concreta das crianças e jovens e suas famílias e de forma a perceber em que medida tais mudanças podem, ou não, ser atribuídas à dinâmica do PE.

Nesse sentido, foram selecionados 12 projetos para o estudo aprofundado de casos, tendo sido recolhidos dados que envolveram diversos atores, recorrendo a metodologias quantitativas e qualitativas.

Foi administrado um questionário a crianças e jovens (a partir dos 10 anos) com o objetivo de recolher as perceções dos participantes diretos. O questionário eletrónico foi administrado no contexto dos CID – Centros de Inclusão Digital, entre os dias 30 de outubro e 17 de novembro de 2014. Este questionário foi anónimo e confidencial e, para além da caracterização sociodemográfica das crianças e jovens, pretendeu recolher informação sobre as perceções dos participantes em relação a si próprios, ao contexto familiar, escolar e comunitário, e ao Projeto/Programa Escolhas.

O estudo de casos contemplou a recolha das perceções de crianças e jovens, famílias, coordenadores técnicos e membros do consórcio, técnicos e dinamizadores comunitários. As recolhas decorreram entre maio e julho de 2014 e foram conduzidas no contexto de visitas e observações no terreno, tendo sido complementadas com análise documental.

Apresentaremos de seguida a caracterização dos participantes e os principais resultados obtidos nas diferentes dimensões abrangidas pelos instrumentos utilizados.

6.1. Impactos do Escolhas tendo por base resultados do Questionário aos jovens.

Caracterização dos participantes

Responderam voluntariamente ao questionário 250 crianças e jovens dos 12 projetos, sendo 54,5% do sexo masculino e 45,5% do sexo feminino. Do total dos participantes, 5% identifica-se com pertencendo à comunidade cigana. A idade média dos participantes foi de 14,2 ($DP = 3,41$), sendo a idade mínima de 9 anos e a máxima de 24 anos. Na Figura 2 é possível observar a distribuição dos participantes em função da sua idade.

Figura 2. Distribuição dos participantes em função da idade (N = 222).

Assim, verificamos que a maioria dos participantes se situa entre os 11 e os 15 anos, sendo menor a representação de jovens a partir dos 17 anos.

Relativamente à distribuição dos participantes pelos 12 projetos seleccionados para os estudos de caso, é possível verificar, pela análise da Figura 3, uma maior incidência de respostas por parte das crianças e jovens do projeto “Escolhe Vilar”, com 32% das respostas totais.

De seguida, temos o projeto “Matriz”, com 13% das respostas, e os projetos “Eu Amo SAC” e “Aprendiz@arte”, com valores de 9% cada um deles. A distribuição das respostas entre os restantes 8 projetos é mais homogénea, situando-se entre os 2% e os 7%, sendo que o projeto “(Tomar) o Rumo certo” é o menos representado²⁰.

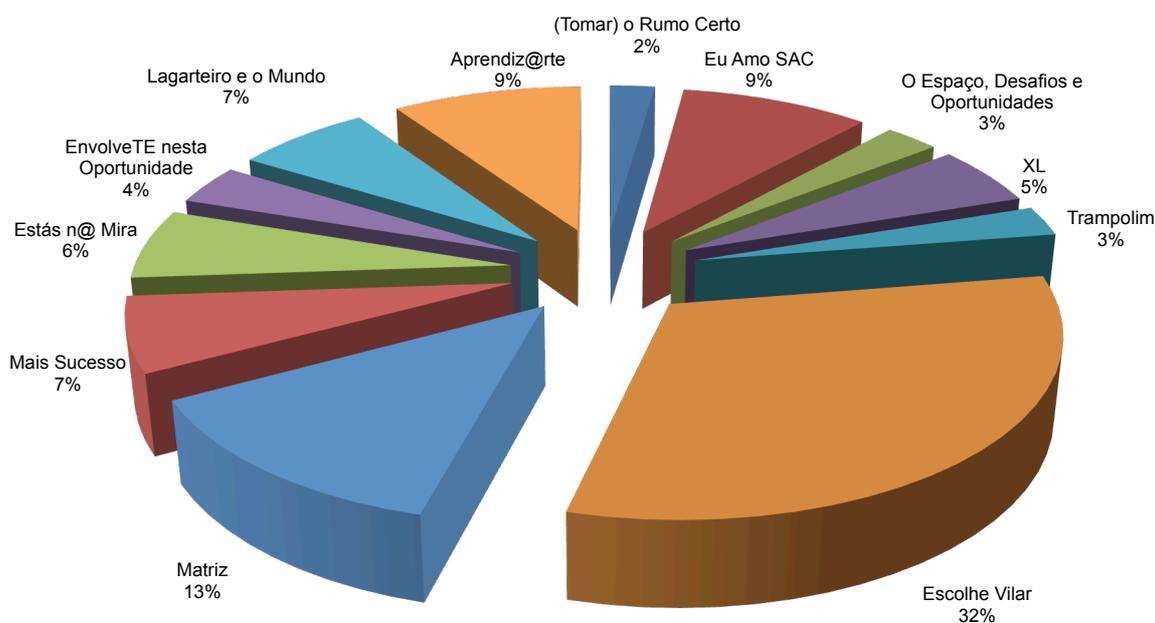


Figura 3. Distribuição dos participantes pelos 12 Projetos “Escolhas” selecionados para os estudos de caso (N = 222).

²⁰ A menor representação do Projeto “Tomar o Rumo Certo” deveu-se a problemas informáticos no acesso à internet que ocorreram durante o período de administração do questionário, o que condicionou a possibilidade de as crianças e jovens acederem ao questionário online.

Relativamente à naturalidade dos jovens e dos seus progenitores, verificamos, pela análise da Figura 4, respetiva aos jovens, que é visível a esmagadora maioria da naturalidade portuguesa, com 82,5%. Os PALOP são os países, além de Portugal, mais representados: de forma decrescente, com Angola nos 4,7%, Cabo Verde com 4,2%, Guiné-Bissau com 3,4% e São Tomé e Príncipe representado em 3,3%. Estes perfazem um total de 16%. Estão também representadas, ainda que com menos expressão, China, Brasil e Suíça, com valores percentuais a rondar os 0,5%.

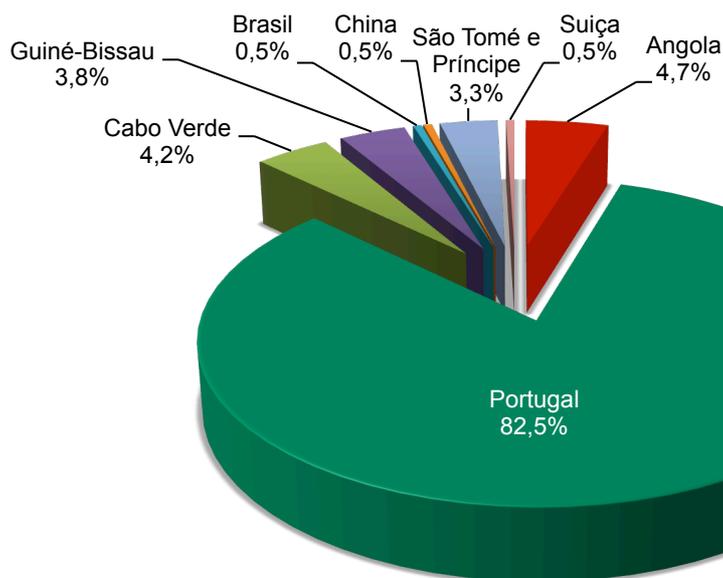


Figura 4. Naturalidade dos jovens (N = 212).

Quanto à naturalidade dos progenitores do sexo masculino, na Figura 5 podemos observar que a naturalidade portuguesa continua a ser a mais representada (65,1%), no entanto, já com menor expressão. Os PALOP continuam a apresentar um valor expressivo, representando no seu conjunto mais de 30%, com valores desde os 4,2%, no caso dos nascidos em São Tomé e Príncipe, até aos 10,4%, no caso dos nascidos em Angola, passando pelos 8,5% e 7,1% de Cabo Verde e Guiné-bissau, respetivamente. Existe ainda a presença pouco expressiva de pais naturais de países como França, Brasil, Índia, China e Japão.

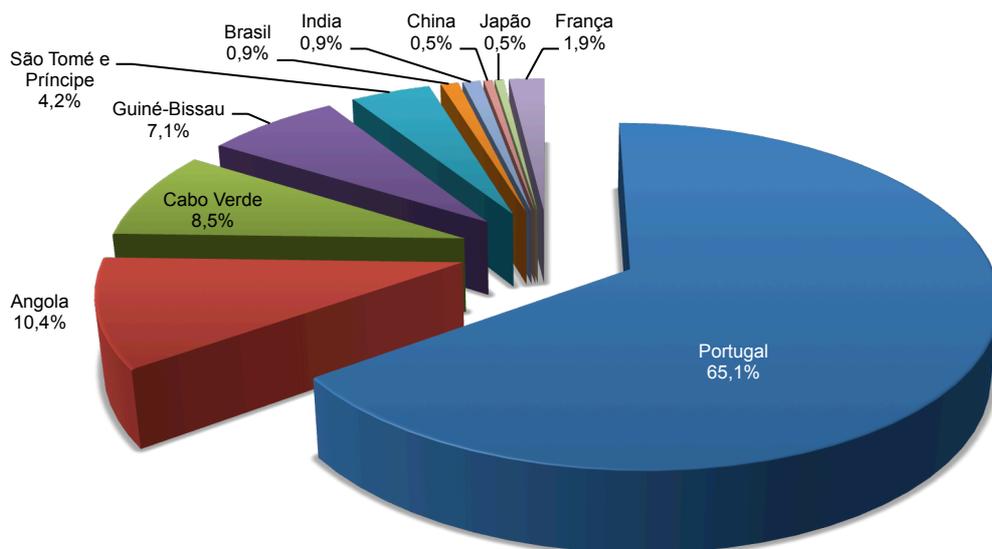


Figura 5. Naturalidade do pai (N = 212).

Por fim, a Figura 6 ilustra a distribuição da naturalidade das progenitoras dos jovens inquiridos, onde a naturalidade portuguesa volta a ser a mais representada - com 61,3% - ainda que com um valor mais baixo do que nos casos dos jovens e pais. Os PALOP continuam a ser países com uma significativa expressão, perfazendo um total de 34,5%. Entre estes, Cabo Verde é o país mais representado, com 10,4%, seguido de perto por Angola, com 9,9%, Guiné com 6,6%, São Tomé e Príncipe com 5,2% e Moçambique com 2,4%.

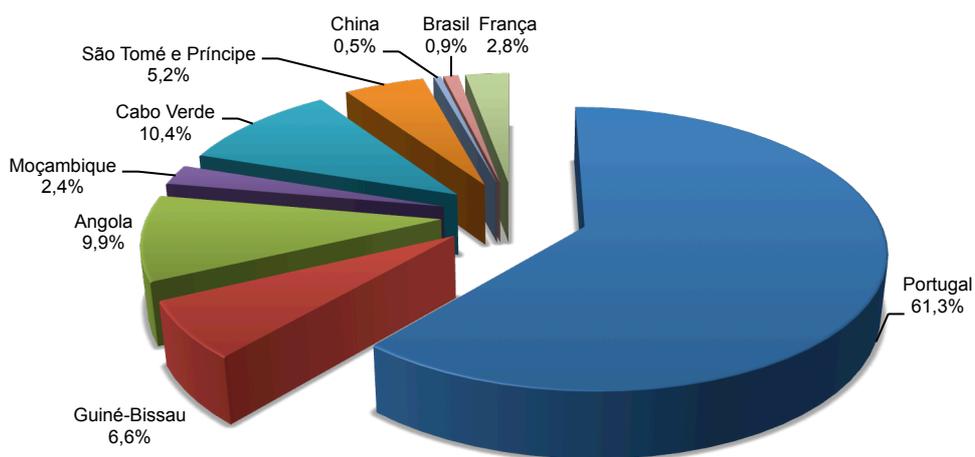


Figura 6. Naturalidade da mãe (N = 212).

Um outro aspeto contemplado no questionário diz respeito à língua falada em casa. Para 82,3% dos jovens, a língua falada em casa é o Português, enquanto que em 11,9% dos casos, são faladas outras línguas para além do Português. Para 5,8% dos jovens, o Português não é a língua falada em casa, sendo faladas línguas.

Passando agora para o tempo de residência dos jovens em Portugal, verificamos, pela análise da Figura 7, que o intervalo “entre 11 e 14 anos” é o mais representado, com 46%. Se a estes juntarmos aqueles que vivem em Portugal há “entre 15 e 20 anos” e “entre 21 e 24 anos”, concluímos que quase 75% dos jovens vive em Portugal há mais de 10 anos. Com efeito, uma grande percentagem dos jovens inquiridos (82,5%) nasceu em Portugal. Apenas existe uma expressão muito diminuta de jovens a viver em Portugal há menos de um ano (3,3%) e “entre 1 e 5 anos” (5,1%).

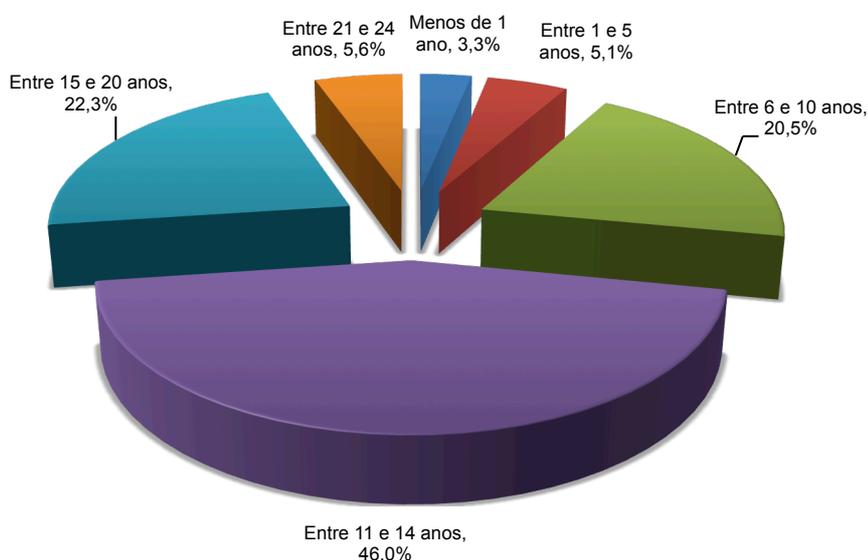


Figura 7. Tempo de residência dos jovens em Portugal (N = 215).

No que concerne ao tempo de residência “no bairro ou na zona onde o projeto funciona” (Figura 8), observamos neste caso uma distribuição mais equilibrada entre aqueles que vivem há menos e há mais de 10 anos, com valores de 55,5% para os primeiros e de 44,5% para os segundos.

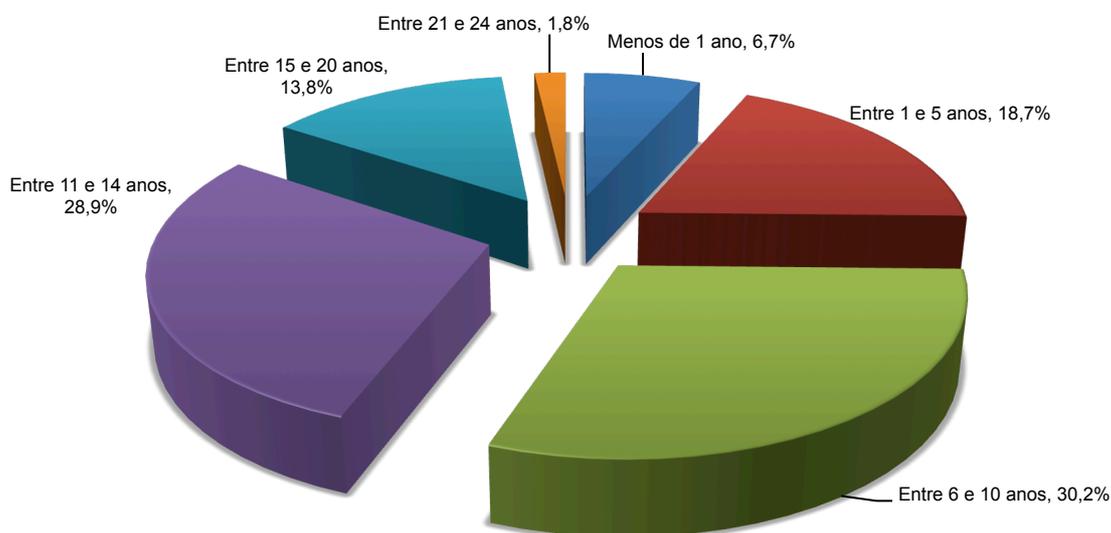


Figura 8. Tempo de residência no bairro ou na zona onde o projeto funciona (N = 222).

Variáveis socioculturais

Nesta secção serão apresentados os resultados relativos a algumas variáveis socioculturais, nomeadamente as habilitações e a ocupação dos pais, o número de livros em casa, os hábitos de leitura e a existência, em casa, de computador com ligação à internet.

Ao nível da escolaridade dos pais, pode observar-se, na Figura 9, que, nas duas populações (pais e mães), o nível de escolaridade mais representado é “até ao 4º ano”, com 38% para os pais e 27% para as mães, ainda que com uma maior preponderância no caso dos pais. Se acrescentarmos os que estão na categoria “até ao 6º ano” chegamos, no caso dos pais, a um valor de 57% e, no caso das mães, a 50%, o que revela o predomínio de baixos níveis de escolaridade.

Faz-se ainda referência à expressão de pais que não sabem ler nem escrever (4% no caso dos pais e 5% no caso das mães). Numa comparação entre pais e mães, pode observar-se que as mães em todos os restantes níveis de ensino (além da categoria “até ao 4º ano”) apresentam sempre uma percentagem maior (com exceção da categoria “curso superior”).

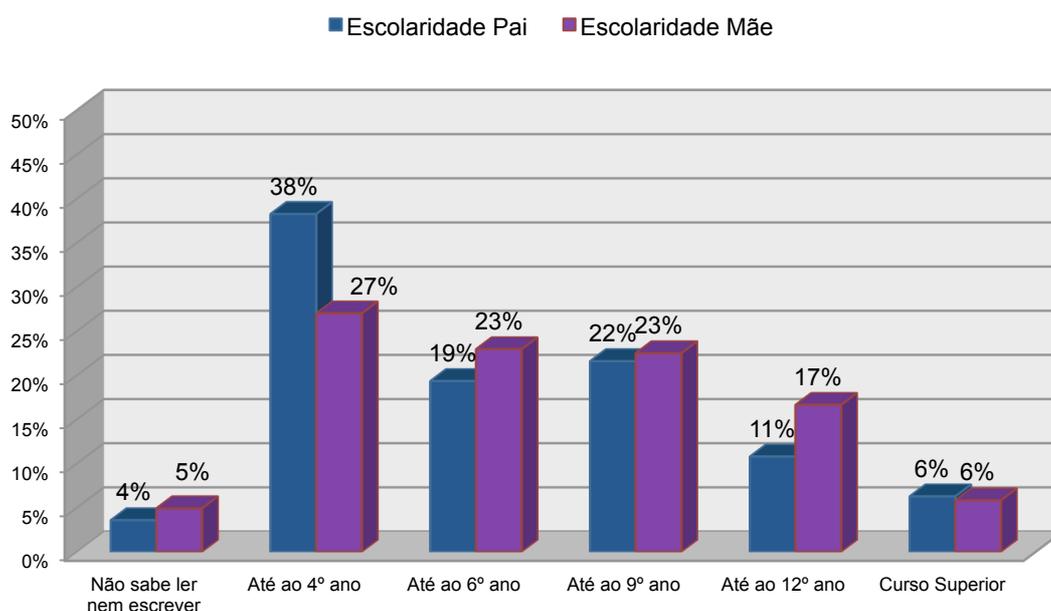


Figura 9. Escolaridade dos pais (N = 222).

No que diz respeito à ocupação dos pais dos jovens inquiridos, a Figura 10 permite-nos aferir que a maioria encontra-se a trabalhar, neste caso com uma maior preponderância entre os homens. Nota, ainda assim, para a percentagem de pais que se encontram desempregados, sobretudo de mães desempregadas (38% comparativamente a 28% de pais desempregados). Por outro lado, são as mães que se encontram mais representadas na opção “a frequentar um curso” (6% relativamente a 1%).

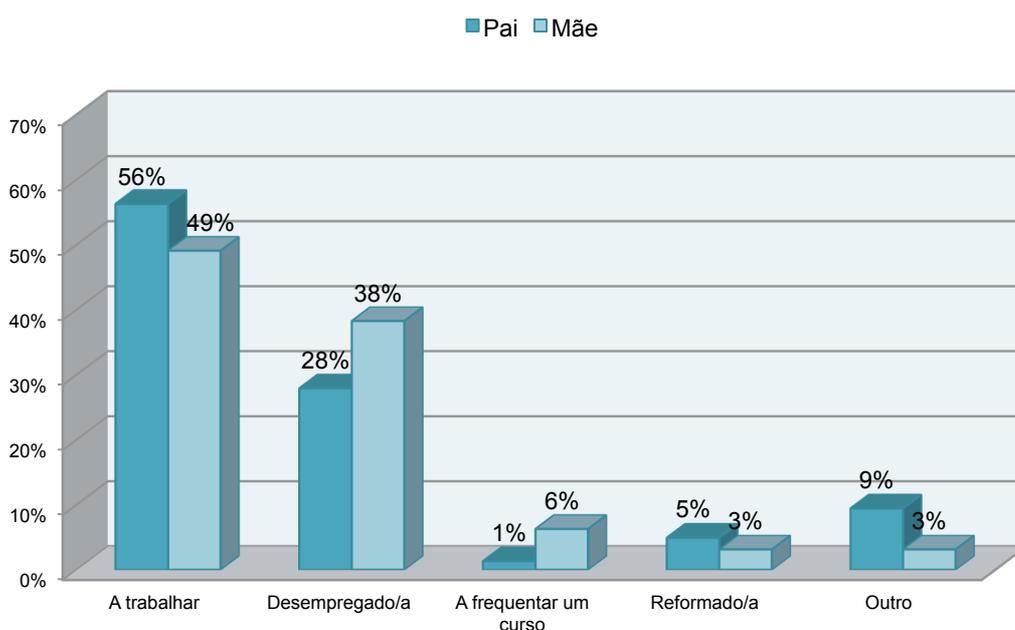


Figura 10. Ocupação dos pais (N = 222).

Relativamente ao número de livros em casa, indicador que tem sido utilizado em investigação como ilustrativo do estatuto sociocultural, verificamos, pela análise da Figura 11, que a maioria dos jovens, 59%, refere ter entre 1 a 10 livros, a categoria mais baixa, e apenas 12% referem ter mais de 50 livros em casa.

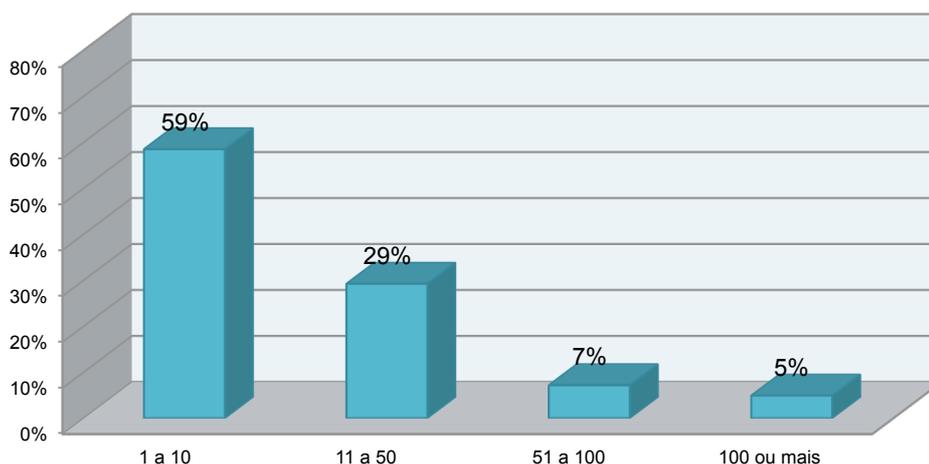


Figura 11. Número de livros em casa (N = 222).

Uma outra variável, indicadora do capital cultural, diz respeito aos hábitos de leitura dos jovens, nomeadamente de livros não relacionados com a escola. A análise da Figura 12 permite-nos verificar que 47% dos jovens inquiridos não costuma ler livros não relacionadas com a escola.

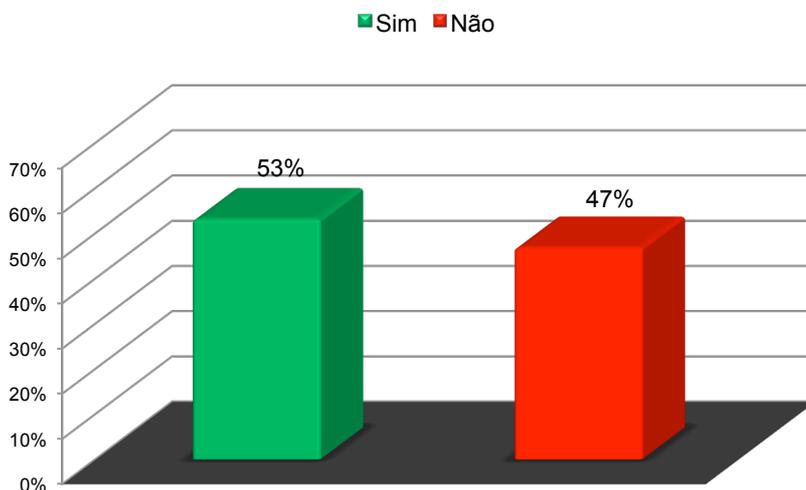


Figura 12. Leitura de livros não relacionados com a escola (N = 222).

A Figura 13 reflete a percentagem de jovens que tem computador em casa com ligação à internet, sendo que a maioria tem este recurso disponível (64%), existindo no entanto uma percentagem considerável de jovens que não tem.

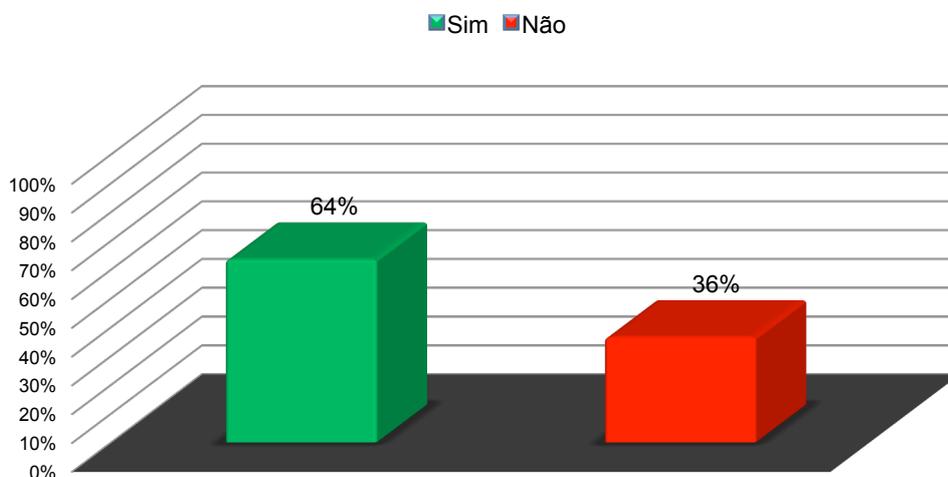


Figura 13. Existência de computador em casa com ligação à internet (N = 222).

Variáveis escolares

No que diz respeito à ocupação dos jovens, observa-se na Figura 14 que a esmagadora maioria se encontra a estudar, 87%. Apenas 3% se encontram a trabalhar e 4% a estudar e trabalhar, valores inferiores (ainda que ligeiramente) daqueles que nem se encontram nem a estudar nem a trabalhar, 5%.

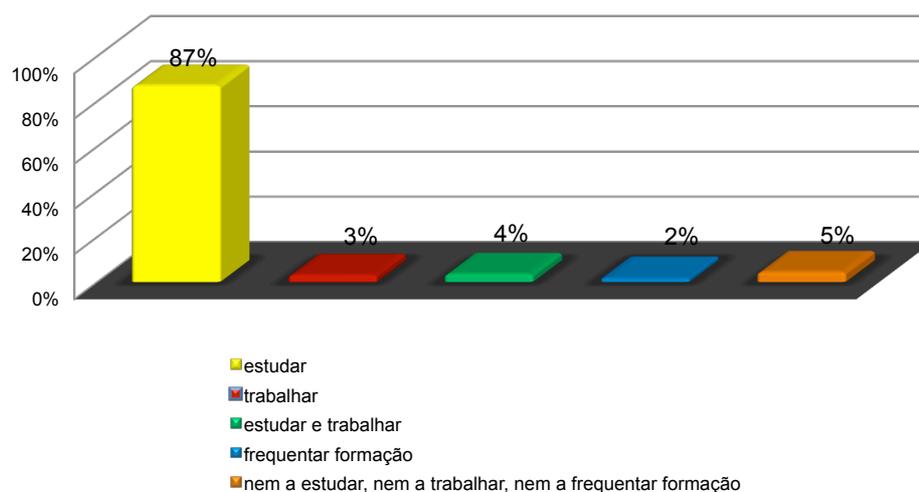


Figura 14. Ocupação dos jovens (N = 222).

Focando agora a atenção no ano de escolaridade em que os inquiridos se encontram (no caso dos jovens que são estudantes), observa-se na Figura 15 que a maior incidência se encontra no 5º, 6º e 7º ano. No conjunto, 81% dos jovens frequentam o ensino básico (2º e 3º ciclo), o que reflete a distribuição etária da amostra de inquiridos, com uma idade média de 14 anos e uma idade modal de 12 anos. Com efeito, o ensino secundário e o ensino superior estão bastante menos representados.

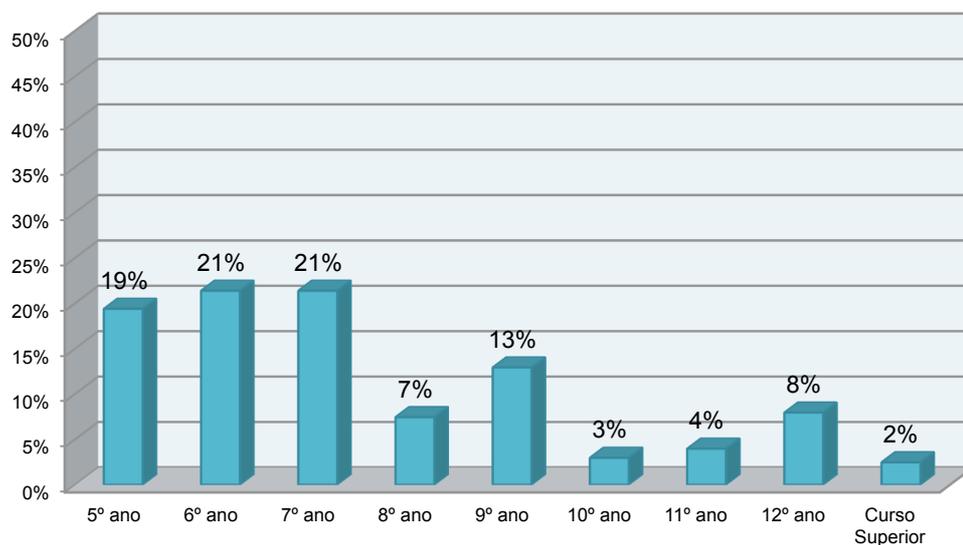


Figura 15. Ano de escolaridade em que os jovens se encontram (N = 201).

Ao nível das modalidades de educação/formação pode constatar-se na Figura 16 que a grande maioria se encontra a frequentar o ensino regular, com uma percentagem de 74%. Destaque ainda para os 13% que frequentam cursos profissionais.

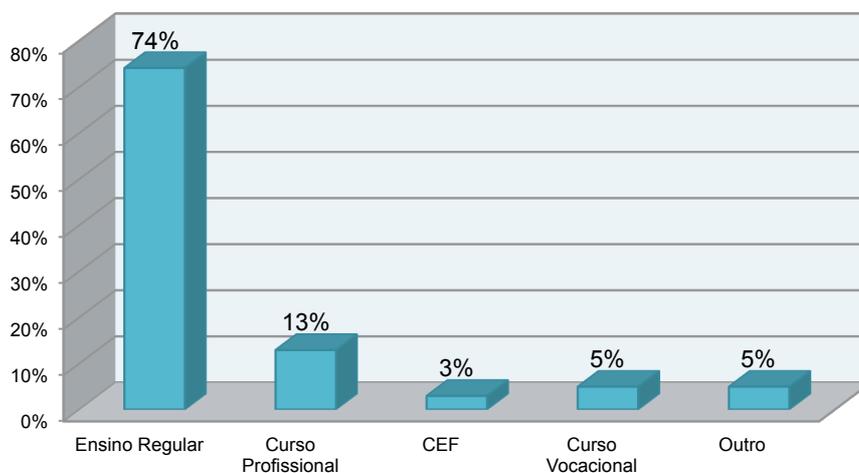


Figura 16. Modalidades de Educação/Formação (N = 201).

Passando agora ao número de retenções escolares, pela análise da Figura 17, podemos observar que 66% já reprovou pelo menos uma vez de ano, sendo que apenas 34% nunca reprovou qualquer ano; 34% já reprovou duas ou mais vezes e 12% três vezes ou mais.

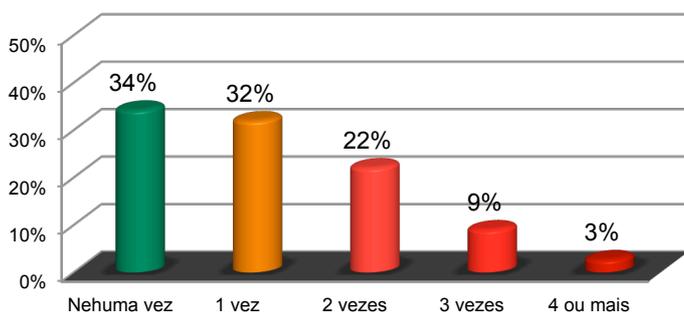


Figura 17. Número de reprovações de ano (N = 222).

Os jovens foram ainda inquiridos relativamente ao número de faltas injustificadas dadas. Na Figura 18, observamos que à questão “Na última semana que passou, deste alguma falta injustificada a alguma aula?”, 85% responde que não e 15% que sim.

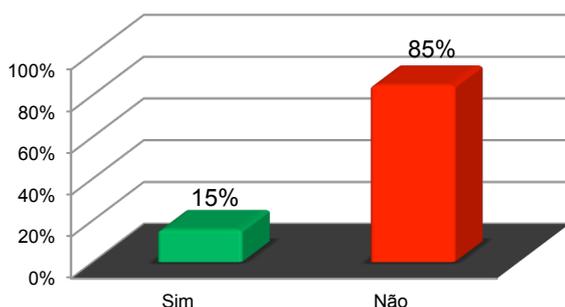


Figura 18. Faltas Injustificadas das pelos alunos (N = 201).

A Figura 19 dá-nos uma visão sobre os jovens que têm aulas de apoio na escola e os que não têm, existindo uma percentagem considerável que não tem (65%).

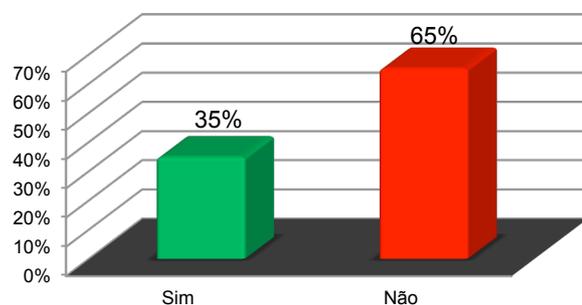


Figura 19. Aulas de apoio na escola (N = 201).

A recolha de dados através do questionário contemplou também uma dimensão atitudinal relativamente à escola. Assim, os jovens responderam a uma escala de atitudes em relação à escola (adaptada de Peixoto, 2003), utilizando as opções de resposta: *exatamente como eu* (4); *como eu* (3); *diferente de mim* (2); *completamente diferente de mim* (1).

Começamos por observar, na Figura 20, que a afirmação que recolheu um mais elevado nível de identificação por parte dos jovens foi “alguns alunos não fumam na escola”. De seguida, e igualmente com níveis expressivos de identificação por parte dos jovens, aparecem as afirmações que remetem para o interesse pelo trabalho na escola, bem como as que remetem para um trabalho feito com antecedência em casa, quer no que se relaciona com trabalhos de casa, quer ao nível da preparação do material necessário. Por fim, de salientar ainda que, embora a percentagem que remete para a não identificação com tais comportamentos seja superior, existe uma percentagem ainda considerável de jovens a identificarem-se com as afirmações “alguns alunos copiam nos testes” (37%) e com “alguns alunos, se puderem, gozam com os professores” (24%).

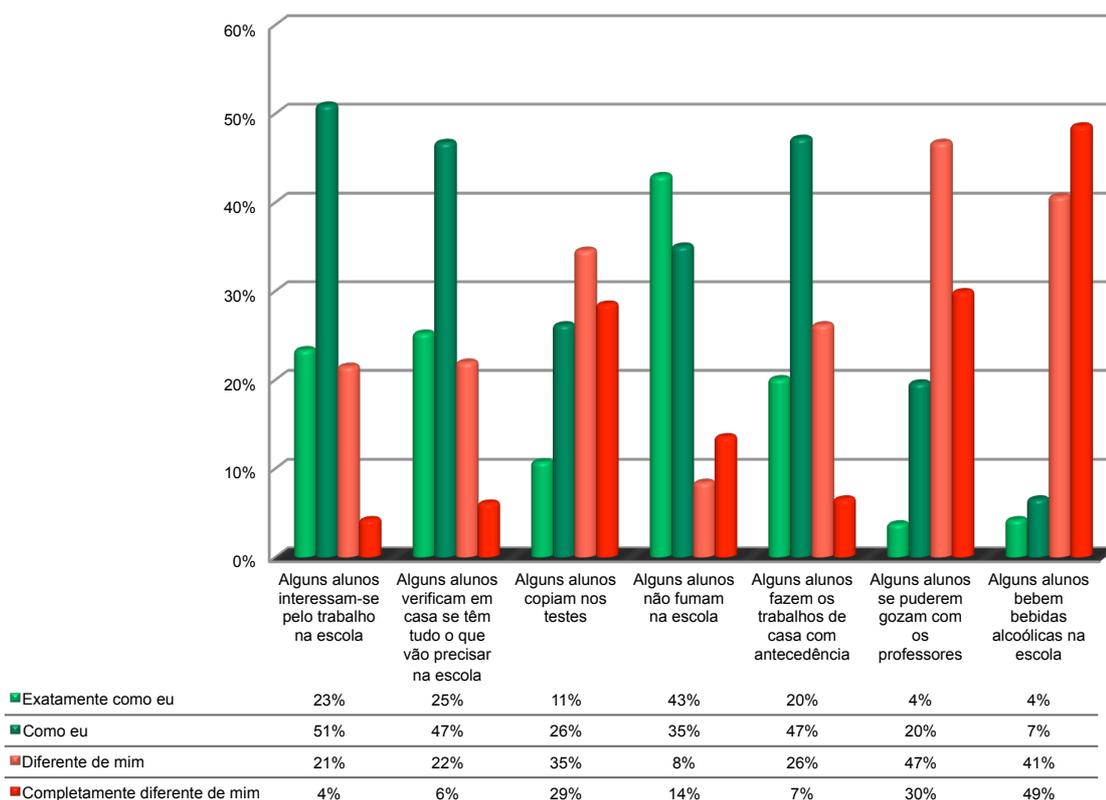


Figura 20. Atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).

Na Figura 21, pode observar-se uma identificação com as afirmações que remetem para o esforço por estar com atenção nas aulas e para a vontade e dedicação na escola. Pelo contrário, é manifestada pela esmagadora maioria uma não identificação com comportamentos considerados desadequados, tais como estragar o material, beber bebidas alcoólicas, comer nas aulas. Nota ainda para a não identificação da esmagadora maioria com a afirmação “Alguns alunos acham que andar na escola é uma perda de tempo”, embora 17% se identifiquem com esta.

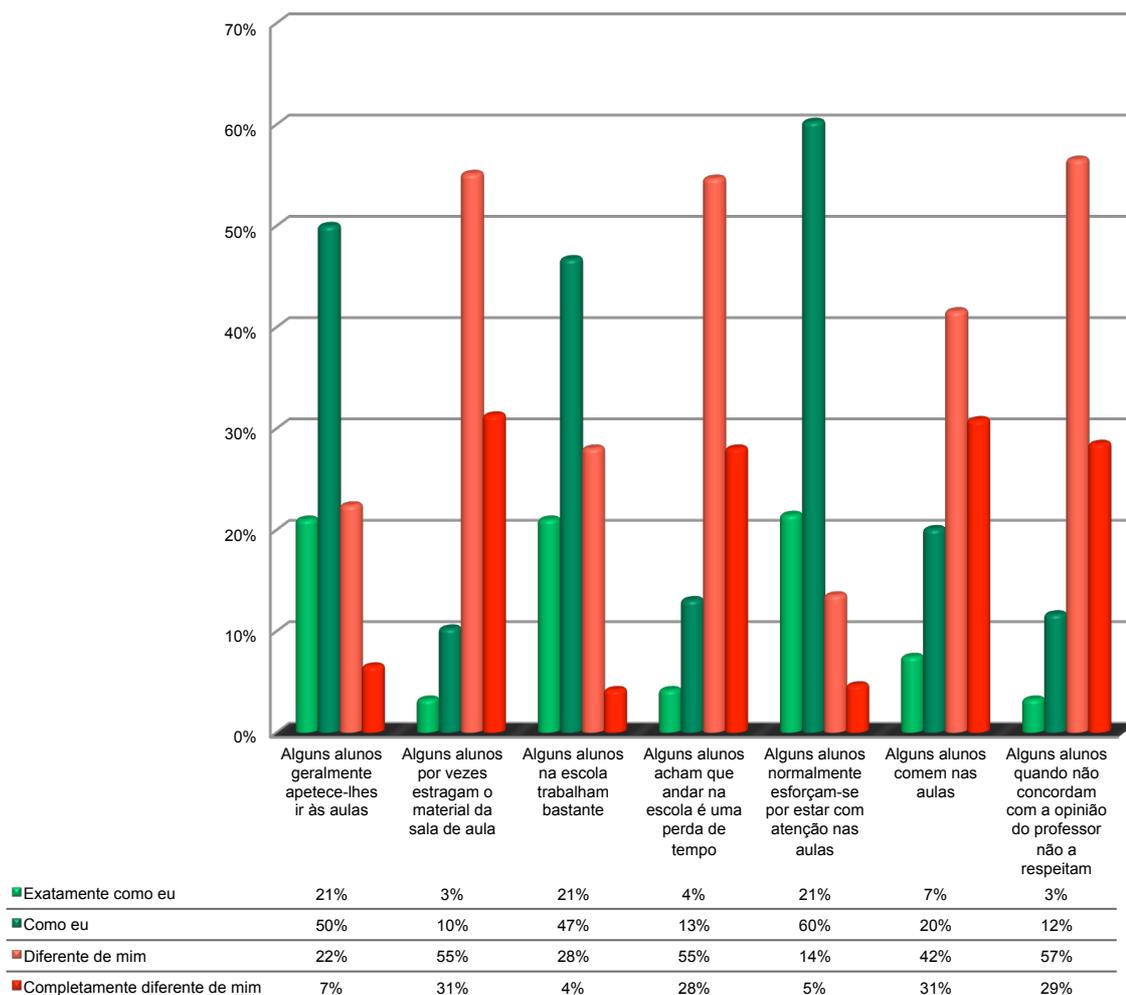


Figura 21. Atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).

Em relação à última bateria de afirmações, e ainda em relação à atitude em relação à escola, pode observar-se na Figura 22 uma elevada identificação com as afirmações que remetem para práticas consideradas corretas em meio escolar, tais como o bom comportamento, a preservação do material e até o aguardar pela sua vez para intervirem nas aulas. Por outro lado, observa-se uma baixa identificação com afirmações que remetem para a provocação e falta de respeito para com os professores. De salientar ainda uma percentagem de 32% que se identifica com a afirmação “alguns alunos ficam fartos com os professores que lhes dizem o que devem ou não devem fazer”.

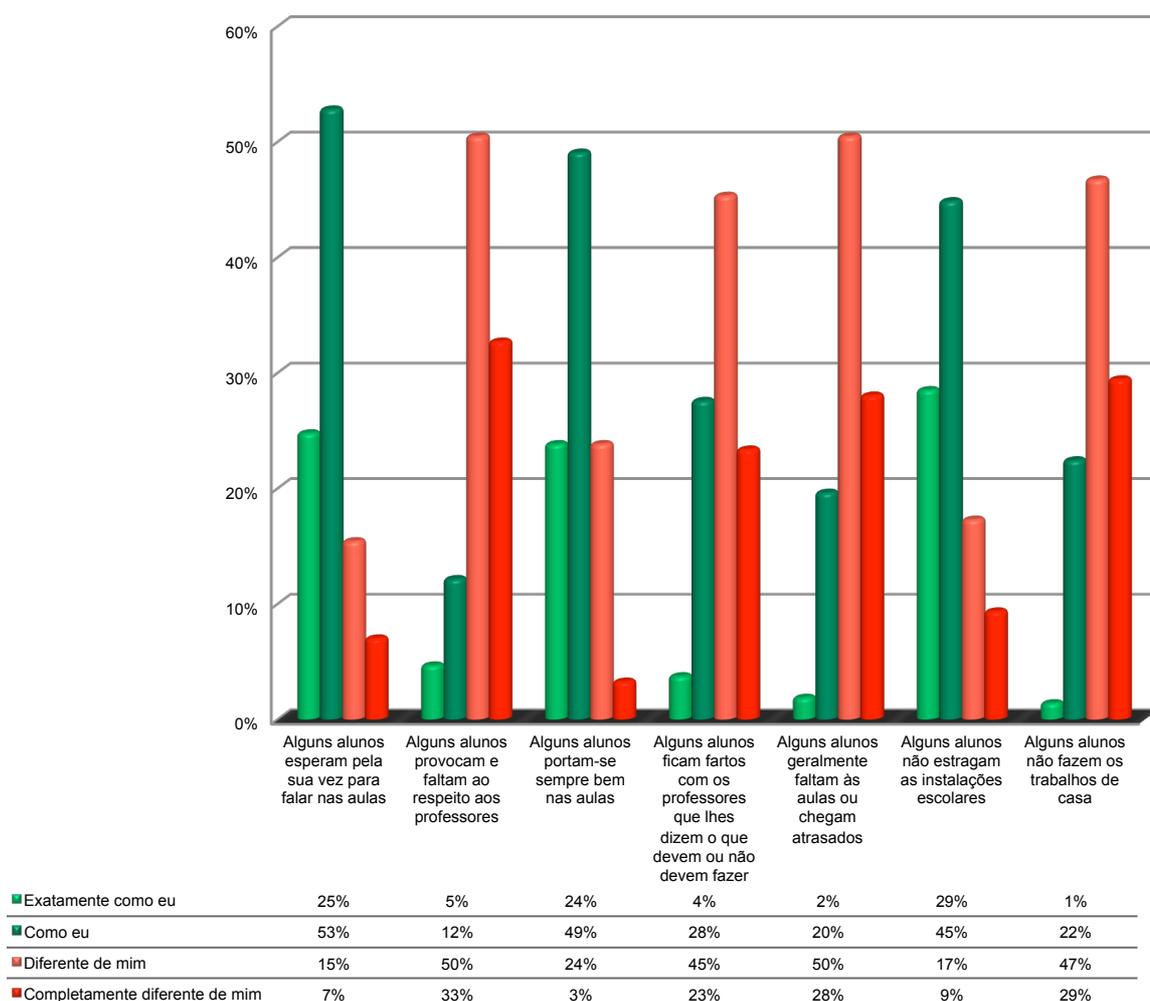


Figura 22. Atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).

Por fim, a Figura 23 confirma a predominância de atitudes positivas em relação à escola entre os jovens inquiridos.

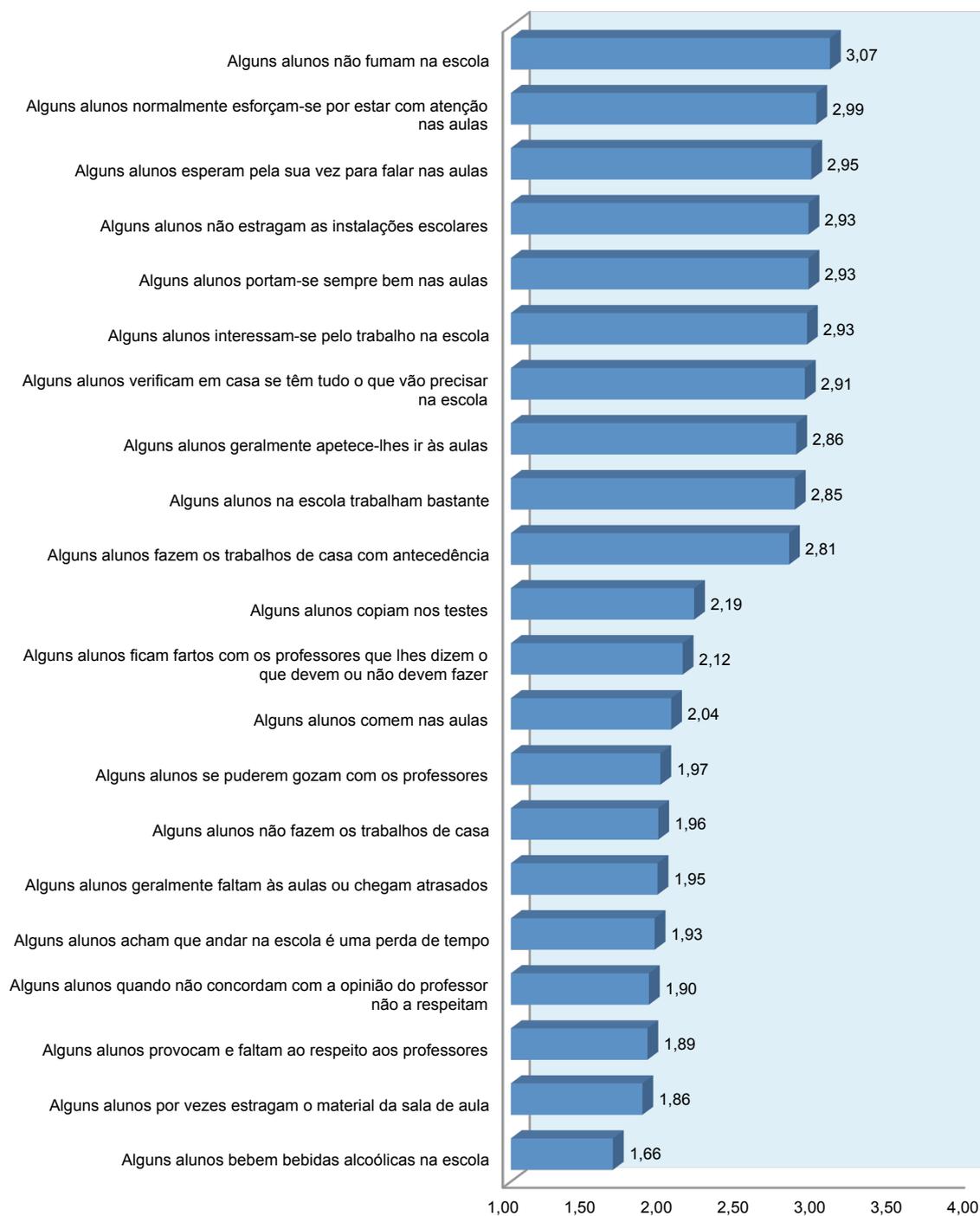


Figura 23. Ranking atitudes em relação à escola (adaptado de Peixoto, 2003; N = 214).

Numa perspetiva de futuro, foi perguntado aos jovens até que ano pensam estudar. A Figura 24 dá-nos esta distribuição, onde se salienta o elevado número de jovens que pensa estudar até ao 12º ano ou curso superior - 85% - sendo que destes, 47% afirmam querer chegar ao 12º ano e 38% ao ensino superior. De referir ainda que 9% afirma querer estudar apenas até ao 9º ano.

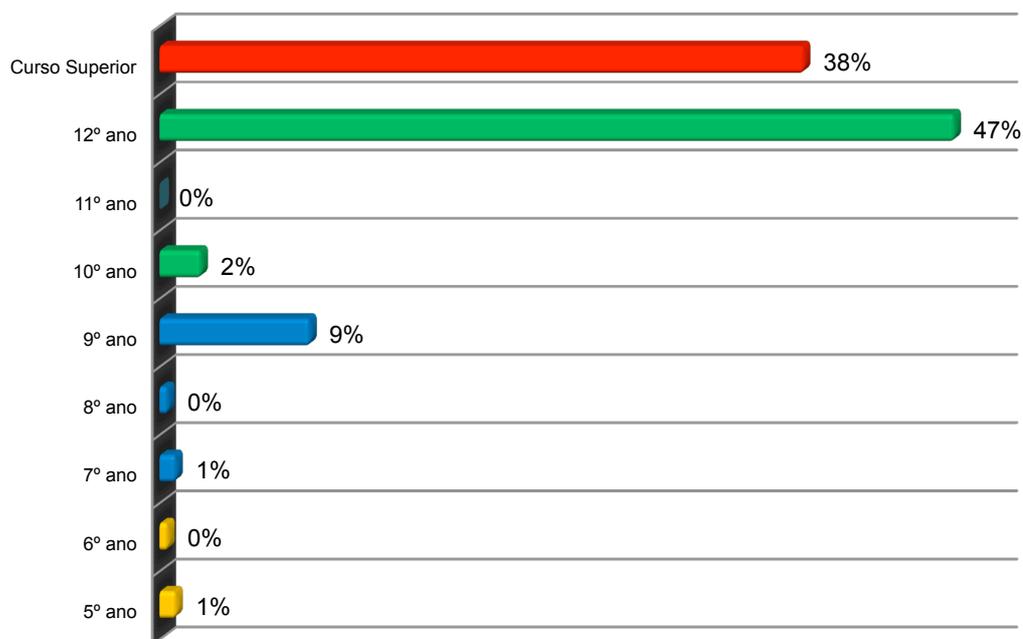


Figura 24. Até que ano os jovens pensam estudar (N = 201).

Por fim, os jovens foram também inquiridos relativamente aos seus objetivos para o futuro, através de uma questão aberta. Pela riqueza de informação que representa, apresentamos em anexo (anexo 2) as respostas integrais dadas pelos participantes, tal como foram inseridas no questionário eletrónico (por essa razão, os discursos apresentam erros ortográficos).

Discussão dos resultados

A caracterização dos participantes permite identificar uma amostra de jovens maioritariamente portugueses, mas que apresenta também diversidade cultural, tendo em conta que 17,5% dos jovens refere ter nascido num país estrangeiro, o mesmo sucedendo com 34,9% dos pais e com 38,7% das mães; 5% refere pertencer à comunidade cigana. Um outro aspeto a salientar diz respeito ao tempo de residência no bairro ou na zona onde o projeto funciona, sendo que 55,5% dos jovens vive há menos de 10 anos nesse contexto.

Assim, é possível que estes jovens e estas famílias não tenham ainda (re)construído uma rede social de apoio satisfatória nas comunidades onde vivem, representando aqui os projetos do Programa Escolhas um contributo a nosso ver significativo no reforço e ampliação das redes formais e informais de suporte. Aliás, sabendo que o Escolhas atua em comunidades altamente desfavorecidas, onde os fatores de stress são elevados, mais importante ainda se torna a disponibilidade e utilização do apoio social, diminuindo ou amortizando os efeitos do stress.

A desintegração social e a mobilidade geográfica podem colocar em risco a saúde mental dos indivíduos, pela ausência de laços ou apoios sociais adequados ou a rutura das redes previamente existentes, pelo que a reconstrução das redes sociais de apoio constituem um elemento chave na amortização do stress vivido por muitas destas famílias. O Programa Escolhas pode assumir um papel relevante na disponibilização de apoio afetivo ou emocional, na disponibilização de informação e aconselhamento e na prestação de ajuda material.

No que diz respeito às variáveis socioculturais, os jovens participantes inserem-se em famílias onde predominam as baixas habilitações escolares, os reduzidos hábitos de leitura (quase metade dos jovens não costuma ler livros) e um muito reduzido número de livros em casa (59% dos jovens refere ter menos de 10 livros em casa) e mais de um terço dos participantes sem computador em casa com acesso à internet. Para além disso, 17,7% dos jovens fala uma língua estrangeira em casa (11,9% combinando a língua estrangeira com a língua portuguesa).

Estes fatores, associados a situações de desemprego, contribuem para um baixo capital cultural nas famílias, o que influencia também os resultados e os destinos escolares, na medida em que a presença das variáveis socioculturais revela-se importante no apoio à escolarização dos alunos e nos resultados de testes e exames (Abd-El-Fattah, 2006; Almeida, Guisande, Soares, & Saavedra, 2006; N. D. De Graaf, De Graaf, & Kraaykamp, 2000; Neto-Mendes, Costa, & Ventura, 2003; Nogueira & Nogueira, 2002; OECD, 2011a, 2011b; Sousa et al., 2002). Como referem Machado e colaboradores (2003), as variáveis socioculturais podem ser analisadas segundo diferentes pontos de vista, nomeadamente: do *acesso* à escola e aos diferentes graus de ensino, do *processo* de aprendizagem e de interação na escola e do *sucesso* no percurso escolar e na aquisição de conhecimentos, competências e diplomas.

Habitualmente os pais com níveis socioculturais mais baixos apresentam expectativas educacionais também mais baixas e um conhecimento menos aprofundado do sistema de ensino. Assim, neste caso N. D. De Graaf e colaboradores (2000) veem o capital cultural como um contributo valioso no percurso escolar dos filhos, devido ao estreitamento da distância entre o ambiente familiar e o ambiente escolar. Concretizando, no caso das famílias mais desfavorecidas, fomentar a leitura no contexto familiar pode constituir um fator chave na promoção do sucesso educacional dos filhos, trazendo um efeito compensador a estes alunos provenientes de *backgrounds* mais desfavorecidos. De facto, a investigação revela que o capital cultural pode funcionar como um meio para a mobilização social ascendente de grupos minoritários menos privilegiados (Kalmijn & Kraaykamp, 1996). As famílias podem, então,

compensar em parte as suas reduzidas habilitações académicas, proporcionando aos filhos um clima propício à leitura, constituindo-se como um recurso de compensação em relação ao reduzido nível educacional familiar.

Dados de 2009 da OCDE revelam que, em Portugal, quase 40% dos alunos oriundos de meios desfavorecidos podem ser considerados resilientes. Mesmo com um *background* desfavorável, conseguem alcançar níveis de desempenho elevados, quebrando com ciclos intergeracionais de baixo rendimento escolar, baixas perspetivas profissionais e baixas condições económicas (OECD, 2011b).

Assim, pelos dados disponíveis, podemos afirmar que muitas das famílias dos jovens abrangidos pelo Programa Escolhas apresentam dificuldades sérias no acompanhamento escolar dos filhos, no apoio nas aprendizagens e nos trabalhos de casa, na valorização da escola, da aprendizagem e da leitura, no estímulo a aspirações educacionais elevadas.

O Programa Escolhas tem desenvolvido neste domínio um trabalho consolidado de promoção do sucesso escolar, redução do absentismo e abandono escolares, através de um apoio diário aos jovens, quer ao nível da aprendizagem dos conteúdos, quer ao nível da aprendizagem dos processos de organização e otimização do estudo.

A intervenção levada a cabo pelos projetos tem sido desenvolvida também junto das famílias, sendo fundamental a promoção de competências parentais no domínio escolar, para que possam supervisionar o estudo dos filhos, ou, caso tal não seja possível, pelo menos responsabilizar os filhos, estimular o seu esforço no trabalho escolar, acompanhar e valorizar o seu percurso, passo a passo.

A elevada percentagem de jovens com histórico de retenções escolares chama a atenção para a importância do desenho de intervenções que assumam o foco específico e continuado na esfera escolar.

Tratando-se de jovens com um baixo capital cultural, o Programa Escolhas pode assumir um papel ainda mais relevante na promoção da leitura nas famílias e nos projetos, desde tenra idade, fator associado ao sucesso escolar e a percursos escolares mais longos.

Por outro lado, os alunos com histórias marcadas pelo insucesso apresentam frequentemente uma baixa autoeficácia, pelo que é fundamental providenciar apoio adicional a estes alunos, para que possam melhorar os seus resultados e acreditar que são capazes, desde que se esforcem e recorram aos apoios existentes.

Note-se que apenas 35% dos jovens refere ter aulas de apoio na escola, quando muito provavelmente haveria necessidade de mais apoio, desde que esta medida apresente níveis de eficácia satisfatórios. O apoio que muitos não têm na escola (e em casa), podem encontrá-lo no Escolhas, podendo ser esta uma dimensão fundamental da intervenção.

Da amostra de jovens que responderam ao questionário, 5% enquadra-se no estatuto de NEET – “not in education, employment or training”. No entanto, o facto de estes jovens procurarem os projetos do PE reforça a importância deste Programa no acolhimento a jovens que estão sem ocupação, eventualmente sem objetivos definidos para a sua vida. No Escolhas poderão encontrar um contexto onde descubram novos talentos, onde possam dar um contributo válido para a sua comunidade, sentindo-se úteis, onde possam alargar horizontes e equacionar novas possibilidades para as suas vidas. Como referem 86% dos jovens, o Escolhas mudou as suas vidas.

Dos jovens que se encontravam a frequentar os projetos durante a semana e que responderam ao questionário, a maioria encontra-se no 2.º e no 3.º ciclo, sobretudo no 5.º, 6.º e 7.º ano. Constitui assim um desafio o envolvimento de mais jovens a partir do 8.º ano, acompanhando-os, promovendo o sucesso escolar e prevenindo os comportamentos de risco.

A dimensão relacional, quer com o grupo de pares, quer com os técnicos e colaboradores dos projetos, assim como a adequação das atividades, assumem aqui um papel crucial, para que os adolescentes continuem a frequentar os projetos, identificando-se com as iniciativas que vão sendo desenvolvidas e assumindo responsabilidades.

A mentoria entre pares poderia ser uma modalidade de intervenção a desenvolver junto dos jovens, reforçando a modelagem por parte de jovens mais velhos e constituindo um apoio efetivo que tira partido de um contexto desenvolvimental fundamental e muito valorizado na adolescência: o grupo de pares.

Por outro lado, os jovens encontram-se sobretudo a frequentar o ensino regular, o que nos leva a questionar, entre outras coisas, que atividades poderiam ser pensadas para os jovens que se encontram a frequentar cursos profissionais. Jovens muitas vezes com percursos de insucesso, com baixas expectativas e com um baixo capital cultural.

Apesar de as atitudes dos jovens face ao trabalho escolar e face às regras na escola serem positivas, em geral, é fundamental continuar a trabalhar de uma forma concertada na promoção de um elevado envolvimento escolar por parte dos jovens, nas suas vertentes emocional (valorização da escola e da aprendizagem, sentimento de pertença à escola), cognitiva (esforço na compreensão de matérias complexas, autorregulação da aprendizagem) e comportamental (cumprimento de regras, comportamento disciplinado). A intervenção direta, junto das próprias crianças e jovens, devem ser conciliadas com a intervenção indireta, junto das escolas e das famílias.

O facto de 36% dos jovens não terem computador em casa com acesso à internet reforça a relevância dos Centros de Inclusão Digital, quer numa lógica de combate à infoexclusão e de desenvolvimento de competências, quer numa lógica instrumental de apoio às aprendizagens (e.g. Escola Virtual) e de proporcionar aos jovens momentos de lazer significativos para eles.

Este dado mostra a importância da continuidade da potencialização dos CID, mesmo após dez anos de implementação desta medida.

As situações de desemprego, visíveis nos contextos de atuação do Programa Escolhas, agudizam a exclusão e a pobreza, pelo que toda a intervenção desenvolvida no domínio da promoção da formação, do emprego, da capacitação e do empreendedorismo se tornam particularmente relevantes no momento atual. Assim como as ações solidárias (e.g., lojas comunitárias), que permitem uma ajuda material efetiva a quem está a passar por sérias dificuldades.

Perceções dos jovens relativamente a si próprios

Autoestima dos jovens

Com o intuito de aferir os níveis de autoestima dos jovens inquiridos, foi utilizada a escala de autoestima de Rosenberg (1965), na sua versão portuguesa apresentada por Santos e Maia (2003). Assim, os jovens responderam a um conjunto de afirmações em relação às quais se pedia para se posicionarem utilizando uma das quatro opções disponíveis - *discordo totalmente, discordo, concordo ou concordo totalmente*.

A Figura 25 ilustra a distribuição do posicionamento dos jovens face às afirmações apresentadas. Por sua vez, a Figura 25 apresenta um *ranking* decrescente daquelas que foram as mais pontuadas, ou seja, com as quais os jovens mais concordam ou se identificam (considerando o valor 1 para o *discordo totalmente* e o 4 para o *concordo totalmente*).

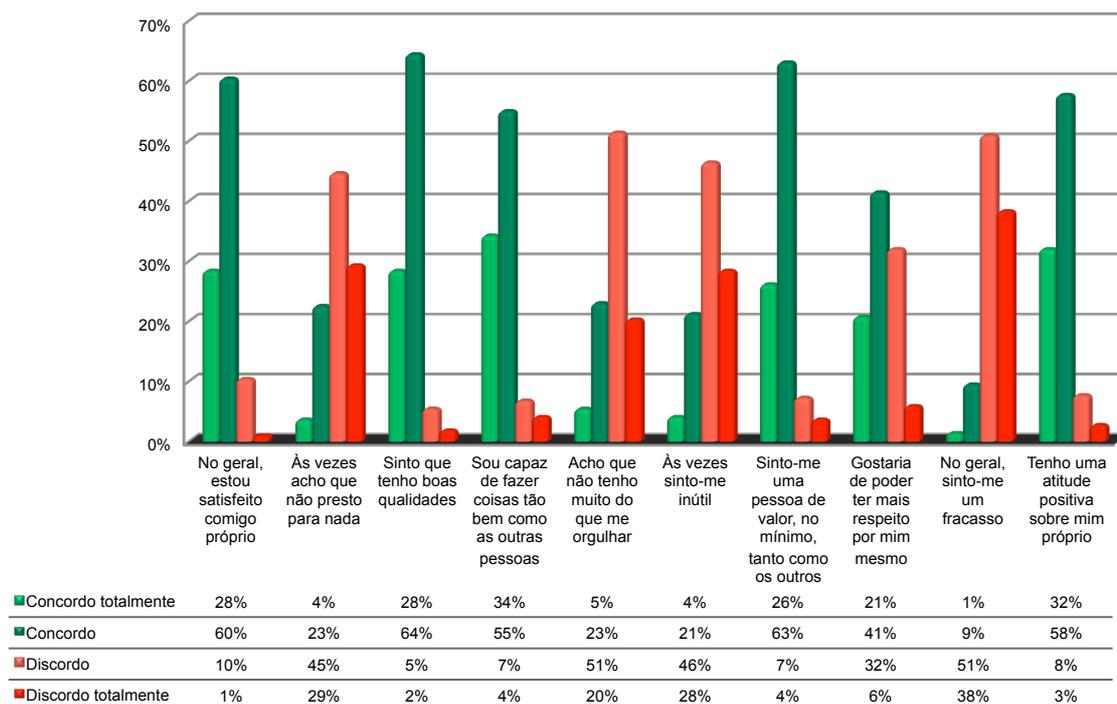


Figura 25. Escala de Autoestima (N = 222).

Assim, começamos por salientar que em relação “à satisfação consigo próprios”, 88% dos inquiridos posicionam-se nos níveis da escala de *concordo totalmente* e *concordo*.

No que concerne ao reconhecimento de “boas qualidades em si próprio”, observa-se um posicionamento quase total nas categorias “concordo e concordo totalmente”, verificando-se o mesmo em relação à capacidade de “fazer coisas tão bem como as outras pessoas”.

Relativamente à perceção de si próprios como “pessoas de valor, no mínimo, tanto como os outros” apresenta também elevados níveis de concordância, com 89% a referirem “concordar” ou “concordar totalmente”.

Por fim, na “atitude positiva sobre si próprio” voltam a disparar os valores de “concordo” e “concordo totalmente”, com 90% dos jovens a afirmarem que têm uma atitude positiva sobre si próprios. Esta distribuição confirma o valor médio que estas afirmações assumem na escala de autoestima, ordenada de forma decrescente, na Figura 26, e revela que a maioria destes jovens se posiciona positivamente do ponto de vista da sua autoestima.



Figura 26. Ranking escala de autoestima (N = 222).

Importa, contudo, referir que em relação à afirmação, “Às vezes acho que não presto para nada”, embora a maioria discorde ou discorde totalmente, 27% dos jovens revê-se nesta afirmação. 28% dos jovens também considera “não ter muito com que se orgulhar” e 25% revelam que “às vezes, sentem-se inúteis”. Em relação ao respeito por si próprios, observa-se que a maioria “gostaria de ter mais respeito por si próprio”, uma vez que 62% concorda ou concorda totalmente com esta afirmação. A afirmação “no geral sinto-me um fracasso” é aquela que tem um nível mais baixo de concordância.

Empowerment dos jovens

Um outra dimensão que nos pareceu relevante incluir na recolha de dados através do questionário diz respeito ao *empowerment* dos jovens, conceito fundamental no domínio da intervenção comunitária.

Foi utilizada a escala de controlo sociopolítico para jovens (Cabral, 2013). Neste caso, a escala era de 5 níveis - *discordo totalmente*, *discordo*, *não discordo nem concordo*, *concordo*, ou *concordo totalmente*. Além da distribuição do posicionamento dos jovens face a cada uma das afirmações, ilustrada em duas figuras (27 e 28), volta a apresentar-se na Figura 27 um *ranking* das várias afirmações, apresentado de forma decrescente, partindo daquelas com maior

concordância (1 para *discordo totalmente*, o 2 para *discordo*, 3 para *não discordo nem concordo*, 4 para *concordo* e 5 para *concordo totalmente*).

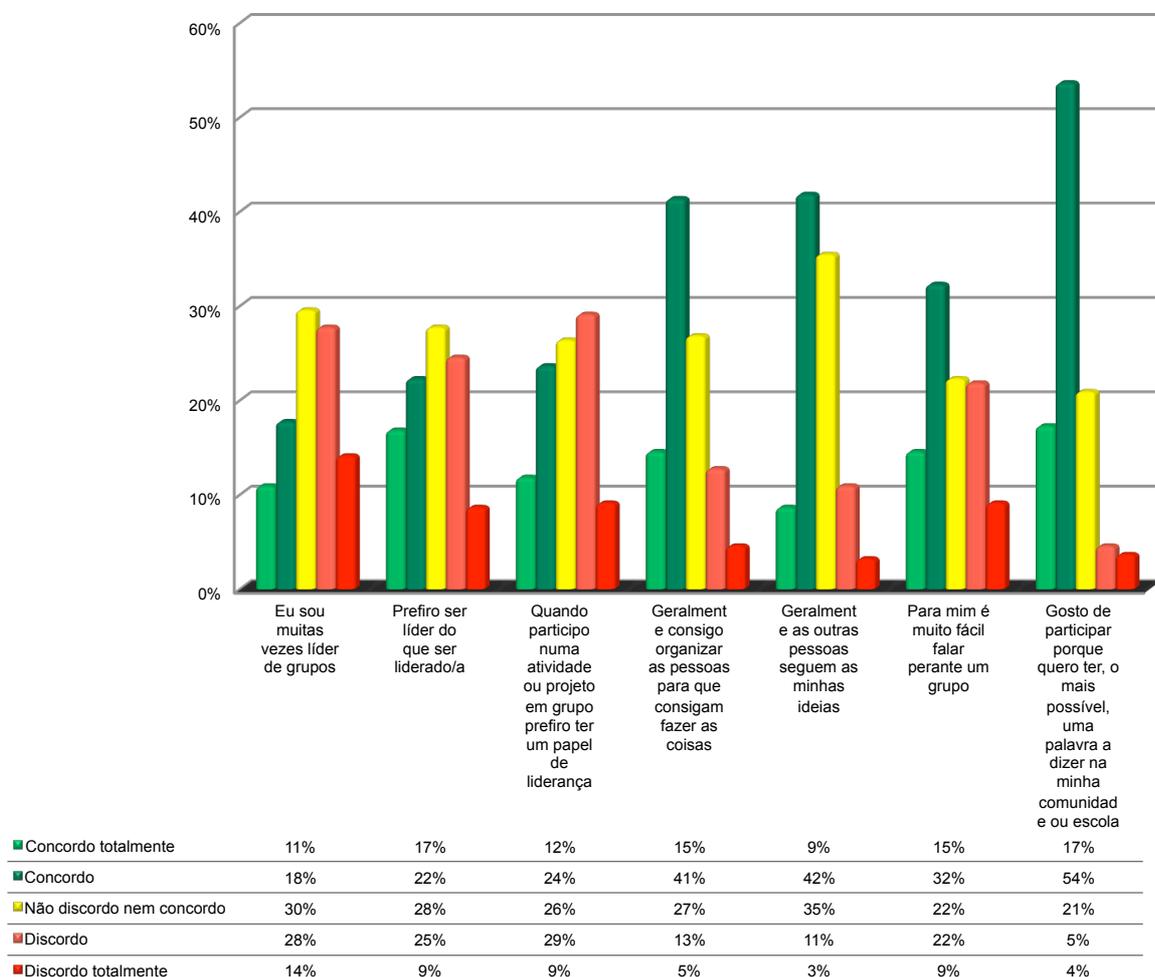


Figura 27. Escala de controlo sociopolítico para jovens (N = 220).

Destaca-se a elevada identificação dos jovens com a generalidade das afirmações que revelam predisposição para participarem na vida da comunidade e da escola a que pertencem. São estas que surgem também mais bem pontuadas na escala, como mostra a Figura 27.

Estes dados ilustram, de certo modo, uma significativa consciência destes jovens relativamente à importância da participação cívica, bem como a sua compreensão destes assuntos e a sua capacidade para intervir. Salienta-se ainda que a afirmação que reuniu menos concordância, ainda que globalmente positiva, é aquela que remete para a abertura ou a disponibilidade dos líderes da escola e da comunidade em “ouvirem a opinião” destes jovens.

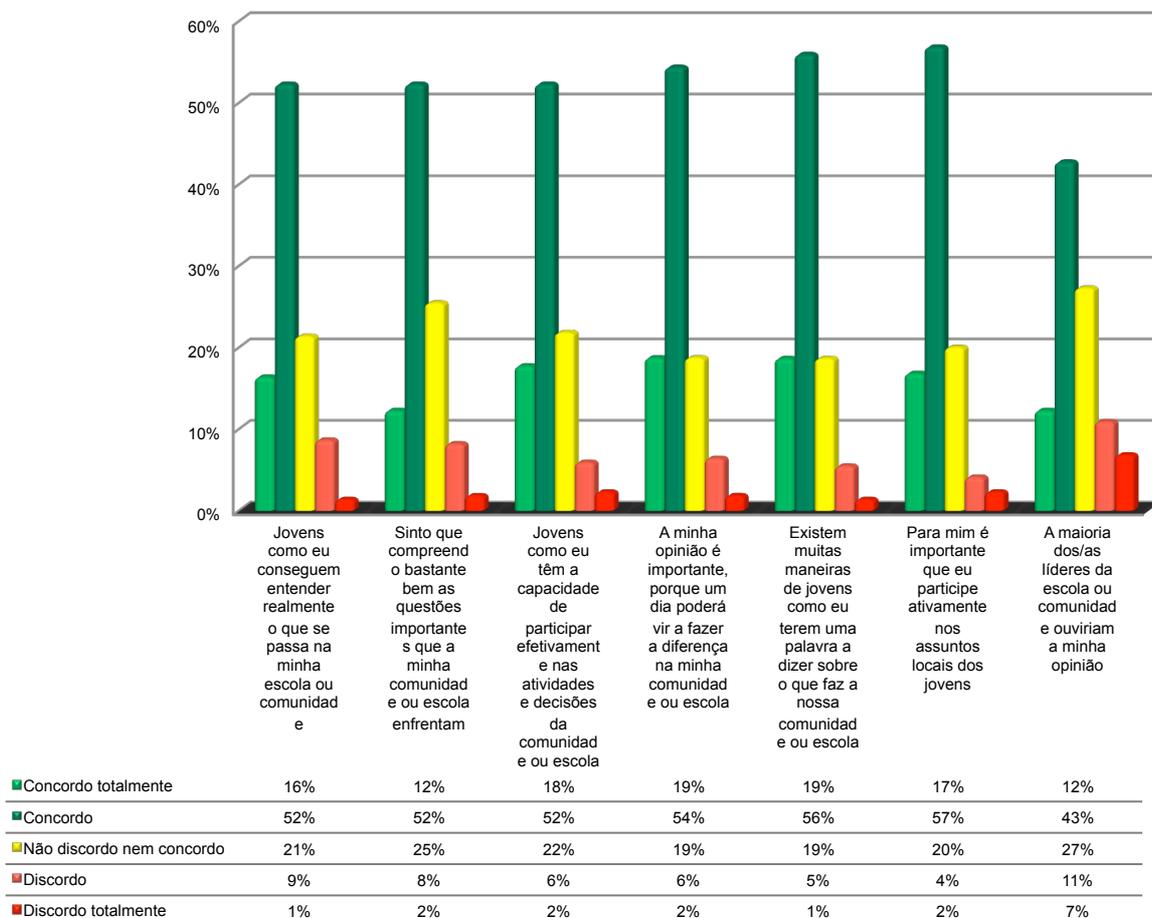


Figura 28. Escala de controlo sociopolítico para jovens (N = 220).

Já a maioria das afirmações que revelam propensão para a liderança apresentam uma distribuição de respostas mais dispersa e níveis de identificação dos jovens mais reduzidos, se bem que, ainda assim, expressivos (Figura 29).

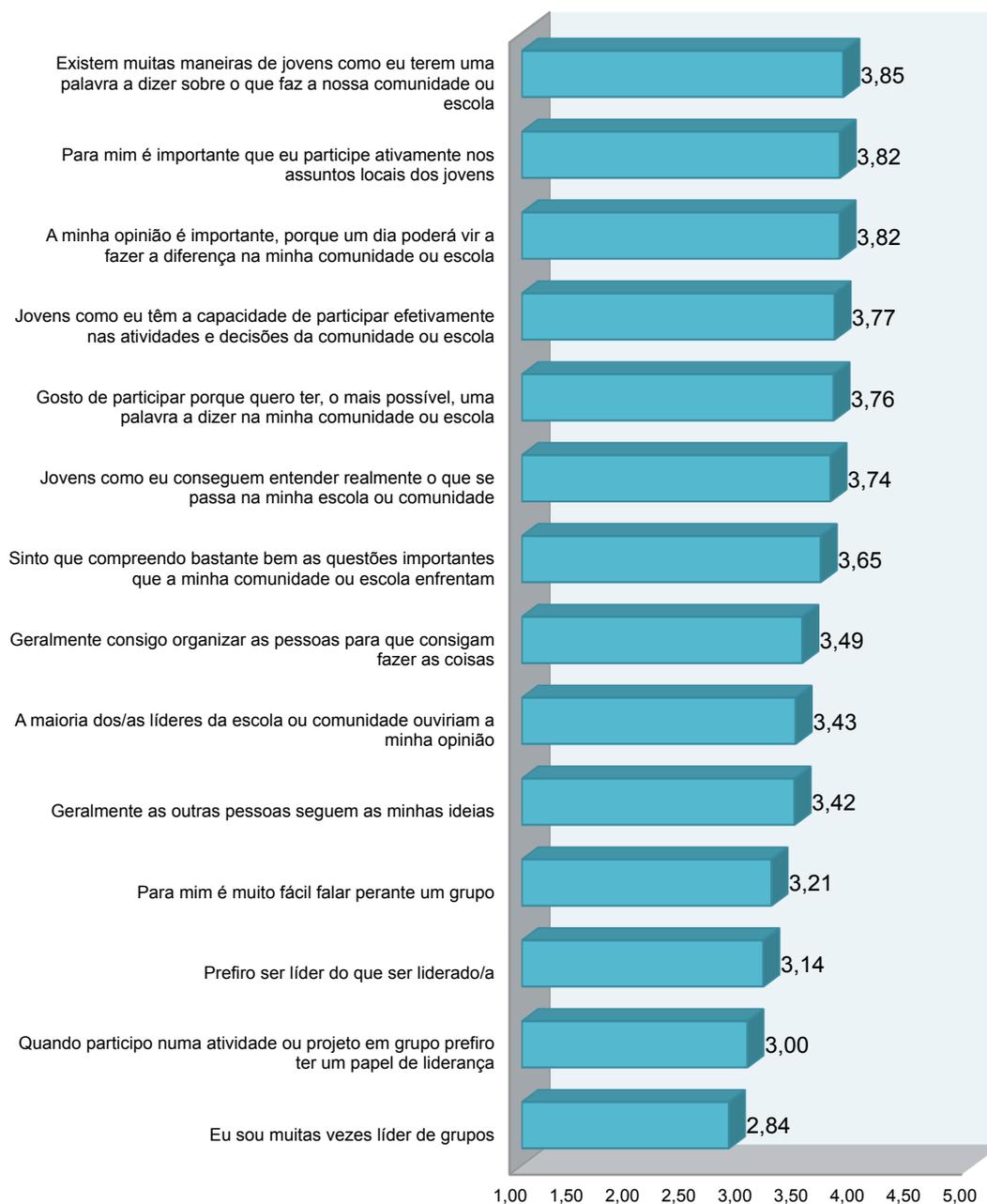


Figura 29. Ranking escala de controlo sociopolítico para jovens (N = 220).

Percepções dos jovens relativamente ao contexto familiar e ao grupo de pares

Escala de percepção da relação com a família

O questionário permitiu também a análise das percepções dos jovens relativamente ao seu contexto familiar, tendo sido utilizada uma adaptação da escala da percepção da relação com a família, de Peixoto (2003).

Nas Figuras 30, 31 e 32 é possível observar os níveis de identificação dos jovens com as afirmações. Também neste caso, e além de ilustrar a distribuição das respostas por cada nível da escala, optou-se por criar um *ranking* das afirmações em função da pontuação média das respostas. Neste caso as opções de resposta eram: *exatamente como eu* (4); *como eu* (3); *diferente de mim* (2); *completamente diferente de mim* (1).

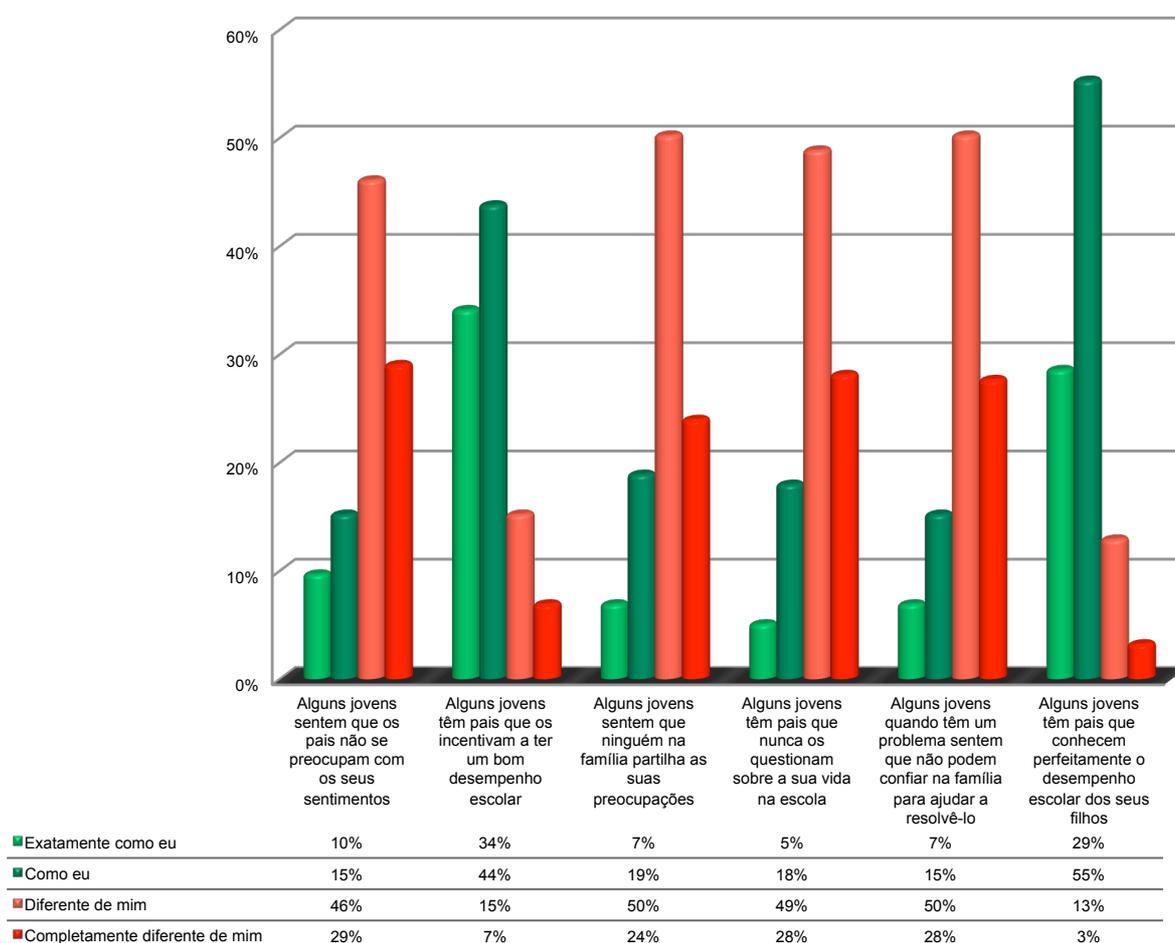


Figura 30. Escala de percepção da relação com a família (N=217).

Relativamente à primeira bateria de afirmações, constantes nas Figuras 30 e 31, salienta-se a elevada identificação dos jovens inquiridos com o incentivo dos pais para um bom desempenho escolar, reforçada pela não identificação com a afirmação “alguns jovens têm pais que nunca os questionam sobre a sua vida na escola” (ainda que 23% se tenham identificado com esta afirmação). Observa-se ainda um nível de não identificação mais demarcado com as afirmações que remetem para a despreocupação dos pais para com os sentimentos dos filhos, para a ausência da partilha das suas preocupações no seio familiar e para confiança na família para a resolução de problemas. Referimo-nos, até ao momento, ao suporte percebido pelos jovens nas tarefas escolares e ao suporte afetivo.

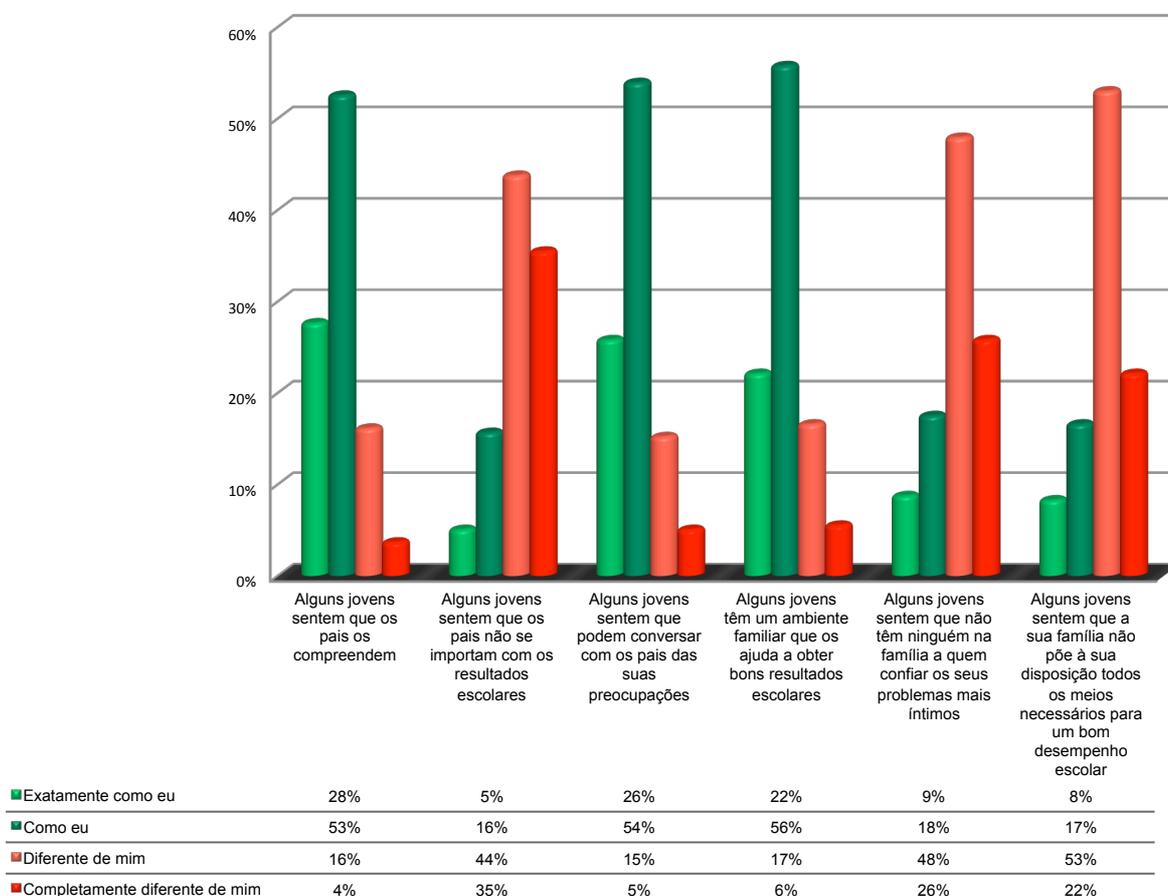


Figura 31. Escala de percepção da relação com a família (N=217).

Na Figura 31, voltamos a observar a identificação os jovens com as afirmações que remetem para a compreensão dos pais relativamente aos problemas dos filhos (suporte afetivo), bem como o conhecimento dos pais em relação ao desempenho escolar dos filhos. De referir ainda a significativa identificação com a afirmação que remete para um ambiente familiar que ajuda os jovens a obterem bons resultados escolares.

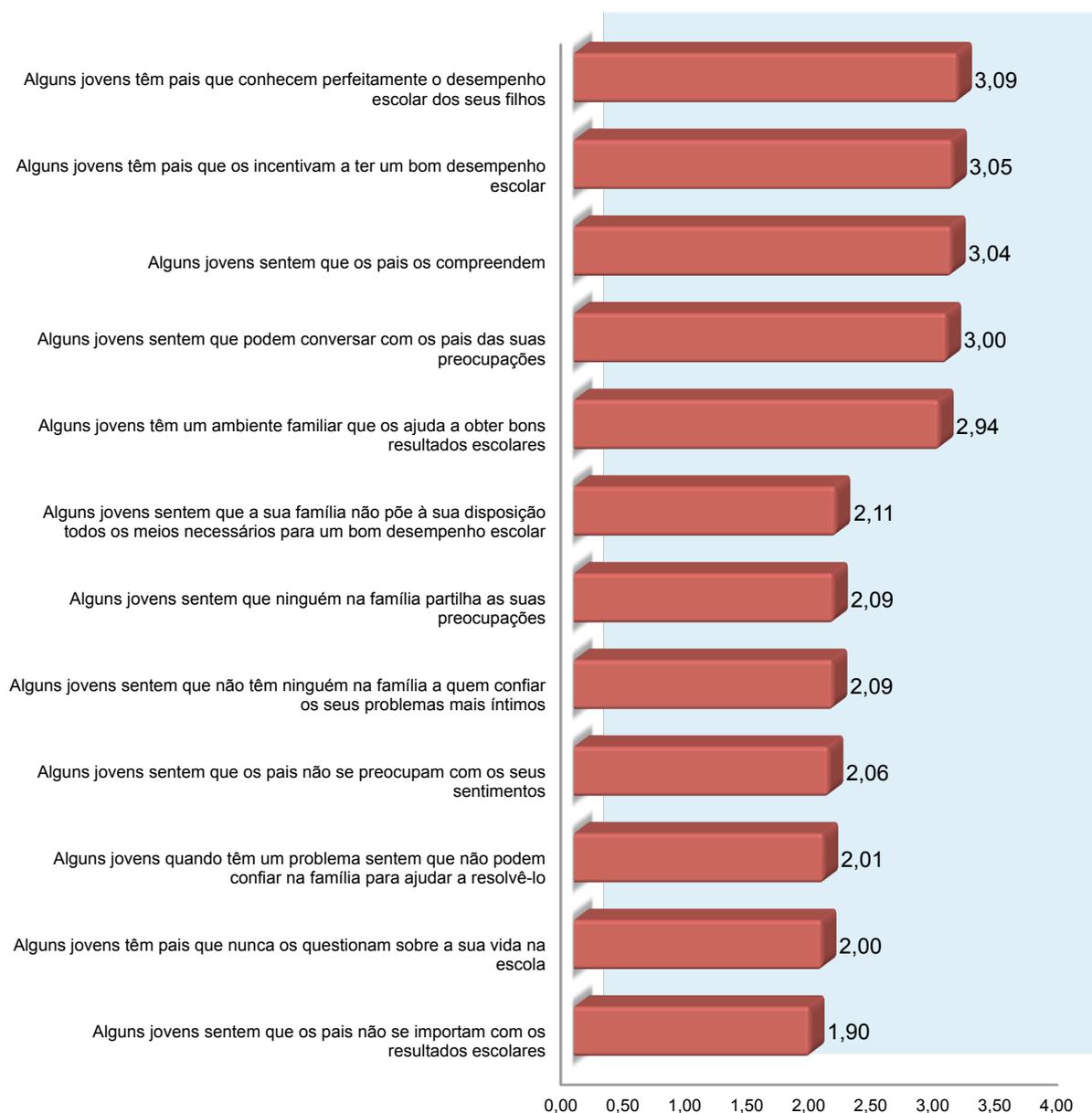


Figura 32. Ranking escala de percepção da relação com a família (N=217).

A menor identificação dos jovens com as últimas sete afirmações (formuladas pela negativa), conforme se ilustra na Figura 32, confirma a percepção globalmente positiva que estes jovens revelam relativamente à relação com a família, nomeadamente ao nível do suporte afetivo e do suporte nas tarefas escolares.

Escala de Imagem Social do Grupo de Pares

O questionário contemplou ainda a análise da percepção que o adolescente tem sobre a imagem que os outros possuem do seu grupo de pares, tendo sido utilizada a escala de imagem social do grupo de pares, adaptada de Peixoto (2003).

Na Figura 33, é possível observar os níveis de identificação dos jovens com as afirmações. Também neste caso, e além de ilustrar a distribuição das respostas por cada nível da escala, optou-se por criar um *ranking* das afirmações em função da pontuação média das respostas. As opções de resposta eram: *exatamente como eu* (4); *como eu* (3); *diferente de mim* (2); *completamente diferente de mim* (1).

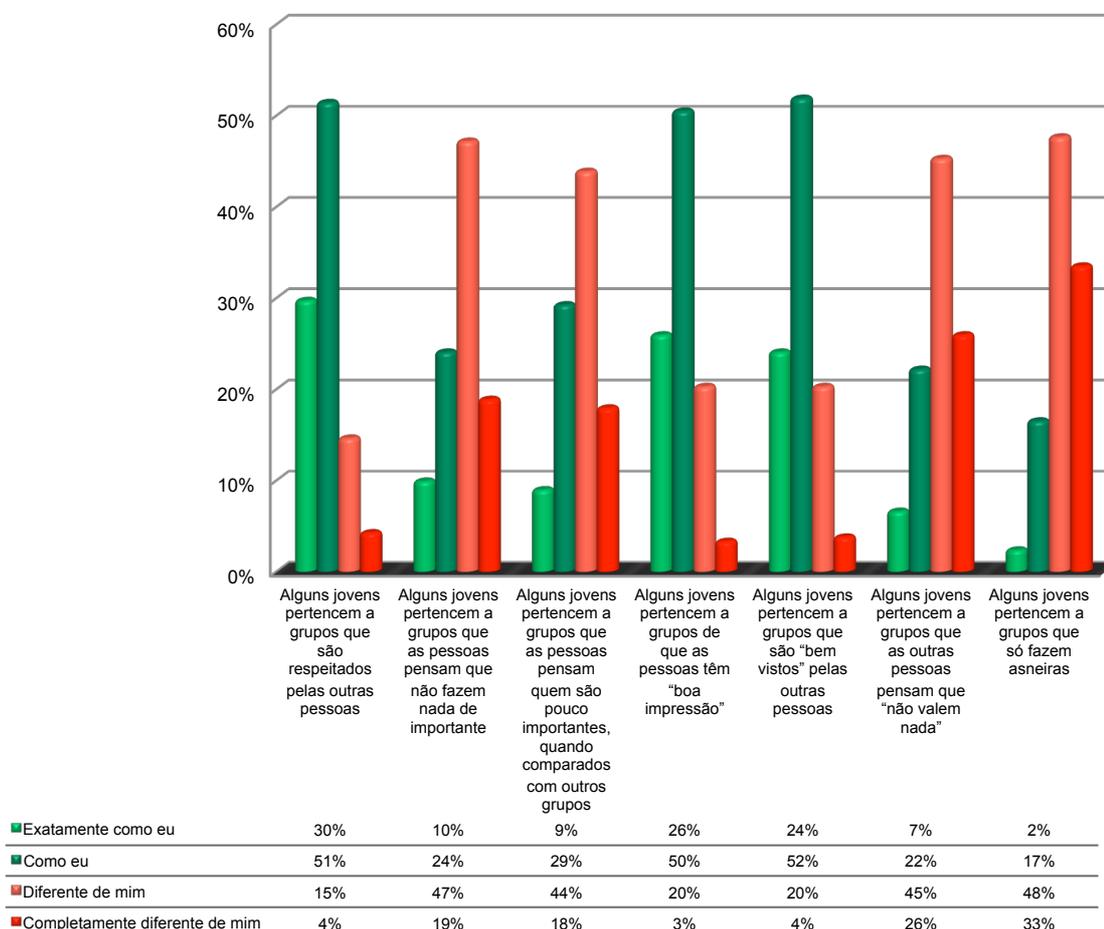


Figura 33. Escala de imagem social do grupo de pares (N = 212).

As três afirmações com as quais os jovens mais se identificam são as que remetem para a pertença a grupos que são respeitados e bem vistos pelas outras pessoas. De salientar que existem três afirmações com percentagens expressivas (entre 30 a 40%) de jovens que se identificam e que remetem para uma imagem social negativa do grupo de pares a que pertencem. Existem ainda 19% de jovens que parecem identificar-se com a pertença a grupos “que só fazem asneiras”.

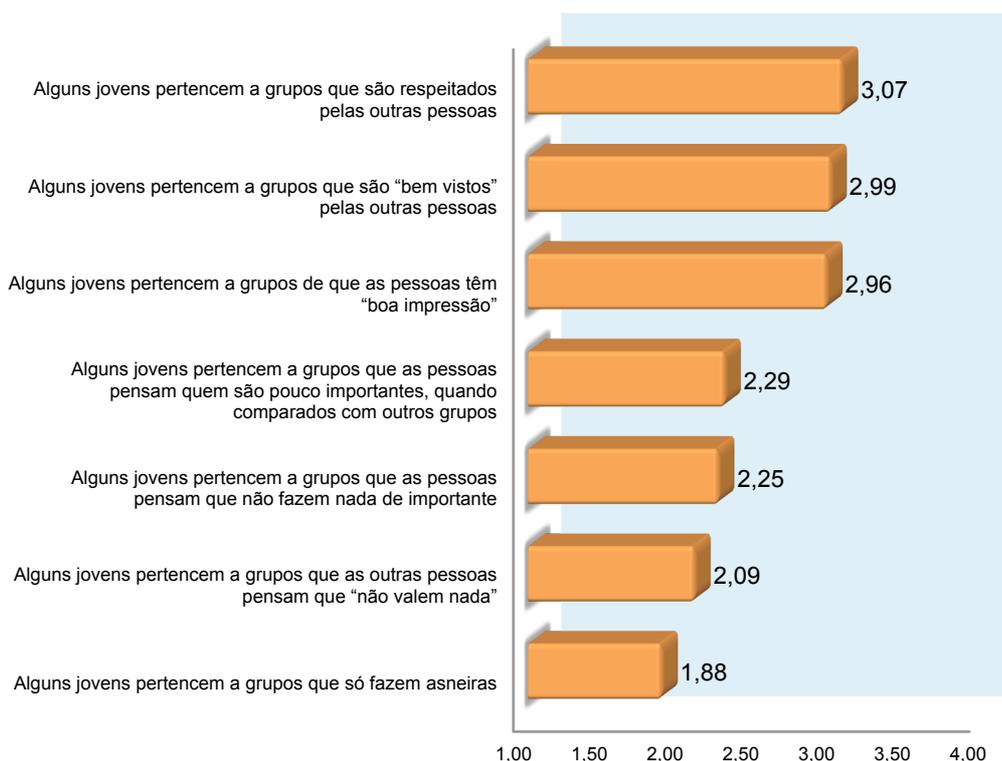


Figura 34. Ranking escala de imagem social do grupo de pares (N = 212).

Perceções dos jovens relativamente ao Projeto e ao Programa Escolhas

A última secção do questionário pretendia recolher as perceções dos jovens relativamente ao Projeto existente na sua comunidade, no qual participam, e ao Programa Escolhas.

Assim, os jovens começaram por fornecer algumas informações sobre o seu envolvimento e a sua experiência no Projeto/Programa Escolhas.

Na Figura 35, é possível observar a distribuição dos jovens em função da antiguidade na participação no Projeto, verificando-se que existe uma distribuição mais ou menos uniforme

dos jovens pelas diferentes opções apresentadas e que vão desde “há menos de 1 ano” até “há 8 anos ou mais”. Assim, os dados obtidos através deste questionário provêm de jovens que têm participado em diferentes gerações do Programa Escolhas (alguns jovens envolveram-se apenas na 5G, mas outros vêm das gerações anteriores).

Há quanto tempo frequentas o Projeto/Escolhas?

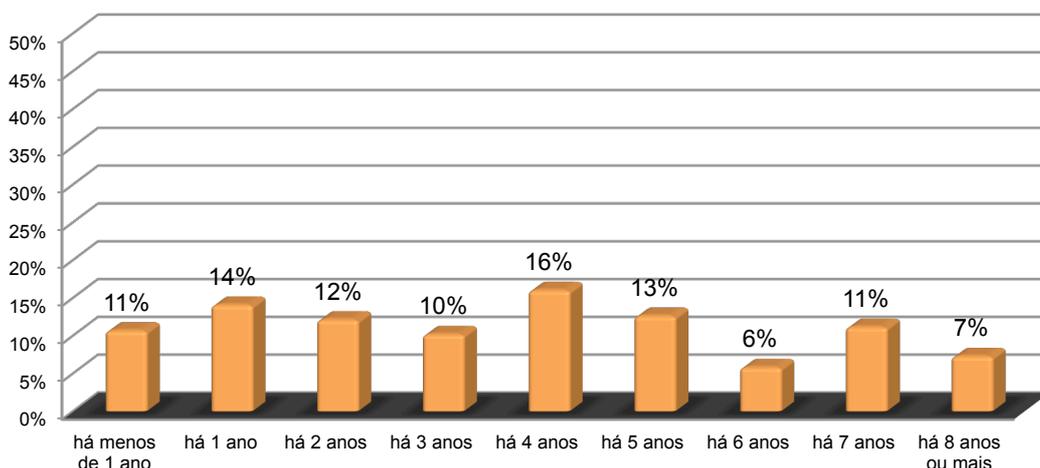


Figura 35. Antiguidade no Projeto/Programa Escolhas (N = 206)

Foi também importante perceber a frequência da participação dos jovens no Projeto, se seria algo ocasional ou regular (e em que momentos e atividades) e qual o grau de intensidade.

Assim, na Figura 36 é possível observar que a grande maioria dos jovens frequenta o Projeto/Escolhas diariamente (“5 vezes por semana ou mais”) ou quase diariamente (“3 ou 4 vezes por semana”). Uma pequena percentagem frequenta o Projeto numa base regular, mas apenas uma ou duas vezes por semana, e uma menor ainda percentagem frequenta o Projeto ocasionalmente.

Habitualmente vens ao Projeto/Escolhas:

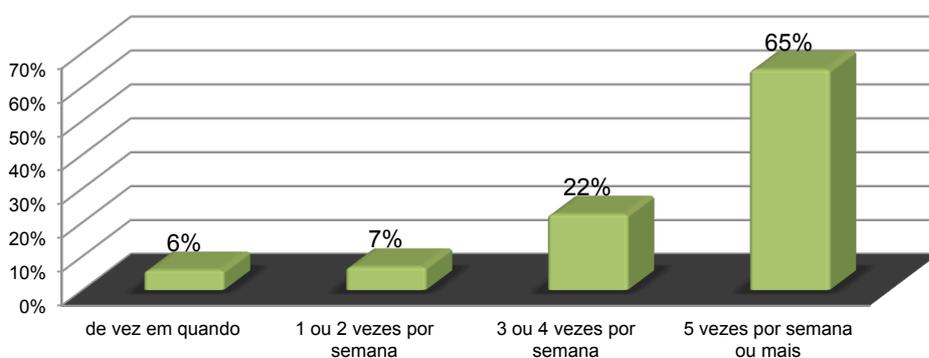


Figura 36. Frequência da participação no Projeto/Programa Escolhas (N = 206).

Quanto à participação dos jovens em atividades no Projeto, a grande maioria dos jovens refere participar em atividades de ocupação dos tempos livres (e.g., dança, música, futsal) ao longo do ano (90%) e nas férias (86%). O mesmo acontece em relação à participação dos jovens no apoio ao estudo ou no apoio à realização dos trabalhos de casa (82%) e no CID/sala de informática (92%). 79% dos jovens relata que costuma participar em assembleias de jovens.

Os jovens foram também inquiridos relativamente ao impacto percebido do Programa Escolhas em diferentes dimensões da vida dos jovens. Assim, apresentam-se de seguida três gráficos (Figuras 37, 38 e 39) que ilustram os níveis de concordância dos jovens em relação a um conjunto de afirmações relacionadas com o programa Escolhas.

Neste caso considerou-se a escala: 1 para *discordo totalmente*, 2 para *discordo*, 3 para *não discordo nem concordo*, 4 para *concordo* e 5 para *concordo totalmente*. Na mesma lógica das escalas anteriores, também aqui se optou por fazer um *ranking* relativo aos níveis de concordância dos jovens face às várias afirmações.

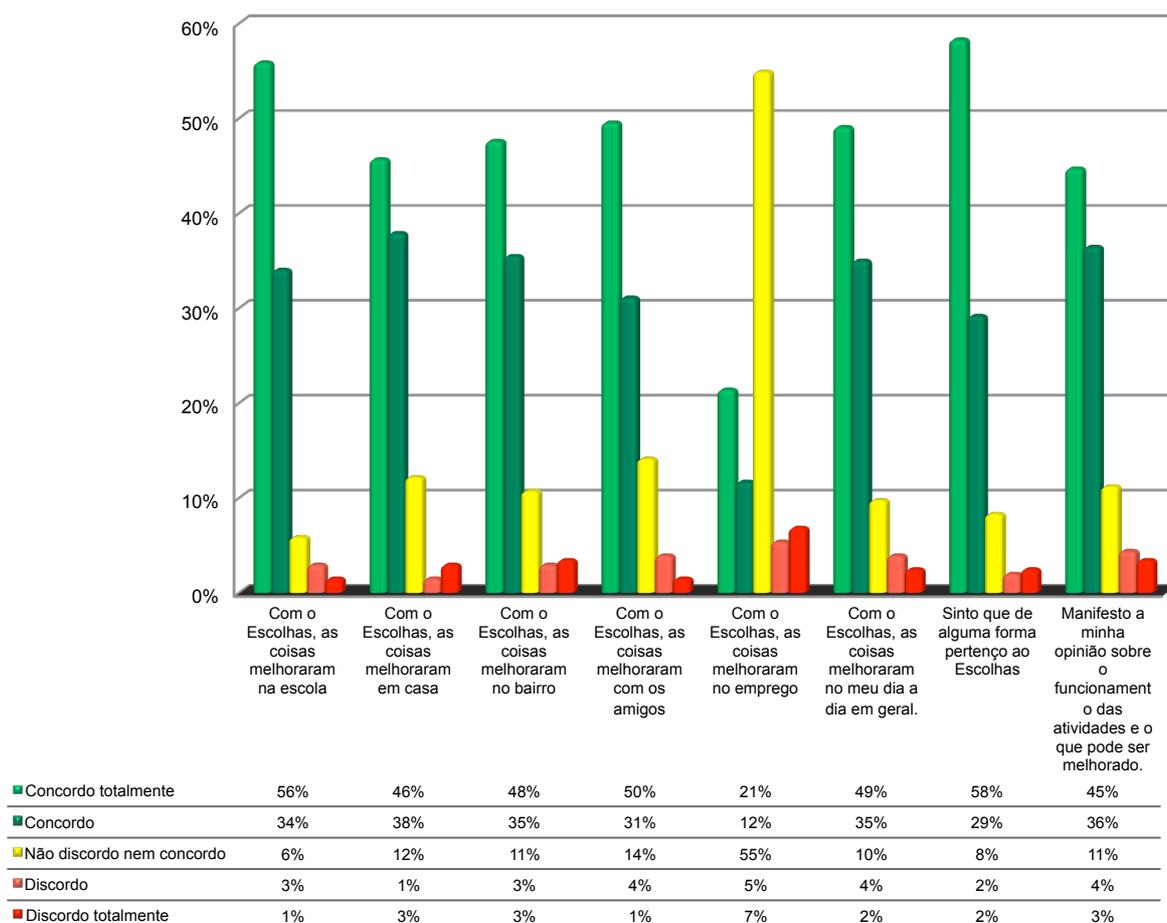


Figura 37. Perceções dos jovens relativamente ao Programa Escolhas (N = 206).

Os gráficos apresentados refletem de forma inequívoca o impacto percebido positivo do Programa em várias esferas da vida destes jovens.

A partir da Figura 38, podemos observar um elevadíssimo impacto positivo do Programa Escolhas percecionado pelos jovens, na sua vida escolar e familiar e na sua relação comunitária e social (valores percentuais sempre superiores a 80% entre aqueles que concordam ou concordam totalmente com estas afirmações). De salientar ainda que 87% dos inquiridos afirma “sentir que pertence de alguma forma ao Escolhas” e 81% que “manifesta a sua opinião sobre o funcionamento das atividades e o que pode ser melhorado”, o que remete para um elevado sentimento de pertença e *empowerment* relativamente ao Projeto/Programa Escolhas.

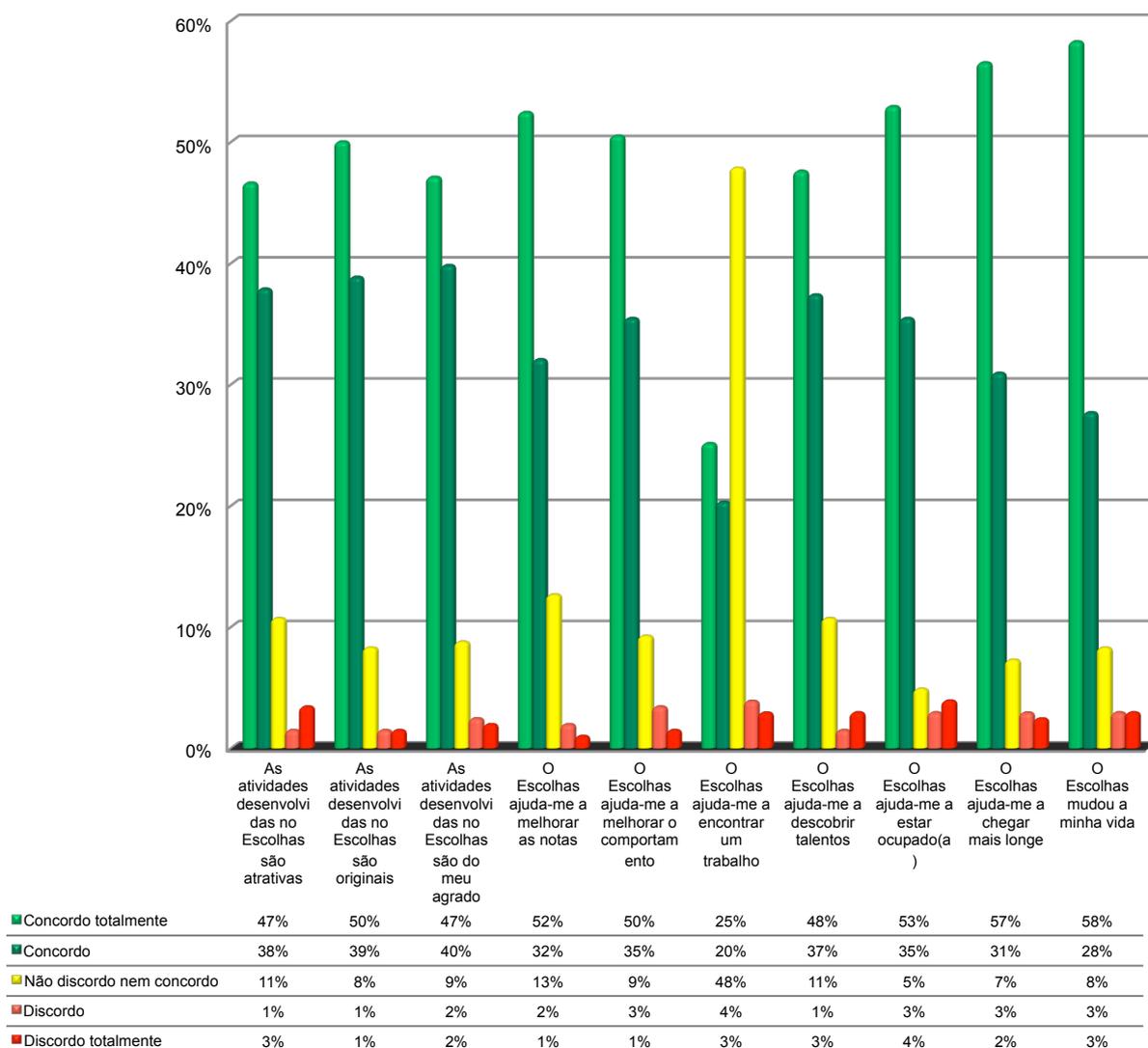


Figura 38. Percepções dos jovens relativamente ao Programa Escolhas (N = 206).

Importa referir que 88% dos jovens inquiridos afirmam que o Escolhas “os ajuda a chegar mais longe” e 86% que “o Escolhas mudou a sua vida”. De salientar ainda os elevadíssimos níveis de concordância com afirmações como: *O Escolhas ajuda-me a estar ocupado; o Escolhas ajuda-me a descobrir talentos; O Escolhas ajuda-me a melhorar as notas; O Escolhas ajuda-me a melhorar o comportamento*. Por fim, e em relação às atividades, pode uma vez mais observar-se o agrado que grande parte dos jovens revela, sendo estas consideradas como atrativas e originais pela esmagadora maioria.

Note-se, de facto, a elevada pontuação que a generalidade das afirmações obteve (Figura 39).



Figura 39. Ranking percepções dos jovens relativamente ao Programa Escolhas (N = 206).

Discussão dos resultados

Em geral, os jovens apresentam uma autoestima positiva, em que sentem que têm qualidades e valor, no mínimo como as outras pessoas. No entanto, não podemos desvalorizar o facto de alguns jovens referirem que não têm muito de que se orgulhar, que por vezes se sentem inúteis e que gostariam de ter mais respeito por si próprios.

Os dados reforçam a importância de o PE continuar a intencionalizar a intervenção no domínio da promoção da autoestima, estimulando a valorização pessoal das crianças e jovens (e famílias), enquanto fator protetor relevante perante situações de adversidade.

Os valores referentes ao *empowerment* são bastante elevados, o que parece ser bastante animador para os projetos do Programa Escolhas. Convém salientar que os jovens que responderam ao questionário são maioritariamente jovens que frequentam o projeto diariamente, que participam nas suas diferentes atividades, que participam em assembleias jovens.

Assim, com certeza estes jovens já beberam muito da filosofia do PE, já o vivenciaram e experienciaram (para além de terem ouvido o discurso), já exercitaram no seu quotidiano competências de cidadania, pelo que acreditam de facto que vale a pena participar na sua escola, na comunidade, e que têm uma palavra a dizer. Parece-nos fundamental reforçar a importância desta dimensão na intervenção desenvolvida pelo Programa Escolhas nas comunidades, sendo um aspeto a manter e reforçar.

No que diz respeito à perceção da relação dos jovens com a família, a dimensão escolar aparece como alvo de grande atenção por parte das famílias dos participantes. De notar, mais uma vez, que os participantes correspondem maioritariamente a jovens que frequentam o projeto diariamente e que recebem apoio no estudo e na realização dos trabalhos de casa.

Sabendo que as famílias têm sido também envolvidas e sensibilizadas pelos projetos para a importância do acompanhamento escolar dos seus educandos, podemos supor que essa sensibilização tem tido impacto no comportamento das famílias, que acompanham mais de perto os estudos dos seus filhos e valorizam a escola e a aprendizagem de forma explícita para os seus filhos.

De qualquer forma, apesar de os resultados serem positivos quer no acompanhamento escolar quer no apoio afetivo, não podemos ignorar que cerca de 20% dos jovens referem não se sentir compreendidos, não poder conversar com os pais sobre as suas preocupações e não poder confiar os problemas mais íntimos.

Estes dados reforçam a importância do papel que o PE pode assumir no acompanhamento a estes jovens, prestando suporte afetivo, compreensão, escuta, orientação, no contexto de uma relação próxima, acolhedora e significativa. Por outro lado, e conforme foi possível observar

nas recolhas de dados efetuadas nos projetos, as famílias podem também ser ajudadas a serem melhores famílias, mais presentes, mais apoiantes e promotoras da autonomia das crianças e jovens.

Relativamente às perceções da imagem social do grupo de pares, apesar de também positivas, em geral, é de notar que entre 20 a 30% dos jovens apresenta perceções negativas, nomeadamente no que se refere à perceção do respeito do grupo pelas outras pessoas, à perceção de que o grupo não faz nada de importante ou é pouco importante, ou só faz asneiras. Seria interessante explorar estas perceções de forma mais aberta e qualitativa, compreendendo de forma mais aprofundada estas representações e reforçando o contributo que cada elemento de um grupo pode dar na transformação do próprio grupo.

Por fim, no que diz respeito às perceções dos jovens relativamente ao Projeto/Programa Escolhas, é de salientar que os jovens participantes representam diferentes gerações do Programa Escolhas, em termos de antiguidade, e são jovens que à partida conhecem bem o Projeto, na medida em que o frequentam diariamente (5 vezes por semana ou mais), contactando com as atividades diárias que são dinamizadas no Projeto ao longo do ano, nas férias, contactando também com o apoio no estudo, com o CID e com as assembleias de jovens.

Os dados remetem para um impacto percebido do Projeto/Programa Escolhas com níveis muito elevados e positivos, quer na dimensão escolar (nos resultados académicos e no comportamento), quer na dimensão familiar e comunitária. Os jovens relatam uma melhoria significativa no seu dia-a-dia.

6.2. Impactos do Escolhas tendo por base resultados do estudo de casos.

Ainda nesta 5ª geração e tendo por base os processos de inquirição e observação desenvolvidos no âmbito do estudo de casos, foi possível registar impactos consideravelmente positivos de *curto, médio e longo prazo*, relacionados com as alterações percebidas no que se refere à situação de vida dos participantes, famílias e comunidades, bem como à longevidade do PE.

A *curto prazo*, observaram-se impactos ao nível da aprendizagem de novos conhecimentos, ao nível das atitudes e, principalmente, ao nível das competências dos participantes.

Para além de um desenvolvimento escolar amplamente reconhecido, observam-se alterações nas atitudes dos participantes, potenciadas pela intervenção do PE. Entre estas alterações, é possível observar um acréscimo no respeito entre os pares, sendo notória uma melhoria na relação entre os mesmos e nas suas capacidade de seleção.

Esses jovens estão a crescer em segurança. Eles já conheceram muitas coisas que eles desconheciam. Aprendem também os perigos da internet. Eles estão informados do que se passa e do que não se passa por isso esse projeto é uma grande vantagem, até porque aprendem como bloquear pessoas que não interessam e que querem ter contacto com eles. É um conjunto de coisas”

(GDF Famílias do Projeto 03)

Então... nos comportamentos... nos amigos, já se mudam as companhias também... já sabemos o que é melhor e o que é pior para nós...”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 04)

A mim ajudou-me a conviver melhor com algumas pessoas...”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

Sobre as atitudes e os comportamentos relacionais, são de registar ainda os impactos percebidos ao nível da mudança de atitudes face ao racismo e discriminação, uma das preocupações centrais do PE desde a primeira hora.

Sim, acho que ajuda porque falam uns com os outros... os que vêm aqui depois com os colegas falam e dizem “desculpa lá mas não é bem assim, conheço tal e tal e tal e não é assim”.

(GDF Famílias do Projeto 05)

Aprendem muitas coisas, e aprendem a lidar com outras pessoas, por exemplo de pessoas com a cor deles, sem ofensa, mas vocês sabem que há muita gente que não gosta”. “Percebem que somos todos iguais, e que ninguém é mais ou menos que ninguém”.

(GDF Famílias do Projeto 06)

Hoje em dia temos aquela coisa de discriminar pessoas, não é? E, a partir do projeto, acho que toda a gente é igual... e toda a gente tem um sonho qualquer... e a partir desse sonho cada um pode ajudar... uns aos outros a alcançar esse mesmo sonho. E faz com que um sonho apenas seja o sonho de toda a gente”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 07)

“Aprendemos a lidar com pessoas diferentes”. “Para ajudarmos outras pessoas que têm mais dificuldades”. “Para sermos amigos de toda a gente... e que somos todos iguais”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 04)

Ainda no âmbito da promoção de competências pessoais e sociais, outras alterações significativas prendem-se com o respeito pelas regras e com as atitudes face aos comportamentos disruptivos.

Eu acho que o maior ganho são as competências sociais, o simples estabelecer de limites, as regras que têm de ser cumpridas, as relações interpessoais que se estabelecem. Portanto temos sentido que os jovens têm evoluído principalmente ao nível das competências pessoais e sociais”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 11)

E quando algum faz alguma coisa errada elas chamam à atenção e falam com eles, e eles às vezes em casa não nos ouvem, e ouvem-nos aqui. É muito importante!”.

(GDF Famílias do Projeto 12)

“A minha... é a terrorista da escola, por isso... (risos) ela só quer falar mas... a nível de comportamento ela sabe até onde pode ir... ela aqui sabe... claro que comigo, com alguém que ela conheça abusa mais um bocadinho, mas tirando isso... não tenho razão de queixa”. “Eles têm aquelas regras e sabem até onde podem ir e eles também dizem logo “olha, vamos fazer isto, vamos fazer aquilo...” e eles sabem. Eles entram na linha e respeitam”.

(GDF Famílias do Projeto 01)

Mesmo em relação ao consumo de drogas e álcool vai haver diferença. Não digo que não haja consumos esporádicos, mas vai haver diferença. Eles não querem... renegam o alcoolismo, renegam a toxicod dependência...”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 01)

“Esses jovens estão a crescer em segurança. Eles já conheceram muitas coisas que eles desconheciam. Aprendem também os perigos da internet. Eles estão informados do que se passa e do que não se passa por isso esse projeto é uma grande

vantagem, até porque aprendem como bloquear pessoas que não interessam e que querem ter contato com eles. É um conjunto de coisas”.

(GDF Famílias do Projeto 06)

Esta alteração de atitudes é igualmente perceptível ao nível do comportamento escolar, nomeadamente em relação à importância dada à escola e à mudança de postura em contexto escolar.

“Aí sim, aí é onde realmente se pode ver um impacto positivo, real e objetivo. Nós temos alguns alunos onde se nota grande progresso do ano passado para este, em termo de atitude, de pontualidade, de assiduidade e até de comportamento, portanto temos alunos que efetivamente se nota a diferença”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 12)

“Desde saber estar numa sala, por exemplo... a forma como eles se expressam, têm muito maior à vontade. Acho que isso também é uma competência muito importante. O facto de valorizarem mais a escola, de terem projetos de vida, de terem projetos para o futuro, terem ambições. Acho que são questões extremamente importantes.

(GDF Técnicos 01)

Note-se que as alterações assinaladas traduzem um impacto perceptível ao nível do sentido de responsabilidade e autonomia por parte dos jovens. Afirma-se que os jovens estão “mais responsáveis”, nomeadamente em relação à organização de eventos, apoio nas atividades dos projetos, ou mesmo em relação à sua vida pessoal. Tais impactos foram apontados não só pelos consórcios, mas também pelas famílias e pelos próprios jovens que sentem esta mudança nas suas vidas.

Eles vêm para brincar mas já começam, de alguma forma, a assumir algumas competências mais empreendedoras... responsáveis...”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 04)

“E a responsabilidade que põem nos miúdos. Aprendem a ser mais responsáveis, com os horários, com a escola, com os compromissos”.

(GDF Famílias do Projeto 08)

Através do aumento de competências desta natureza, começa-se também a observar uma aptidão cada vez maior dos jovens na resolução de problemas, o que poderá resultar no incremento da sua autoconfiança.

Então há situações mais stressantes em que o projeto nos ensinou a manter a calma. E há outras mais difíceis e assim, e o projeto ensinou-nos a contornar essas situações”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 04)

Quando estamos numa situação má... eles ajudam-nos e fazem-nos perceber como é que se resolvem as coisas”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 03)

Eu era mais tímida!”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

Ganhei conhecimento!”. “Eu também!”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

“O projeto ajudou-me a integrar-me melhor, nos grupos, porque eu sou muito tímida e o projeto fez-me crescer nesse ponto, ao conviver com outras pessoas, e integrar-me melhor e trabalhar em equipa”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 12)

As próprias famílias reconhecem e valorizam as mudanças positivas relativamente ao comportamento das suas crianças e dos seus jovens.

Graças a Deus vejo melhorias neles. Não são miúdos conflituosos, são carinhosos, meigos, simpáticos, não é por ser meus filhos, mas são assim. Mas precisavam de genica e ganharam aqui. O meu filho tem mais confiança nele, a miúda então ainda precisa mais de acreditar nela mesma e ela aqui aprendeu isso. Conseguiu levantar notas, pouco mas conseguiu”.

(GDF Famílias do Projeto 11)

Os miúdos aqui ficam a pensar muito bem, eles metem-nos a pensar muito bem! Conversam com eles”.

(GDF Famílias do Projeto 10)

De salientar igualmente os impactos gerados nas próprias famílias, apesar de existir um consenso amplamente partilhado sobre a dificuldade de intervenção junto deste grupo. No entanto, é já possível observar alterações ao nível dos estilos de educação parental, principalmente no que concerne à comunicação entre os familiares e os jovens.

Sim, nós também participamos porque o projeto tem uma atividade que é o diálogo ente os pais e mais a técnica do projeto e de 15 em 15 dias nós nos encontramos e falamos da vida social dos pais e dos filhos. Falamos em vários sentidos, sobre o crescimento deles, e outras coisas...”.

(GDF Famílias do Projeto 06)

Houve uma altura que ninguém trazia nada, andávamos aqui com os miúdos cheios de fome a tarde toda e lá começámos a ter de arranjar uma bolachas para lhes dar. Mas depois tivemos de cortar porque não temos financiamento para isto e tivemos de educar as pessoas neste aspeto. E agora já trazem, mas foram precisas muitas conversas, muito trabalho”.

(GDF Técnicos 05)

Ninguém nasce ensinado e nós todos os dias aprendemos e naquele grupo nós saíamos sempre com alguma coisa” .

(GDF Famílias do Projeto 08)

Em relação aos impactos a médio prazo, os quais são observados ao nível das ações e comportamentos dos jovens, e reportando-nos à vertente que permanece como a vertente mais intervencionada e com maior destaque – o desenvolvimento escolar – podemos apontar evoluções ao nível da dedicação e motivação dos jovens em relação ao seu percurso escolar.

Estudam. Eu até pensava que o meu chumbava e até passou”. “No caso do meu filho, ele... a nível do comportamento era muito mau na escola. Teve aqui o apoio da psicóloga... melhorou bastante. Arranjamos técnicas, formas de compensar... em vez

de castigar... outras formas... e mesmo a nível do estudo também... motivação... ajudou muito”.

(GDF Famílias do Projeto 04)

Essa miúda e quase todos da idade dela (14 anos) andavam sempre aí na rua, à toa, agora não, estão sempre aqui conectados com o projeto. Vêm aqui fazer os trabalhos da escola”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 10)

Tal incremento da motivação é também visível ao nível da assiduidade e pontualidade que os jovens evidenciam em contexto escolar, o que acaba por ter repercussões nos comportamentos e resultados escolares, os quais revelam uma melhoria acentuada.

“O meu mudou e muito, as notas!”. “Aqui é o melhor sítio para eles fazerem os trabalhos de casa e para acompanharem os estudos e preparem o que vão fazer no próximo dia de aulas. Eu tenho aqui 3 filhas e estou sempre a agradecer a estas pessoas que acompanham e apoiam as minhas filhas. Ao longo do ano vi resultados na escola, de um período para o outro melhoraram muito as notas”. “As notas mudaram totalmente”.

(GDF Famílias do Projeto 10)

A minha filha mais velha no primeiro período teve negativas péssimas mas depois conseguiu passar sem negativas e o meu filho também, inclusive chegou ontem de viagem, e foi escolhido por mérito, entre 15”.

(GDF Famílias do Projeto 11)

A mim ajudou-me na concentração. Eu tenho um problema grave de concentração! E agora consigo concentrar-me melhor um bocadinho e passei de ser uma aluna média para média-alta!”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

Em suma, pode-se afirmar que um dos impactos mais visíveis está relacionado com o sucesso escolar generalizado, de acordo com o que foi apontado no âmbito do estudo de casos e por todos os atores envolvidos nos grupos de discussão.

Tal como tem sido amplamente observado ao longo das várias gerações do Programa, a mudança comportamental dos jovens corresponde a um dos resultados mais visíveis, tendo sobretudo em conta os comportamentos anteriores destes jovens, pautados pela indisciplina e pela disrupção.

“No nosso caso crescimento a todos os níveis... quer a nível social, académico, de competências... alteração de comportamentos... no nosso caso em particular é mesmo crescimento interior a todos os níveis... global... conseguimos perceber que houve alterações de comportamento devido ao projeto... penso que é essencialmente isso...”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 05)

“Sim, mas o mais forte é nós olharmos na prática e vemos que eles mudam a postura e o comportamento”

(GDF Técnicos 05)

“O meu comportamento ficou melhor, eu numa semana na escola, ia sempre à direção, tinha sempre problemas por causa do comportamento, na outra semana já ficou tudo bem!”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

“A minha filha está diferente, como eu hei-de dizer... está mais ativa e consegue expressar melhor”. “Sim, o meu também mudou, são as conversas, são conversas melhores”

(GDF Famílias do Projeto 10)

Esta evolução reflete-se também num aumento das competências relacionadas com a autorregulação emocional, vertente muito trabalhada pelos projetos e com elevados impactos associados, os quais são observados tanto pelos jovens como crianças como algo conseguido através da sua participação nos projetos.

O incremento de competências pessoais e sociais é retratado no dia-a-dia dos jovens, os quais revelam melhorias significativas na sua relação com os pares, havendo uma desinibição social com consequente integração positiva no grupo de pares.

“Antes havia aqui rivalidades nos bairros, havia grupinhos e depois uns iam dar porrada noutros. E então havia gente que não gostava uns dos outros, mas com o

projeto conseguimos estabelecer uma relação uns com os outros”. “Ajudou as pessoas a conviverem mais umas com as outras”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 11)

No culminar da alteração comportamental e da ligação criada com a comunidade, os jovens começam a desenvolver comportamentos pró-sociais, evidenciando uma maior responsabilidade para com o desenvolvimento desta e para com o bem-estar de todos os seus elementos.

Nós neste ultimo bairro que começámos a intervir, estamos mesmo no meio do bairro e eu sinto que fazemos diferença, participamos na própria comunidade.

(GDF Técnicos 05)

Em suma, tendo em conta a longevidade do PE, começa a ser possível a visualização de impactos a longo prazo, ou seja, alterações significativas em relação à situação de vida dos sujeitos, seja no domínio pessoal, familiar, profissional e comunitário.

Constata-se que os jovens começam a estruturar uma vida com valores, que não teriam sido potenciados de outra forma e que cria uma nova geração de pessoas mais integradas e adaptadas e com projetos de vida adequados à sociedade vigente.

A perceção é positiva na evolução das várias gerações. Eles vão crescendo, vão tendo filhos... nós vamos acompanhando todo esse crescimento e vão passando valores... já muitos valores diferentes que eles próprios não tinham e isso aí é fundamental e torna-se positivo.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 09)

A frequência de projetos desta natureza leva, igualmente, ao desenvolvimento de novas relações, seja com pares, seja com os próprios técnicos, proporcionando o aumento de uma rede social de suporte que muito beneficia o processo de crescimento dos jovens e o bem-estar familiar.

Ao nível familiar, também são percecionados impactos a longo prazo, principalmente quando nos reportamos ao seu funcionamento. Podemos constatar a existência de famílias mais estruturadas, mais adaptadas, até transformadas em relação ao que eram antes da existência do Escolhas.

Para além da diminuição da criminalidade e consumo nas comunidades intervencionadas, na generalidade é também observada uma melhoria acentuada no nível escolar dos jovens, algo sentido e constatado por todos os atores e referenciado como marca distintiva do próprio Programa.

Todos estes impactos acabam por valorizar o trabalho desenvolvido pelos projetos, havendo uma notória evolução quanto à sua imagem na comunidade onde estão integrados.

“E penso que isto também se reflete e nota-se que, ao passo que há uns anos esta urbanização podia cair... e realmente se caísse era muito complicado e graças ao Programa Escolhas e outros programas e outras pessoas, como o grupo de pessoas que aqui estavam, se conseguiu inverter e que, neste momento, esta Urbanização não tem já aquele peso, aquele estereótipo que tinha. É uma coisa que se tem aliviado. Hoje em dia... esse estigma acho que está a passar e vai continuar a passar porque, digamos, a curva do gráfico ficou ascendente”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 01)

Vêm ao projeto e até os “vizinhos” das instalações do projeto já olham para eles de forma diferente, já se ultrapassou um bocadinho o preconceito!”. “Teve de ser feito um trabalho junto das pessoas da comunidade com vista à aceitação destes jovens!”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 10)

A evolução quanto à imagem social das comunidades onde o projeto está inserido conduz a um impacto visível nas atitudes e valores da sociedade, sobretudo no que se refere ao diálogo intercultural e à abertura aos outros e aos contextos comunitários.

Pode entrar aqui, seja preto, seja branco, seja encarnado, não há diferenças, seja cigano, tenha piolhos, esteja sujo, não esteja, não há diferença”.

(GDF Famílias do Projeto 12)

Porque há pessoas que são racistas... e este projeto serve mesmo para acabar com o racismo... e dá-nos outra cultura...”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 04)

Entre outros resultados relevantes e visíveis, ainda que menos mensuráveis, destacam-se os que dizem respeito à participação cívica, outro dos eixos centrais do Escolhas salientado neste relatório a propósito das práticas de referência e entre as quais surgem em realce as Assembleias de Jovens.

Ainda no que diz respeito à promoção de competências parentais e ao envolvimento das famílias no desenvolvimento dos projetos, apesar de continuar a ser um grupo de difícil intervenção, o balanço resultante da avaliação da 5ª geração é considerado como maioritariamente positivo, principalmente no que concerne à confiança que as famílias depositam no Programa e nos projetos, à sua aproximação em relação às escolas e à qualidade da interação familiar.

Em suma, tal como surge em evidência na segunda parte deste relatório, a 5ª avaliação externa conseguiu registar impactos significativos ao nível da diminuição de comportamentos de risco, na participação ativa das crianças e jovens nos projetos através da criação de grupos, organização de atividades informais, apoio escolar aos mais novos, auxílio da equipa em atividades de grande dimensão, competências pessoais e sociais, valores de cidadania, competências ao nível do empreendedorismo e das dinâmicas associativas, bem como ao nível da formação cívica das crianças e jovens, através da participação em atividades promotoras do sentido de pertença à comunidade.

2ª PARTE
PROGRAMA ESCOLHAS - 5ª GERAÇÃO (2013-2015)

1. Escolhas 5ª Geração – medidas e projetos

No seguimento das prioridades da 5ª avaliação externa e que se prendem com o objetivo de validação nacional e internacional do Escolhas, a avaliação dos 110 projetos financiados no âmbito d 5ª Geração obedeceu fundamentalmente à preocupação de evidenciar os indicadores de relevância, identidade e sustentabilidade do Programa.

A Resolução do Conselho de Ministros de n.º 68/2012, de 9 de Agosto renova o Programa Escolhas para o período de 2013 a 2015 mantendo as suas cinco áreas estratégicas de intervenção, mas reforçando a preocupação de promover a empregabilidade dos jovens e a necessidade de envolver a sociedade civil e as empresas portuguesas nos projetos, num contexto em que o desemprego juvenil se agudizou.

Do processo de candidatura referente a esta geração resultou o financiamento de 110 projetos consórcios locais distribuídos por Portugal Continental e Regiões Autónomas, com a opção de financiar mais 30 projetos, muitos dos quais localizados em territórios onde se concentram descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

A figura 59 e os quadros seguintes ilustram a distribuição territorial, o numero de candidaturas e de atores sociais envolvidos no PE.

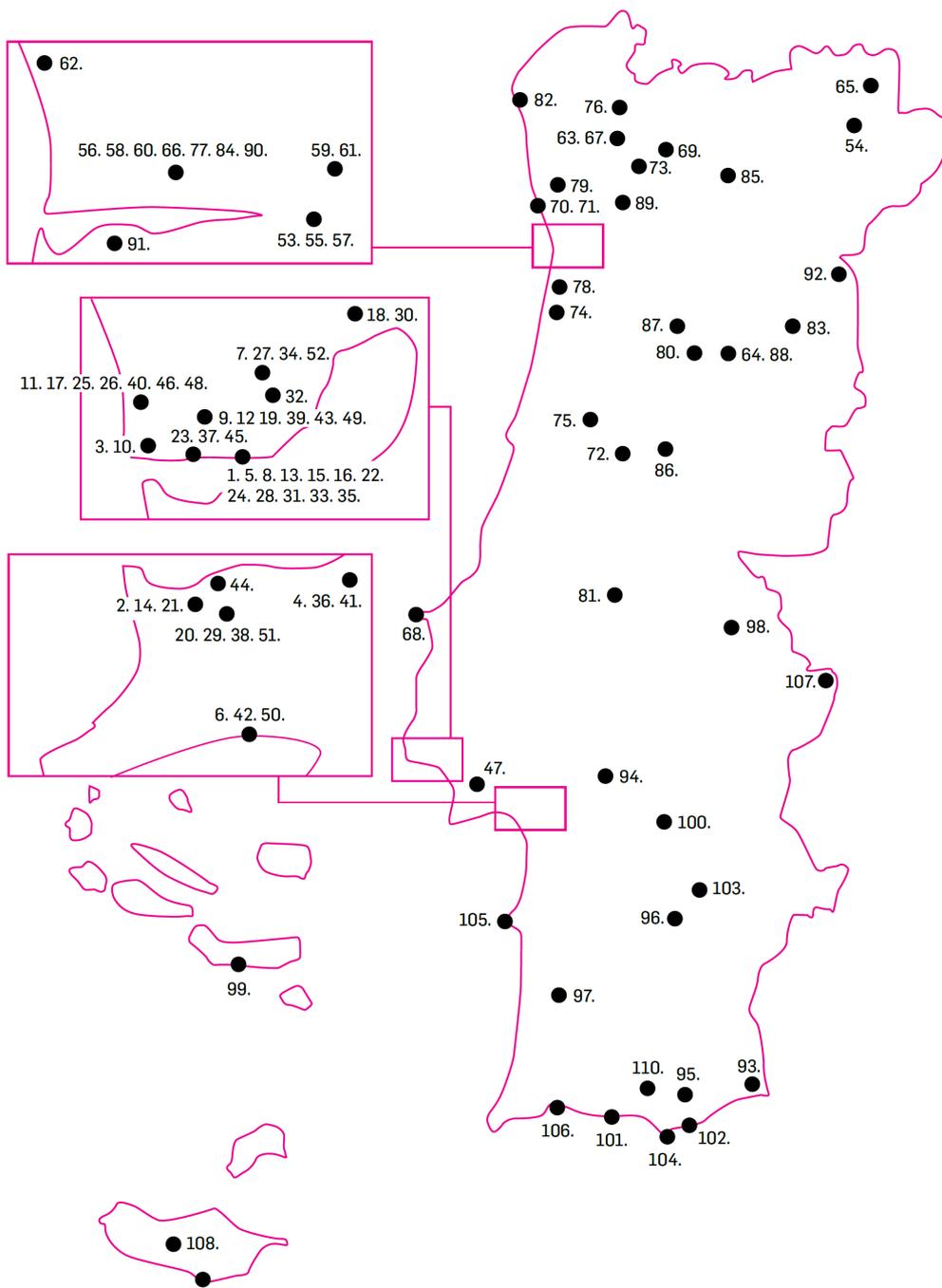


Figura 40. Distribuição territorial dos projetos do Programa Escolhas 5G.

Quadro 2 - Número de Instituições Candidatas: Recebidas x Financiadas – Total (Parceiras)

Tipo de Instituição	Recebidas	Rec. %	Financiadas	Fin. %	Taxa de Aprovação
Associação ambiental	2	0%	0	0%	0%
Associação comercial e/ou industrial	16	0%	5	0%	32%
Associação de desenvolvimento local	47	2%	21	2%	45%
Associação de imigrantes e/ou Comunidades Ciganas (+)	32	1%	17	1%	54%
Associação de moradores	7	0%	3	0%	43%
Associação de pais	28	1%	5	0%	18%
Associação desportiva e/ou cultural	70	3%	28	2%	40%
Associação humanitária	16	0%	7	0%	44%
Associação juvenil (+)	79	3%	29	3%	37%
CDSS e/ou CRSS	6	0%	1	0%	17%
Centro de Emprego	16	0%	8	0%	50%
Centro de Formação	16	0%	10	1%	63%
Centro de Saúde	36	1%	14	1%	39%
Cooperativa	27	1%	13	1%	49%
CPCJ (+)	229	10%	90	9%	40%
DGRS	13	0%	5	0%	39%
Empresa Pública	35	1%	17	1%	49%
Empresa Privada (+)	93	4%	35	3%	38%
Escola	34	1%	7	0%	21%
Escola ou agrupamento de escolas (+)	368	16%	164	17%	45%
Fundação	29	1%	12	1%	42%
Instituição Particular de Solidariedade Social ou Equiparada	341	15%	137	14%	41%
Instituição Religiosa	10	0%	6	0%	60%
Instituto Português do Desporto e Juventude	73	3%	38	4%	53%
Junta de Freguesia (+)	219	9%	90	9%	42%
Município (+)	191	8%	81	8%	43%

ONG	28	1%	10	1%	36%
Outra Associação	56	2%	24	2%	43%
Outra entidade	17	0%	6	0%	36%
Outra entidade da Administração Pública	13	0%	6	0%	47%
Outra instituição de ensino	6	0%	4	0%	67%
Outra instituição de ensino privado ou cooperativo	13	0%	8	0%	62%
Outro instituto	7	0%	1	0%	15%
Politécnico ou universidade	14	0%	4	0%	29%
PSP e/ou GNR (+)	50	2%	24	2%	48%
Universidade	11	0%	6	0%	55%
Total	2248	100%	936	101%	

Assim, em termos de proporção territorial dos projetos e consórcios financiados há a considerar: 40 (Zona Norte e Centro); 52 (Zona Lisboa) 18 (Zona Sul e Ilhas), correspondendo a um total de 69.000 destinatários abrangidos e a 91 técnicos envolvidos.

Visando obter dados que permitissem posteriormente sustentar o processo de *Peer Review* internacional, a 5ª avaliação externa procurou, através de análise documental e do estudo de casos, analisar em particular as dinâmicas dos Consórcios e das equipas técnicas, a forma como os projetos são concebidos e implementados, o modelo de organização e gestão que os sustenta, bem como as estratégias de corresponsabilização, mobilização e participação dos atores direta e indiretamente envolvidos.

Assim, para além um trabalho de análise documental referente aos 110 projetos o processo avaliativo relativo à 5ª geração contemplou o estudo de 12 projetos em concreto (Quadro 3), selecionados em função da sua especificidade contextual (dimensão dos territórios/concelhos; rural/urbano); dos públicos prioritários abrangidos (faixa etária; diversidade étnica) e distribuídos segundo critérios de proporcionalidade geográfica.

Quadro 3 - Os 12 projetos selecionados para o estudo de casos

Zona Norte/Centro (5):

- Projeto Escolhe Vilar (Urbanização Vila D'Este, Vila Nova de Gaia)
- Projeto Lagarteiro e o Mundo (Bairro do Lagarteiro, Porto)
- Projeto Trampolim (Bairros da Rosa e do Ingote, Coimbra)
- Projeto Matriz (Fundão)
- Projeto Tomar o Rumo Certo (Tomar)

Zona Lisboa (5):

- Projeto + XL (Laranjeiro, Almada)
- Projeto O Espaço, Desafios e Oportunidades (Tapada das Mercês, Sintra)
- Projeto Eu Amo SAC (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
- Projeto EnvolveTe Nesta Oportunidade (Bairro da Quinta da Fonte, Loures)
- Projeto Tás Na Mira (Miratejo, Seixal)

Zona Sul e Ilhas (2):

- Projeto Mais Sucesso (Olhão)
- Projeto AprenderTe (Loulé)

Destes 12 projetos, 11 são de continuidade e 1 (Projeto *Tás Na Mira*) iniciou a sua atividade apenas na 5ª geração. Dos 11 projetos que são de continuidade, 1 (Projeto *Lagarteiro e o Mundo*) vem já da 1ª geração, 2 (Projeto *Trampolim* e Projeto *O Espaço, Desafios e Oportunidades*) vêm da 2ª geração, 5 vêm da 3ª geração (Projeto *Escolhe Vilar*, Projeto *Matriz*, Projeto + *XL*, Projeto *EnvolveTe Nesta Oportunidade* e Projeto *AprenderTe*) e 3 (Projeto *Tomar o Rumo Certo*, Projeto *Eu Amo SAC*, Projeto *Mais Sucesso*) da 4ª geração.

O processo de recolha de dados nos 12 projetos obedeceu a uma estratégia metodológica assente na combinação de dados quantitativos e qualitativos recolhidos junto do maior número possível de atores: participantes diretos e indiretos (jovens e famílias), coordenadores, consórcios, equipas técnicas, dinamizadores comunitários e decisores, conforme descreve o Quadro 4 referente ao roteiro metodológico.

Quadro 4 - Roteiro metodológico

Atores	Metodologia	Duração	N.º	Observações
Crianças e jovens	Grupos de discussão focalizada	1h30	14	Foi realizado 1 grupo de discussão por projeto e ainda 2 grupos extra apenas com crianças. Total: 14 grupos.
	Questionário online	variável	222	O questionário foi respondido por 222 crianças e jovens.
Famílias	Grupos de discussão focalizada	1h30	12	Foi realizado 1 grupo de discussão por projeto. Total: 12 grupos.
Consórcio e coordenador	Grupos de discussão focalizada	1h30	12	Foi realizado 1 grupo de discussão por projeto. Total: 12 grupos.
Técnicos	Grupos de discussão focalizada	1h30	5	Foram realizados 5 grupos, que contemplaram técnicos de diferentes projetos da mesma zona.
Dinamizador comunitário	Conversas informais	variável	12	As conversas decorreram com o dinamizador comunitário de cada projeto.
Coordenadores do Programa Escolhas	Entrevista em painel	2h00	1	A entrevista foi realizada após as visitas/recolhas de dados aos 12 projetos.
Visitas, observação das atividades em funcionamento (e.g., salas de estudo, oficinas, assembleias de jovens) e conversas informais com diversos intervenientes			24	Em cada projeto foram realizadas duas visitas.
Análise documental				Informação recolhida no site, na AGIL e junto da Coordenação do Programa Escolhas

Este processo de análise global do Programa Escolhas, considerando a totalidade dos seus 13 anos de história e todas as suas dimensões, bem como o estudo intensivo de casos respeitantes à 5ª geração, permitiu recolher dados substanciais relativamente à caracterização das redes locais de atores, às estratégias de intervenção desenvolvidas, às dinâmicas de referência, aos constrangimentos e às linhas de força. De seguida apresentaremos os resultados obtidos para cada uma destas dimensões.

É de salientar aqui, mais uma vez, a forma amistosa, empenhada e responsável como todos os atores contactados e inquiridos se disponibilizaram a participar no processo avaliativo. Facto que, em si mesmo, constitui um indicador expressivo sobre a relação de cada um dos intervenientes com o “seu projeto” em particular e com o Programa Escolhas em geral.

2. Rede local de atores

No contexto de um modelo de intervenção de cariz sociocomunitário como o Escolhas, a referência à rede local de atores, bem como ao tipo de relação que esses atores estabelecem entre si, ganha especial importância.

Para além dos participantes que, mais do que “destinatários”, são, na verdade, os “atores” centrais da dinâmica *Escolhas*, chamamos rede local de atores à rede constituída pelos consórcios, pelas equipas técnicas e pelos dinamizadores comunitários.

Operando como uma base fundamental no nascimento e funcionamento dos projetos locais, os consórcios têm visto as suas competências alargadas e a sua importância reconhecida, atestando assim o amadurecimento do Programa numa perspetiva de desenvolvimento social territorial.

Por exemplo, é curioso registar o facto de muitos dos Consórcios integrarem já entidades geradas no seio da *comunidade Escolhas* em resultado da ação dos projetos, como associações culturais e desportivas atualmente dinamizadas por jovens antigos beneficiários.

De acordo com o Regulamento (Despacho normativo n.º17/2012), os consórcios devem incluir no mínimo quatro instituições, os consórcios que incluam quatro ou mais das instituições previstas são bonificados em sede de avaliação das candidaturas. No Acordo de Consórcio que acompanha o processo de candidaturas, são identificadas a instituição promotora e parceiras, a duração do projeto, as responsabilidades e contributos de cada uma destas instituições, no que se refere aos recursos financeiros, humanos e materiais indispensáveis à execução do projeto, as funções que lhes sejam atribuídas, bem como os mecanismos de decisão dentro do consórcio.

Ao consórcio compete a conceção, execução, acompanhamento e avaliação da proposta de intervenção, com base no diagnóstico efetuado, bem como a elaboração do respetivo orçamento.

A este respeito, os atores são unânimes em reconhecer que o Programa e os projetos têm muito impacto na comunidade, em boa medida, graças aos consórcios.

As palavras escolhidas pelos próprios membros dos Consórcios para qualificar a sua dinâmica de trabalho conjunto são bem expressivas sobre o tipo de laços de cooperação e confiança que foram sendo construídos. E de tal modo que as práticas de cooperação geradas transcendem largamente o âmbito de atuação do PE, acabando por inscrever-se no quotidiano das instituições e das comunidades.



Figura 41. “Nuvem de palavras” gerada com base nos GDF com os membros dos consórcios.

Cabe a cada projeto, a cada consórcio, selecionar, contratar ou afetar os recursos técnicos considerados necessários e cada projeto deve possuir um coordenador, afeto ao projeto em tempo integral, deve ter formação académica superior, preferencialmente na área social ou de gestão, e experiência profissional adequada às funções que vai desempenhar ou, não tendo formação académica superior, deter um *curriculum* profissional de grande experiência nos domínios de ação do PE (Despacho Normativo n.º17/2012).

Os membros das equipas técnicas fizeram no entanto questão de salientar a permanente atitude de escuta por parte da coordenação central e a sua disponibilidade para ajustar critérios numa perspetiva de adequação dos perfis pessoais e profissionais às funções e às necessidades específicas dos projetos.

Neste âmbito dou o exemplo de uma pessoa que era fundamental fazer parte da equipa para que o projeto tivesse sucesso uma vez que era líder da comunidade e que num primeiro momento foi recusada a sua integração na equipa por falta de formação. No entanto o Escolhas percebeu que ela era um elemento fundamental e autorizou. Portanto esta flexibilidade de extremo rigor ao nível da formação de toda a equipa é também uma característica específica do programa!”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 10)

A equipa técnica de cada projeto inclui também um monitor dos espaços CID@NET ou CID@FORMA, podendo ainda integrar um “dinamizador comunitário”. Os dinamizadores comunitários deverão ser jovens oriundos dos territórios de intervenção, entre os 19 e os 35 anos, com o mínimo do 9.º ano de escolaridade completa e o máximo de frequência do 12.º ano à data de início do projeto, sendo chamados a colaborar a tempo parcial.

De notar que os dinamizadores comunitários deverão terminar a sua colaboração com o projeto com o mínimo do 12.º ano como habilitação escolar, ou no caso em que tal já se verifique, com uma qualificação adicional face ao perfil de entrada.

Reforçando o que foi já dito a figura do dinamizador comunitário desempenha uma função crucial no âmbito das práticas de mediação social, pelas suas características pessoais e pela sua ligação aos participantes e às comunidades. Contudo, tratando-se de um jovem, a sua atuação carece sempre de um apoio especial por parte da equipa técnica, exigindo tempo de formação e de aquisição de experiência.

Eu já vou no terceiro dinamizador que conheço desde 2011. E eu acho que é uma figura importante. Facilita nalgumas coisas e dificulta noutras. Porque... não é por mal, são jovens, muito jovens... vêm com poucos hábitos de trabalho... é muito difícil para eles assumirem responsabilidades. Ou seja, há um trabalho pessoal que tem que ser muito forte, até que eles consigam corresponder àquilo que é necessário. Mas parece-me que é uma figura de extrema importância nos projetos. Pese embora o trabalho que dão”.

(GDF Técnicos 03)

“Neste caso o dinamizador trabalha sete dias por semana, 365 dias por ano até porque os outros seguem-no... claro que os outros chegam a casa e podem estar a pensar naquilo mas estão nas suas famílias... ele não, ele está sempre... tradicionalmente está sempre próximo daquilo que é a questão, que é o problema. Então é quase como se ele fosse um pronto-socorro nesse sentido, estar sempre presente 365 dias. Às vezes também é difícil para ele, calculo...”

(GDF Consórcio 05)

“É das pessoas mais importantes porque ele mora no bairro e é um jovem que já participou no projeto, é um jovem que já passou pelos mesmos problemas ou mais graves que os nossos jovens e que é uma referência. Quando há um problema daqueles mais graves, p.e. com jovens do sexo masculino que enfrentam mais os técnicos, basta ele chegar, dar-lhes uma palavra e as coisas ficam logo resolvidas, porque eles reconhecem-no como um deles mas que está num nível mais acima, faz parte da equipa, e eles respeitam-no, conseguem perceber que há ali uma autoridade”

(GDF Consórcio, 06)

“Eu também acho que sim, acho que além do dinamizador comunitário, haver mais algum técnico é positivo, embora não seja obrigatório é importante para os jovens ter alguém que já pertence ou pertenceu à comunidade, que conhece os cantos à casa, acaba por ajudar a desbloquear algumas situações. Mas há sempre aquele olhar "o dinamizador comunitário é um de nós e os outros são outra coisa"”

(GDF, Técnicos 03/04)

A confiança depositada por toda a *comunidade Escolhas*, incluindo os jovens, nos técnicos e nos dinamizadores comunitários, seja enquanto pessoas seja enquanto profissionais, constitui parte integrante e fundamental da confiança pública relação aos projetos e ao Programa.

Por exemplo, o facto de a pessoa ter um problema burocrático e saber que conta com esta equipa para o resolver evita que futuramente tenham problemas, o que nunca é mensurável, porque nunca saberíamos o que tinha acontecido nem quanto teriam sido, porque de facto há muitas famílias que vêm aqui para resolver problemas”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 12)

Em particular, os *técnicos Escolhas* funcionam como adultos de referência, como figuras verdadeiramente significativas na vida das crianças, dos jovens e das próprias famílias.

As equipas técnicas do *Escolhas* distinguem-se pela sua qualificação mas também pelo sentido de profissionalismo, pela motivação e empenhamento, pela forma dedicada com que exercem a sua função, excedendo muitas vezes os limites estritos da sua obrigação profissional.

“A noção que eu tenho é que não existe outro programa que se aproxime tanto das comunidades e que tenha estratégias tão estruturadas e uma equipa técnica tão bem formada para agir com as comunidades.

(GDF Técnicos 03/04)

Uma percepção amplamente partilhada por todos os intervenientes, sublinhando ainda a forma como as equipas sabem “trabalhar em equipa”, numa lógica de diálogo interdisciplinar e aprendizagem recíproca.

Conforme ficou patente, cada um dos atores referenciados – consórcios, equipas técnicas, dinamizadores comunitários, ocupa um lugar essencial e estruturante no ecossistema relacional *Escolhas*.

Na verdade, o tipo de relação que os participantes, as famílias e os outros atores diretamente implicados na dinamização do Programa estabelecem entre si, faz toda a diferença, determinando a qualidade do ambiente organizacional.

Considerando o testemunho dado pelos vários atores inquiridos, pode dizer-se que estamos perante uma cultura de relação caracterizada por um acentuado sentido de pertença, “espírito de família” e “gosto” pela convivência.

Cria-se aqui uma família e amigos... e dá para respeitar uns aos outros”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 05)

É importante notar que, para além de gerar efeitos positivos evidentes ao nível do funcionamento de cada projeto, este tipo de clima relacional reflete-se na formação das crianças e dos jovens, com resultados visíveis seja na relação com os pares, seja na relação com os familiares, com os técnicos ou com outros membros da comunidade, alargando assim expressivamente a rede de pessoas significativas na vida destas crianças e jovens.

Sentem-se à vontade, até de desabafar com os técnicos. E, se calhar, se não houvesse isto estavam mais desprotegidos. Acho que é algo muito significativo...”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 05)

E aqui é um sítio onde nós podemos ficar durante mais tempo, sentimo-nos seguros, temos pessoas que gostam de nós e dão-nos o apoio todo que nós precisamos”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 12)

“Aprendi a conviver com os outros melhor! Saber lidar com algumas situações em que estamos”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 08)

Eu por exemplo, não falava com o meu irmão, eu estudava junto com ele e não falávamos, mas agora depois do espaço já falo com ele mais. Eu acho que não falava com a minha Mãe, agora falo sempre”.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

Por último, salienta-se o tipo de relação que os diversos atores locais desenvolvem com as pessoas que os coordenam. Uma relação de proximidade alimentada de modo intencional por parte das equipas de coordenação central seguindo assim uma filosofia de ação distintiva e bem consistente com os princípios orientadores do PE. De tal forma que a aplicação prática destes princípios surge quase “automaticamente”, de modo “natural”.

A qualidade humana que caracteriza a teia relacional tecida, em permanência, no *Escolhas*, é sustentada num modelo de acompanhamento, formação e avaliação particularmente rigoroso, próximo e “incansável”, tal como fazem questão de referir os atores mais diretamente implicados. Na sua perspetiva residirá aqui, juntamente, a maior diferença do *Escolhas* em relação a outros programas sociais.

3. Acompanhamento, formação e avaliação

No seguimento do que vem sendo afirmado, os sistemas de acompanhamento, formação e avaliação definidos oficialmente e a forma como são implementados, constitui um dos esteios fundamentais do modelo de gestão e coordenação do PE.

A consecução de cada etapa de desenvolvimento dos projetos é monitorizada e avaliada pela equipa de coordenação do PE de uma forma regular, rigorosa e próxima. Este tipo de acompanhamento permanente por parte da coordenação constitui mesmo uma das marcas do *Escolhas*, bem evidenciada no testemunho dos atores (equipas técnicas e consórcios) que fazem questão de salientar a importância da existência de orientações globais comuns, transmitidas de forma clara e acessível.

Aquelas pessoas não são pessoas que estão fechadas no escritório em Lisboa, são pessoas que andam no terreno. São pessoas que conhecem muito bem o terreno. Desde o diretor executivo até aos coordenadores regionais isto são pessoas que conhecem o terreno... eu acho que isto não é muito comum”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 05)

A exigência do Escolhas é puxada mas é boa porque sabemos que eles nos estão a dar valor. Sabemos que eles estão ali para nos ajudar. A coordenadora, a mandar os relatórios, a ter feedback do que fizemos, a ter boa nota já é muito bom para nós.

(GDF Técnicos 01)

Se não tivéssemos esse tipo de rigor, o trabalho que é feito nos projetos acabava por desaparecer. Ou seja, nunca ser destacado. (...). E só assim é que se consegue passar essa imagem de que o trabalho que é feito nos vários projetos Escolhas é um trabalho sério. E que os projetos estão a trabalhar de uma forma séria.

(GDF Técnicos 02)

A par de outros procedimentos de acompanhamento e monitorização já referenciados destaca-se aqui a preocupação com a formação contínua das equipas técnicas e dos dinamizadores comunitários.

De acordo com o Regulamento, a equipa técnica, incluindo o coordenador de projeto, deve participar obrigatoriamente no programa de formação proposto pelo PE, nomeadamente em momentos de formação residenciais, e que faz parte integrante e obrigatória da execução do projeto.

Tomando como referência os dados referentes ao ano de 2013 (Relatório de Atividades 2013, p. 22), constata-se que, por exemplo, na 5ª Geração do Programa Escolhas, o plano de formação contínua dirigido aos 110 coordenadores de projeto e aos 100 dinamizadores comunitários, foi estruturado pela empresa *Logframe*, entidade responsável por este plano de formação, tendo como eixos fundamentais a certificação, disseminação e inovação no processo.

Este plano foi apoiado pela utilização da plataforma *online* Escolhas em Formação (www.escolhasemformacao.ning.com), de forma a introduzir nos participantes a mudança de paradigma e a explorar novas formas de aquisição de conhecimento.

Nesta plataforma, os conteúdos e tarefas referentes aos módulos formativos previstos são disponibilizados e trabalhados pelos participantes, complementada por momentos presenciais. É também através desta que as equipas técnicas têm acesso a um conjunto de informação sobre o processo de formação proposto pelo PE, bem como a um conjunto de instrumentos e ferramentas úteis para o desenvolvimento dos seus projetos.

No plano de formação dirigido aos coordenadores de projeto foram ministrados, no ano de 2013, os seguintes módulos:

- a) Inclusão Social, com a carga horária de 24 horas, ocorrido entre os meses de março e maio de 2013.
- b) Metodologias de trabalho com crianças e jovens em situação de risco, com a carga horária de 30 horas, ocorrido entre os meses de setembro e novembro de 2013.

No plano de formação dirigido aos dinamizadores comunitários foram ministrados os seguintes módulos:

- a) Gestão de Projeto, com a carga horária de 48 horas, ocorrido entre os meses de maio e julho de 2013.
- b) Associativismo e Participação Cívica, com a carga horária de 12 horas, ocorrido durante o mês de novembro.

Foi também proposta a construção de um portfólio digital reflexivo na plataforma *online* do *Escolhas em Formação*. Este portfólio tem o objetivo de registo do percurso formativo dos dinamizadores comunitários elaborados a partir das aprendizagens e experiências apreendidas no exercício das suas funções.

No plano de formação dirigido à equipa central do PE foram ministrados os seguintes módulos:

- a) *Design Thinking*, com a carga horária de 2 horas, ocorrido durante o mês de fevereiro de 2013.
- b) Planeamento e Avaliação, com a carga horária de 15 horas, ocorrido no mês de novembro de 2013.
- c) Inovação Social, com a carga horária de 15 horas, ocorrido durante o mês de dezembro de 2013.

O PE desenvolveu ainda, em 2013, diversos workshops temáticos mensais, visando uma maior capacitação de todos os elementos das equipas técnicas locais, para que possam beneficiar de um conjunto de informações e recursos que tenham impacto no exercício das suas funções. De salientar que estes workshops foram, igualmente, abertos a outras organizações fora do universo Escolhas, bem como à população em geral.

Foi ainda realizado um Seminário Inicial de formação de coordenadores e dinamizadores comunitários, de carácter formativo, nos dias 4 a 6 de março de 2013, em Peniche, tendo como tema “Liderar equipas criativas”.

A equipa de coordenação central do PE funciona, em permanência, como um apoio de retaguarda na resolução de problemas e dificuldades sentidas pelas equipas no terreno, evidenciando deste modo uma formação contínua e centrada na prática.

A figura do coordenador central desempenha assim um duplo papel, o de avaliador e de consultor, assegurando continuamente uma mediação pedagógica e crítica entre os diferentes intervenientes.

Cada projeto tem a sua especificidade, apelando a exigências diferentes em termos de acompanhamento e avaliação. O modelo é aplicado a todos, mas com adaptações, por exemplo, ao nível do número de visitas.

É este tipo de acompanhamento sensível e inteligente, através de estímulos insistentes e persistentes, que em boa medida explica a chamada “energia Escolhas”, reconhecida como um dos sustentáculos basilares das dinâmicas de intervenção.

4. Dinâmicas de intervenção

Concebidas em alinhamento com as prioridades estratégicas do Programa e com as medidas oficialmente definidas para todos os projetos, as dinâmicas de intervenção assentam em metodologias inovadoras e atrativas, abrangendo um leque cada vez maior de temáticas e de atividades.

No âmbito da avaliação externa, foi possível observar o desenvolvimento de diversas atividades e testemunhar sobre o tipo de envolvimento dos participantes.

Medida	Exemplos de atividades
I	Apoio Escolar Acompanhamento psicossocial Liga Escolhas Atendimento às famílias/Acompanhamento familiar Formação parental
II	Espaço Emprego/ Orientação Profissional; Espaço Formação;
III	Acampamentos; Feiras interculturais; Futebol de Inclusão Social; Intercâmbios intergeracionais; Escolhas em Movimento Atelier de Dança/Expressão dramática/Expressão plástica
IV	Emprego e formação; CID@Livre CID@Escola CID@Iniciação CID@Forma CID@Emprego Cursos de iniciação às TIC Formação Certificada em TIC
V	Concurso Anual de Ideias Orçamento Participativo Apoio a Estágios Remunerados Visitas Atividades de empreendedorismo Grupo de voluntariado Loja Comunitária

Estas atividades são frequentemente descritas pelos participantes como verdadeiras “oportunidades de vida”, com especial destaque para as “Assembleias de Jovens”, uma das iniciativas de referência do *Escolhas*.

A Assembleia de Jovens é uma das atividades criadas para promover mecanismos de participação e de cidadania ativa, através de um exercício de democracia participativa a nível local, regional e nacional. Relatório de Atividades 2013, p.19)

É tipo organizar as coisas que vamos fazer”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 09)

“Damos tópicos, falamos de atividades, de festas, de saídas, coisas que a gente vai fazer aqui”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 11)

É para saber se gostamos de algumas atividades, se não gostamos... o que podíamos... fazer mais atividades...”. “E é para pedirmos se queríamos também reclamar das coisas... fazer treinos no pavilhão...”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 03)

Reunimos duas vezes por mês, os jovens todos vêm e dão ideias e sugestões de coisas que eles achem importantes e que gostassem para as atividade aqui do projeto. Também tratamos de outras coisas, tipo as reclamações dos vizinhos e essas coisas”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 08)

Nós temos uma maneira informal de medir a evolução deles. Temos uma tripulação onde os jovens para subirem de posto no navio têm de efetuar atividades. Por exemplo do imediato para o navegador têm de organizar uma atividade para os colegas, além disso têm de ter um x número de participações no projeto, têm de ter comportamentos cívicos, há uma lista de comportamentos que lhes dão pontos para irem subindo. Depois vão avançando e vão tendo atividades mais complicadas, para passarem ao posto seguinte vão ter de fazer uma tertúlia, vão tendo objetivos diferentes para atingir. Há vários critérios, onde entram também os resultados escolares. Depois na assembleia de jovens eles sobem de posto, são condecorados”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 11)

Esta atividade concreta tem-se revelado, de facto, uma atividade fundamental no desenvolvimento de uma atitude crítica por parte dos participantes, que assim intervêm

ativamente no desenho, implementação e avaliação do Programa. Nestas assembleias, os jovens expõem a sua posição quanto às atividades desenvolvidas e modos de atuação do projeto, dando também sugestões sobre atividades.

Existem também as atividades organizadas pelos projetos referentes às “saídas”, como visitas de estudo, acampamentos, torneios desportivos, passeios e as que se referem à participação nas iniciativas nacionais do Escolhas (ver listagem no anexo 3), como o Navio Escolhas, a Aldeia Escolhas, o Comboio Escolhas.

Este tipo de atividades produz um impacto muito significativo junto dos jovens, potenciando a abertura ao exterior, ampliando horizontes, ganhando “mundividência” e ajudando a alimentar o espírito de “*comunidade Escolhas*”.

Para muitos dos jovens, é no Escolhas que vivem a primeira oportunidade de saída da sua comunidade e de convívio com jovens de outras regiões do País.

Há outra coisa muito importante que estavam há pouco a falar que é a questão do passeio, de sair daqui, e o próprio programa Escolhas, o nosso projeto através das colónias de férias com a amnistia internacional, com outros projetos, fazem com que eles tenham e sintam outra realidade e não sintam que são só do bairro, sempre foram e sempre serão. A partir do momento em que eles começam a ver que existem outras coisas, eles começam a acreditar mais, e veem que podem ir mais além, ganham uma mundividência”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 06)

Entendendo o potencial humano como fim e como recurso, as estratégias implementadas, seja no âmbito local ou nacional, procuram garantir dinâmicas de participação ativa através de processos de capacitação e corresponsabilização. Incluindo neste contexto, a participação nas diferentes fases de conceção, planeamento, execução e avaliação dos projetos.

Esta preocupação com a promoção de estratégias de participação e de capacitação cívica tem vindo a acentuar-se ao longo das várias gerações do Programa Escolhas, adquirindo uma expressão mais significativa na 5ª geração, superando assim dificuldades iniciais associadas a uma certa resistência e passividade características destas populações.

Esta melhoria progressiva reflete as sugestões que foram sendo avançadas nas avaliações externas, apontando, por exemplo, para a necessidade de valorização da participação nos critérios de apreciação das candidaturas, o maior investimento na formação em participação e metodologias participativas e uma maior atenção por parte da equipa de coordenação do Programa Escolhas às questões de participação, *empowerment* e apropriação dos projetos (Centro de Estudos Territoriais, 2007).

Por outro lado, no decorrer das últimas gerações, este modelo de intervenção tem sido desenvolvido e aperfeiçoado, de modo a aplicar a principal convicção do Escolhas em perceber o jovem não como mero beneficiário mas como sujeito ativo na construção de uma identidade positiva, adaptando-se à sociedade e resistindo às vulnerabilidades do seu quotidiano.

Tendo em conta a atual conjuntura, a intervenção preconizada pelo Escolhas privilegia o reforço de identidades positivas, compreendendo cada processo de individualização na atual sociedade. Deste modo, a capacitação (principalmente ao nível do empreendedorismo), evidencia-se com maior destaque nestes últimos anos do Escolhas.

Assim, e já numa fase mais recente, para além da participação ativa dos jovens no projeto, integram neste eixo objetivos específicos como acompanhamento psicossocial, diminuição dos comportamentos de risco, promoção de competências sociais e pessoais, artísticas, culturais e desportivas, fomento pela mobilidade nacional e internacional, promoção de competências empreendedoras nas crianças, jovens, famílias e comunidade e promoção das dinâmicas familiares. (Centro de Estudos Territoriais, 2010)

Nesta 5ª geração foi possível constatar a forma como os projetos procuram envolver não só as crianças e jovens, mas também as famílias. Todos os fatores e processos relacionados com a família refletem-se no ajustamento dos jovens e por isso é extremamente relevante que a intervenção foque também esta esfera da vida dos participantes.

Uma das estratégias com especial relevância na promoção das capacidades e competências dos jovens e, conseqüentemente, na definição de um projeto de vida satisfatório trata-se da coresponsabilização e *empowerment* em todo o seu processo educativo.

As estratégias de capacitação dos jovens traduzem-se também a definição de estratégias de empreendedorismo, de modo a reconhecer o potencial de transformação das competências desenvolvidas e, conseqüentemente, facilitar a entrada dos participantes numa vida ativa.

Em todo o processo educativo das crianças e jovens, destaca-se a aquisição de competências sociais e a interiorização de regras.

Eles aprendem a estar em atividades estruturadas, a cumprimentar as pessoas, por exemplo com o dia do abraço, eles aprenderam que se deve cumprimentar as pessoas e agora eles chegam aqui e cumprimentam-nos sempre”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 08)

Cada um faz uma coisa, uns varrem, que isto está sempre limpinho, outros vão às compras, outros cozinham, outros estão no computador”.

(GDF Famílias do Projeto 11)

Salienta-se aqui a importância das práticas de mediação social, envolvendo os técnicos, os dinamizadores comunitários e os próprios jovens.

Os próprios jovens são a melhor forma de fazer chegar à comunidade o projeto, aos outros jovens, aos Pais e às escolas, eles são da comunidade e multiplicam a informação”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 06)

Eu acho que a filosofia do Escolhas e a metodologia do Escolhas, principalmente desde a 4ª geração, começaram a falar mais de capacitação dos jovens, de dar mais poder aos jovens e de eles criarem os próprios projetos para a comunidade, nomeadamente com aqueles que agora são mais velhos, que são aqueles com quem agora estou a trabalhar mais nas questões do associativismo juvenil, percebe-se que houve aqui um ganho, uma linguagem que eles adquiriram.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 06)

Reconhece-se ainda que a família tem um papel fundamental no bom desenvolvimento dos jovens, sendo uma fonte de suporte fulcral no desenho de um projeto de vida integrado. Para isso, o Programa prevê o envolvimento dos familiares em todo o processo interventivo, incluindo o apoio à vertente profissional.

Eles além de se preocuparem com os miúdos preocupam-se com a nossa vida também, a nossa vida profissional, a nossa vida pessoal. Podemos ter aulas de computador aqui com o Pedro, ou se precisamos de fazer alguma coisa, um trabalho, um currículo, ele ajuda-nos”.

(GDF Famílias do Projeto 08)

Salientam-se ainda as estratégias de ocupação dos tempos livres das crianças e dos jovens que, desta forma, “saíram da rua”.

Eu já cá estou há muitos anos, e na altura que não estava cá o projeto via-se muitos jovens nas ruas e nessa altura os ídolos deles eram aqueles jovens delinquentes,

aqueles que andam a iniciar-se na criminalidade, e penso que isso mudou, mudou muito.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 11)

Têm o tempo preenchido, já não há tempo para andarem na vadiagem e fazerem coisas que não devem, a experimentarem drogas e essas coisas. Eles aqui têm essa responsabilidade. Mas baixou muito a delinquência, mas há, eu já tive a oportunidade de ir na rua e ver miúdos a assaltarem um casal, são coisas que não deviam haver e quando criam estas associações é uma coisa muito útil.

(GDF Famílias do Projeto 06)

Esta mudança reflete-se de forma particular nas competências ao nível das aptidões de *escuta e diálogo*, com repercussões no comportamento relacional das próprias famílias.

Em suma, a diversidade de dinâmicas de intervenção desenvolvidas e a filosofia de ação que as sustenta, produz resultados evidentes junto dos destinatários diretos, permitindo constatar um aumento de expectativas ao nível dos respetivos projetos de vida.

“São jovens que passam a pensar mais no percurso de vida deles, percebem que não dá para chumbar não sei quantas vezes, que não dá para ficar sem estudar, e esta questão de começarem a encontrar um projeto de vida é muito importante. E estes jovens que a gente tem, já conseguem ter sonhos e acreditarem nos sonhos que têm e já começam a conseguir pensar a longo prazo, mais longe e daí eu dizer que os resultados se vão ver mais tarde”.

(GDF Técnicos 03/04).

Eles passam a ter outras referências e isso faz diferença, são os técnicos, é o dinamizador, e eles começam a pensar "afinal isto é que está correto". É isso que este espaço lhes traz, novas experiências”.

(GDF Técnicos 03/04)

Os jovens chegam aos projetos sem um objetivo de vida, com dificuldade em pensar a longo prazo. Nos projetos aprendem a pensar na sua vida e no seu futuro, aprendem a *fazer escolhas*.

5. Constrangimentos e dificuldades

Apesar das estratégias de intervenção do programa tenderem a ser adaptadas à realidade, existem certos constrangimentos que, por diversas vezes, limitam a atuação do mesmo. As avaliações externas anteriores constataram vários obstáculos, relacionados com o trabalho em equipa, com as suas competências profissionais e técnicas e com a falta de cultura de participação. Contudo, e tal como ficou dito no ponto anterior, a 5ª avaliação externa permitiu registar evoluções muito significativas a este respeito.

Outra das dificuldades identificadas em gerações anteriores prendia-se com as situações de difícil arranque dos projetos, face à instabilidade das equipas técnicas e desmotivação e até alguma resistência quanto ao envolvimento da população intervencionada (Centro de Estudos Territoriais, 2010, p. 74).

Em certa medida, estas situações mantêm-se na 5ª geração, onde, por exemplo, o subdimensionamento e a rotatividade das equipas técnicas, bem como as questões relativas à sua valorização salarial surgem em destaque. Por parte dos técnicos, estes obstáculos surgem mesmo apontados como a única razão que motivaria uma eventual opção de saída dos projetos.

Pelo menos as pessoas de quem eu mais me aproximei, foram embora. Sim, a cada 3 anos muda sempre, e às vezes mudam ainda mais rápido. Depois são as estagiárias, isto pode ser bom para elas mas mau para nós. Mas elas são fixes!“. “São, só que ficam cá muito pouco tempo, depois vêm outras duas”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 06)

De um modo geral, os constrangimentos externos de ordem financeira “surgem à cabeça”. A este respeito, pode dizer-se que os constrangimentos desta ordem apontados pelas avaliações exteriores, surgem agora reforçados num contexto socioeconómico agravado, potenciador de situações de desemprego e pobreza e de cortes no financiamento das políticas públicas.

Na altura da candidatura os recursos financeiros cada vez são menos e que chega uma altura que não vai mesmo... nós vamos perder todo este trabalho feito. ...”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 07)

E para não ter estes ordenados mais baixos, lá tem que ser outra vez a instituição promotora a meter o dinheiro para complementar.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 08)

Mudou o financiamento! Temos menos dinheiro”

(GDF Técnicos 05)

O que acontece muitas vezes é que as verbas demoram a chegar e já que existe verba disponível numa medida e noutra não, podia haver maior flexibilidade, uma vez que no terreno é que se veem as prioridades. Portanto, o investimento para o espaço Mira Sound, que não foi assim tão pouco, teve de ser realizado, não pôde ser utilizado para outras despesas e ainda por cima não está a ser utilizado!”

(GDF Consórcio e Coordenadores do Projeto 10)

Ainda na ótica das limitações de recursos, são destacadas as que se referem à qualidade dos espaços físicos que nem sempre são os mais adequados, bem como as dificuldades associadas à mobilidade dos jovens, inviabilizando muitas vezes a sua participação em iniciativas nacionais.

Ainda em termos de mobilidade, a questão da acessibilidade à rede transportes públicos local ganha especial pertinência em comunidades tendencialmente isoladas, apesar da sua proximidade em relação aos contextos urbanos, gerando-se e reforçando-se assim um efeito de segregação espacial. Trata-se aqui de um constrangimento reconhecidamente externo mas que importa registar.

Ao nível da gestão dos projetos, um destes constrangimentos apontado de forma recorrente prende-se com o funcionamento da plataforma AGIL, tal como foi já referenciado. Isto apesar dos benefícios reconhecidos e da evolução feita.

O nome que finalmente começa a fazer jus a si próprio, ou seja, no início parecia que era tudo menos “ágil” mas, de facto, parece que tem havido um domínio maior da ferramenta”. “E portanto, o que aconteceu é que a Agil se foi simplificando e os problemas do bairro têm vindo a diminuir, e portanto, acho que isso ajuda também bastante em termos de conjugar as duas coisas que são sempre importantes”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 09)

Para além de termos uma plataforma em que temos que inserir tudo online, isso é normal, a plataforma até nos facilita para as questões da avaliação... mas, paralelamente, temos que ter todos os registos, constantemente a assinarem todos... isso muitas vezes torna o projeto demasiado pesado em termos burocráticos”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 02)

Em termos de melhoria, os atores sugerem que numa próxima geração, se desenvolva uma avaliação mais qualitativa e mais flexível de modo a refletir melhor o *trabalho invisível*. Uma invisibilidade sentida em particular pelos técnicos que nesse sentido apontam a necessidade

de promoção de intercâmbios entre técnicos e a criação de redes de aprendizagem cooperativa, a par de um reforço da formação.

Eu queria dizer que, de facto, é extremamente importante essa ligação com os outros técnicos do projeto porque as dificuldades que eu às vezes sinto são as dificuldades que eles também sentem”.

(GDF Técnicos 03/04)

A troca de conhecimentos só é possível se nós nos conhecermos cara a cara”. “Eu acho que é aquilo que já falámos, ou seja, haver mais formação específica e o podermos fazer aqui uma partilha entre projetos, relação entre os técnicos”

(GDF Técnicos 05)

A formação da equipa técnica é concebida pelo PE como prioridade estratégica desde o início da sua implementação e tem sido uma peça fundamental no desenvolvimento dos projetos e na promoção e difusão de boas práticas. No entanto, nem sempre essa formação chegará a todos os técnicos, privilegiando sobretudo os coordenadores dos projetos e os dinamizadores comunitários.

Mas não podemos esquecer uma coisa é que este projeto tem... são gerações de três anos e estamos a querer acabar com problemas que têm 500 anos”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 05)

Ou seja, apesar dos constrangimentos assinalados os atores convergem para o reconhecimento da extraordinária evolução do PE ao longo dos anos e do caminho feito junto de realidades difíceis e cuja mudança requer tempo.

6. Oportunidades e linhas de força

As linhas de força do PE correspondem, no essencial, aos aspetos mais positivos que foram sendo evidenciados ao longo deste relatório, referindo-se designadamente a:

- (i) Objetivos e princípios orientadores

Destacando aqui a diversidade e a relevância das medidas priorizadas, bem como a sua adequação ao longo das várias gerações, com ênfase para a formação escolar, social profissional dos jovens, para a capacitação das famílias e para a valorização das dimensões de cidadania e participação.

Para ajudarmos melhor os nossos filhos é bom termos um acompanhamento. Por exemplo se o miúdo está revoltado e não se abre, nós temos de ir falando com ele com calma, ganhando a confiança dele”

(GDF Famílias do Projeto 08)

“Eles têm formações sobre vários temas que os ajudam a... que os ensinam a falar connosco, como agirem... para terem mais calma connosco...”. “Compreendem-nos melhor”

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 04)

(ii) Modelo de governança e cultura institucional

Assinalando a este respeito o reforço dos processos de inscrição comunitária do PE, em particular o papel desempenhado pelos Consórcios. O PE não é, de facto, apenas “mais um programa financiador”. Sendo um Programa governamental, centralmente dirigido e consistentemente estruturado, o PE ancora-se em projetos locais, territorialmente enraizados.

Conforme foi sublinhado recorrentemente nas sessões de discussão com os consórcios dos 12 projetos estudados, a parceria e a partilha de recursos extravasa largamente o âmbito do Escolhas, passando a “fazer parte” da própria vida das instituições e inscrevendo-se nos hábitos de trabalho dos diferentes profissionais.

(iii) Modelo de intervenção, filosofia de ação e estratégias adotadas

A capacidade de inovação prioridade dada as estratégias e mediação social e de capacitação cada vez mais assentes na mobilização dos atores locais, incluindo os próprios jovens. Saliendo ainda o rigor e a qualidade dos sistemas de acompanhamento, monitorização e avaliação, bem como a filosofia de ação que os inspira.

A questão de irmos e estar com eles nos seus próprios contextos faz grande diferença. Se é no café que eles estão, é no café que os vamos encontrar, nem que seja só de passagem e perguntar como está e como não está, de alguma maneira envolver a pessoa, informá-la que vai haver uma atividade.

(GDF Consórcio e Coordenadores do Projeto 12)

“Depois é a parte das atividades, o apoio ao estudo, combinam com eles, negociam com eles que se fizerem determinados trabalhos têm determinadas atividades, e tudo isto faz parte da criação das competências pessoais e sociais que são muito importantes. Este acompanhamento tem depois impacto na motivação e na melhoria dos resultados escolares e na própria maneira de encarar a escola e tudo o que envolve a escola”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 11)

(IV) – Qualidade das equipas técnicas e figura do dinamizador comunitário

A existência de equipas técnicas multidisciplinares, qualificadas e fortemente motivadas e empenhadas. A articulação inteligente com o dinamizador comunitário, uma figura de referência que valerá a pena manter e melhorar.

Temos um Programa Escolhas exigente, que exige de nós... temos um consórcio empenhado e também acho que temos uma equipa multifacetada, empenhada e motivada”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 04)

(V) Reconhecimento dos Projetos e do Programa pelos intervenientes diretos.

Tanto os projetos em particular como o Programa em geral são muito valorizados e estimados pelos atores. Os “projetos” passaram a constituir um “espaço” de referência identitária, evidenciando um notável sentido de pertença e apropriação cívica. Os projetos passaram a fazer parte da vida dos jovens e das comunidades. Por outro lado, a marca *Escolhas* passou a estar verdadeiramente inscrita nos contextos sociocomunitários.

"Vou ao projeto", "estou no projeto", é um sinal disso e o pensarem que a equipa do projeto os pode sempre ajudar, nisto ou naquilo. É muitíssimo positivo!"

(GDF Consórcio e Coordenadores do Projeto 12)

(VI) Reconhecimento nacional e internacional do Programa

Um reconhecimento evidente no número de distinções obtidas (cf. lista apresentada nas páginas 114 e 115) e que fazem do PE *um programa com história, socialmente relevante, inovador e aprendente*, merecendo como tal ser amplamente partilhado e replicado.

3ª PARTE
A IDENTIDADE ESCOLHAS

1. Um programa com história(s)

O Programa Escolhas tem conseguido manter uma inabitual capacidade de persistência ao longo dos anos (2001-2015), o que não ocorre com o modelo reinante nas intervenções sociais em territórios e junto de segmentos mais pobres e desfavorecidos da população, tanto nas iniciativas estatais top-down, como nas dinâmicas locais e autónomas, onde predomina o modelo “stop and go”. Esta característica é tanto mais de destacar quanto acresce o facto de o Programa ter persistido, com continuidade processual e evolução permanente, no decurso da ação política de diferentes governos, com políticas sociais públicas diversas.

Por isso, ao longo dos anos, o PE foi amadurecendo, fruto da evolução da sociedade, da acumulação de experiência, da reflexão empreendida, das cuidadas avaliações e da rotação das suas equipas dirigentes; a duração permitiu construir um referencial consistente de ação, muito para além, portanto, de um mero fechar e abrir de novas “gerações” do Programa, ciclo após ciclo.

O Escolhas, mesmo tendo recebido inspiração em modelos internacionais (ex. Canadá), foi “fazendo o seu caminho, caminhando”, na expressão de Pedro Calado (2012). A equipa do ISCTE, responsável pelas avaliações externas anteriores, chamou-lhe um “*evidence-based programme*”, pois foi desenvolvendo uma narrativa socioeducativa assente em trabalho de terreno e reflexão contínua, verificando o que funciona melhor e pior, corrigindo trajetórias e apurando um modelo sociocomunitário de ação, ancorado numa matriz rigorosa de conceção e de ação.

O *Escolhas*, sendo um Programa com história relevante e significativa, é um Programa feito de múltiplas histórias, protagonizadas e narradas pelos seus destinatários principais, as crianças e jovens alvo de intervenção, mas também todos os outros atores.

Esta narrativa coletiva precisa ganhar maior expressão, devendo ser ampliada e estudada como um património refletido também por atores exteriores, sobretudo a nível académico.

2. Um programa socialmente relevante

O PE é um programa socialmente relevante, respondendo a necessidades cruciais de intervenção junto de um público vulnerável e caracterizando-se por uma forte ação sociocomunitária, fruto de interações interinstitucionais, interprofissionais e interpessoais.

Desta forma, pode dizer-se que ele é fruto do capital social existente nos territórios desfavorecidos onde se desenvolve, sendo simultaneamente gerador de mais capital social e

de outra esperança, na medida em que estrutura estas interações para as congregar e focar em torno de diagnósticos partilhados, objetivos e metas comuns, recursos mobilizadas cooperativamente, avaliações realizadas no terreno e continuamente.

Ao longo dos anos o Escolhas tem permitido capacitar as crianças e os jovens que constituem o seu público prioritário mas também as famílias e os atores locais, os técnicos e as organizações. Como refere Menezes (2007), “A intervenção comunitária implica a disponibilidade para trabalhar *com* as pessoas e as comunidades – e não *em vez* delas ou *apesar* delas” (p. 65).

Tendo colocado desde o início como objetivo central “apoiar o desenvolvimento de crianças e jovens resilientes” (aqui entendida como a capacidade de uma pessoa, quando exposta a múltiplos riscos, responder com iniciativa e positivamente, conseguindo alcançar resultados positivos para a sua vida) e, a partir da disponibilização de oportunidades estruturadas e acompanhadas de exercício do comportamento pró-social, em parceria na comunidade local, o Escolhas foi-se tornando lentamente uma presença ímpar e muito relevante nos contextos mais desfavorecidos do país, com destaque para bairros sociais urbanos de concentração segregada e seletiva de pobreza, minorias étnicas, baixa escolarização e exclusão social.

A relevância social do Escolhas foi-se construindo progressivamente, com o tempo e com uma ação persistente, bem focada e coordenada. Desde a 2ª Geração do PE (2004) que se atribui prioridade a “uma abordagem centrada nas parcerias com a sociedade civil, mediante contratos-programa”.

O Escolhas é um Programa que optou, desde o início, por olhar estas comunidades não pelo que lhes falta, como se fossem comunidades-não (modelo de défice sociocomunitário), que é o olhar mais comum sobre os territórios mais desfavorecidos, mas começou por as olhar pelo capital social que já possuíam e potenciou-o ao máximo, dando desde logo destaque aos recursos relacionais existentes nas comunidades (modelo de *capabilidades* sociocomunitárias).

O valor atribuído aos consórcios locais, que tem vindo a crescer de “geração” para “geração”, é disso uma boa prova. E este valor conferido às ações consistentes e sociocomunitárias acaba por se revelar um valor acrescido de vida e vigor do próprio Programa, conferindo-lhe uma relevância social única.

Como Programa socioeducativo destinado a crianças e jovens, o Escolhas dedica-se especialmente a intervir nos campos do apoio à inclusão escolar e ao sucesso nas aprendizagens escolares, à animação sociocultural e à inclusão digital, à formação profissional e à promoção da empregabilidade.

O Escolhas tem resultados palpáveis e bem visíveis, construídos por vezes ao longo de mais de dez anos. As comunidades locais reconhecem-no, os sucessivos governos centrais validam-no e a comunidade internacional destaca-o, premiando-o.

As comunidades locais são consideradas, pois, como lugares onde, além de problemas, existem relações e instituições e capacidades que se podem colocar em rede para ultrapassar algumas debilidades e para potenciar recursos existentes (Azevedo, 2007).

Neste sentido pode dizer-se que o Escolhas valoriza antes de mais a coresponsabilização e a co-configuração. No campo da proteção e promoção de crianças e jovens em risco, em cooperação com as escolas e as CPCJ, e no apoio às suas famílias, o Escolhas destaca-se cada vez mais no panorama das políticas públicas

Por esta razão, e tal como testemunharam os atores inquiridos, o PE precisa continuar. Se, por hipótese, o Programa sofresse uma extinção, assistiríamos a um elevado retrocesso e empobrecimento social.

E, inclusivamente, de exclusão social... ia tudo por água abaixo. Tudo o que foi feito perdia-se” .

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 05)

Em vez de caminharmos em direção ao desenvolvimento comunitário, caminharíamos cada vez mais para um empobrecimento, não só económico mas também cultural, um empobrecimento de conhecimento, um empobrecimento a todos os níveis”.

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 06)

Ninguém mais faz desta maneira. Há aqui muitos parceiros... e as escolas têm um papel importantíssimo, a CPCJ tem um papel importantíssimo e todas as outras têm... mas como o faz o Programa Escolhas... isto seria desastroso. É a minha opinião no trabalho com estas famílias e com estas crianças. Nem a CPCJ nem nenhuma instituição o faz desta maneira”

(GDF Consórcio e Coordenador do Projeto 04)

Os atores traduzem assim o seu desejo e a sua preocupação em relação ao futuro de um Programa que, tendo dado provas enquanto programa socialmente relevante, pede continuidade.

3. Um programa inovador

Conforme foi sendo sucessivamente sublinhado pelas avaliações externas, o Escolhas caracteriza-se por ser como uma resposta social inovadora, desde a concepção, planeamento aos sistemas de monitorização e avaliação, diferenciando-se, como tal, não só a nível nacional como a nível internacional.

O Escolhas é um programa interministerial de ação socioeducativa muito focado no desenvolvimento e apoio às dinâmicas de inovação social local, o que decorre da adoção de uma axiologia que valoriza a personalização do desenvolvimento humano, a participação sociocomunitária, a proximidade e a cooperação, o associativismo local e o trabalho em rede.

Entre as dinâmicas mais salientes de inovação social introduzidas pelo Escolhas, encontram-se:

- (i) as parcerias e os consórcios locais, como base de toda a ação e estruturação do Programa, numa perspetiva de descentralização e de coresponsabilização;
- (ii) o foco no empowerment das crianças e dos jovens envolvidos e das suas famílias, favorecendo a aquisição de competências aos diversos dimensões da vida pessoal e socioprofissional, tendo como suporte a ação das próprias instituições locais;
- (iii) a proximidade e o carinho com as crianças e os jovens e com as instituições, porque como diz um projeto “trabalhamos com eles e não para eles”;
- (iv) o fomento contínuo da participação dos jovens, desde o diagnóstico até à avaliação das atividades, como estratégia de desenvolvimento da sua autonomia, com destaque para as Assembleias de Jovens;
- (v) os dinamizadores comunitários, uma vez que estes devem ser jovens preferencialmente oriundos das comunidades de intervenção do Escolhas, o que fomenta desde logo a emergência de lideranças locais, figuras importantes para a persistência das dinâmicas sociocomunitárias;
- (vi) as metodologias de acompanhamento e de avaliação, que são rigorosas e muito exigentes por parte da equipa central e que valorizam a participação local na realização de diagnósticos, de planos de ação, de monitorização constante da sua evolução, numa prestação contínua de contas, que desde logo serve a comunidade e o próprio projeto.

Tal como sublinhava a 3ª avaliação externa “os projetos que se pretendem inovadores devem, quanto possível, promover metodologias de trabalho inovadoras, numa perspetiva de aumento dos níveis de adequação das respostas sociais às especificidades dos destinatários do Programa” (Centro de Estudos Territoriais, 2010, p. 83).

O Escolhas é um Programa que se afirma como capaz de mobilizar recursos e vontades, de acordar e reunir para a participação e a cooperação instituições, pessoas e, em geral, recursos das comunidades, até então adormecidos.

Nestas comunidades, vistas como deficitárias e vulneráveis, existem recursos relacionais, institucionais e pessoais que podem e são colocados ao serviço do reforço dos laços comunitários, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida das pessoas numa perspetiva de aproximação entre a esfera económica e a esfera social.

Como se referia no relatório de avaliação externa do Programa Escolhas 2010-2013, “esta aproximação entre o económico e social, fomentada pelas relações de proximidade capazes de gerar novas solidariedades de inclusão é, talvez, a dimensão mais inovadora e o desafio mais complexo com que o Escolhas se defronta” (Centro de Estudos Territoriais, 2013, p. 315).

A forma como se promove a participação dos jovens, mas também das famílias e outros elementos da comunidade produz diferença significativa.

Ajudou-me a dar os passos certos em relação aos sonhos que eu tinha, aquilo que eu queria. Ajudou-me a ser também mais responsável! Pelo menos para mim foi isso!”. Eu tive mais objetivo em estudar e tornar-me em alguém no futuro e seguir para a faculdade e aprendi a ter mais responsabilidade comigo própria.

(GDF Crianças e Jovens do Projeto 08)

O PE é inovador também na forma como consegue afirmar um sistema de acompanhamento sistemático de proximidade, gerador da tal *energia Escolhas*.



Figura 42. “Nuvem de palavras” criada com base na definição do Programa Escolhas dada pelos Consórcios e pelas Equipas Técnicas

A inovação do PE é evidente igualmente ao nível das metodologias e dos recursos, sendo já detentor de um património específico e inovador. De facto, a maturidade do Programa permite identificar esforços que têm sido encetados no sentido de disseminar a intervenção desenvolvida, nomeadamente através da publicação dos Recursos Escolhas, de livros ou de artigos. Assim, em 2012 foram publicadas duas obras com relevância na partilha das práticas de intervenção social que foram sendo construídas ao longo de 11 anos de existência do

Programa Escolhas (Programa Escolhas, 2012a, 2012b). No entanto, esta dimensão pareceu-nos pouco presente nas recolhas de dados efetuadas nos 12 projetos seleccionados, o que nos fez questionar até que ponto estes Recursos Escolhas estão a ser devidamente disseminados e rentabilizados.

No painel realizado com os coordenadores, a equipa de coordenação do Programa Escolhas foi descrita, pelos próprios coordenadores, como uma fonte de apoio, de retaguarda, de base e de centro de recursos. Foi visível esta ideia de que a equipa de coordenação constitui uma estrutura de apoio na resolução de problemas e dificuldades sentidas pelas equipas no terreno. Aliás, a própria disseminação de modalidades de intervenção e de soluções encontradas por outros projetos é assumida pela equipa de coordenação. Questionamo-nos sobre até que ponto esta partilha de soluções e disseminação de intervenções não poderia ser promovida sobretudo pelos próprios interventores locais, ampliando as relações de parceria entre projetos. Sabemos que já existem redes informais de partilha, quer através das tecnologias, quer através de momentos de encontro presencial. Mas seria pertinente avaliar a possibilidade de haver técnicos a divulgar boas práticas e a dar apoio a outros projetos, através de contactos pessoais e demonstrações *in loco* a líderes comunitários (Illback, Zins, & Maher, 1999; Menezes, 2007).

Parece-nos que esta troca de experiências e esta disseminação de boas práticas de intervenção ganharia em ser mais intencionalizada e não apenas estimulada, pois esse estímulo parece que não tem sido suficiente para criar verdadeiras parcerias entre pares-interprojetos na promoção de uma intervenção mais eficaz na comunidade. Assim, poderia haver financiamento para equipas de coordenadores/técnicos se deslocarem a outros contextos durante pequenos períodos de tempo para ajudarem a implementar a metodologia Escolhas, rentabilizando os recursos do Programa e encontrando formas de ultrapassar os principais problemas detetados.

4. Um programa aprendente

O facto de o Programa ter vindo a evoluir constantemente ao longo dos ciclos/"gerações" constitui uma das mais evidentes provas da capacidade de aprendizagem que se tem incorporado no Programa e que lhe confere essa característica importante de "organização aprendente".

Com efeito, o PE tem atribuído particular atenção à avaliação, enquanto processo de aprendizagem contínua e de melhoria gradual. Tal ênfase fica clara nos vários procedimentos de contínua prestação de contas que forçam a aquisição de competências de avaliação permanente e de aprendizagem acerca do que foi alcançado ou não, do que falhou e resultou nos processos empreendidos e nos resultados alcançados, no que é preciso melhorar.

Uma das componentes distintivas do modelo de governança do PE ao nível da gestão, com impacto significativo na sua cultura institucional, prende-se, como vimos, com a existência de sistemas de coordenação, acompanhamento, monitorização e avaliação rigorosos, orientados para a capacitação dos próprios atores.

A avaliação orientada para a ação e a melhoria é uma componente descrita como “essencial e estruturante” do PE. Os vários processos de avaliação têm permitido acumular e sistematizar conhecimento, desde o nível local ao nacional/central. Esta acumulação e sistematização processam-se de modos e com intensidades diversificadas, tendendo a diminuir à medida que caminhamos do centro para o local, pois boa parte das dinâmicas de avaliação acabam por se traduzir em fluxos de informação do local para o centro, que continuamente acumula, sistematiza e reflete.

Ao longo das cinco gerações do Programa Escolhas os sistemas de monitorização e avaliação têm sofrido evoluções constantes, não só incentivadas pelo próprio Programa (de modo a espelhar a ideologia de um “programa aprendente”), mas também sentidas pelas equipas técnicas e consórcios dos projetos.

A existência de orientações globais comuns, transmitidas de forma clara constitui parte integrante de uma cultura de formação permanente, articulada com uma avaliação contínua.

A avaliação local e participada (*community-based evaluation*), orientada para a participação, que já está a envolver os parceiros e as crianças/jovens, sobretudo na fase de diagnóstico, talvez pudesse incorporar progressivamente outras dinâmicas de maior impacto quer no *empowerment* das instituições parceiras e das pessoas envolvidas quer na sua própria participação, que se poderá enriquecer cada vez mais.

As dinâmicas de avaliação participada inscritas em ações socioeducativas comunitárias, como as que já se empreendem no Escolhas, podem constituir importantes instrumentos de aprendizagem em ordem à melhoria dos projetos e à densificação dos bens relacionais de cada comunidade e do seu bem-estar.

As dinâmicas de formação contínua dos técnicos constituem outra relevante dimensão desta capacidade de aprendizagem permanente dos vários atores do Programa. Esta formação compreende os técnicos, os dinamizadores comunitários e os consórcios, constituindo uma área em que o Escolhas tem vindo a fazer progredir.

Neste sentido, sugere-se o reforço de dinâmicas de aprendizagem partilhada, com base no desenrolar das próprias atividades dos projetos, como uma formação *on-going*, inscrita na ação e a ela devolvida, traduzida em melhorias permanentes. Este aspeto ganhou mais peso na quinta geração, sendo referido pela equipa de coordenação como um aspeto positivo, tendo em conta que mobiliza a coordenação e os projetos para a atualização constante do retrato que

é feito da realidade, para que as intervenções possam também ser ajustadas constantemente a esse retrato que vai sendo dinâmico.

Um outro vetor desta aprendizagem consiste na capacidade de o Escolhas recorrer crescentemente a técnicos e dinamizadores que já foram “beneficiários” do Programa, em anos anteriores e que, entretanto, cresceram e se qualificaram profissionalmente. Esta capacidade, que se traduz num progressivo *empowerment* das pessoas destas comunidades locais desfavorecidas, contribui também para a sustentabilidade e a autonomia graduais destas comunidades na capacidade de resolução dos seus próprios problemas.

No limite e desejavelmente, um Programa Escolhas Aprendizante equivale a dizer, uma Comunidade Intercultural Aprendizante. Se há processos sociais lentos, o processo de aprendizagem comunitária estará entre os primeiros e mais típicos. Por isso, a persistência do Programa ao longo dos anos se revela como uma sua característica tão importante e a avaliação orientada para a ação e a melhoria surge como tão estruturante.

Seria importante que esta dinâmica de envolvimento dos parceiros locais na fase de diagnóstico se pudesse estender a uma avaliação dos progressos verificados, no termo de cada ano ou no termo de cada ciclo/“geração”, através de dinamismos de avaliação participada e transformadora, dirigida ao progressivo *empowerment* das instituições e das pessoas.

Por último, salienta-se o facto de o Programa ter sido avaliado desde a sua primeira geração sempre pela mesma Instituição, ainda que por equipas diferentes, o que permitiu consolidar um referencial metodológico relevante que, em si mesmo, constitui parte integrante do património identitário do Escolhas.

Importaria nesse sentido reforçar o investimento nas componentes de estudo, reflexão teórica e de publicação através, por exemplo, de parcerias académicas e no seguimento do trabalho já foi iniciado no âmbito da produção de materiais designados por “*Recolhas*” e destinados, justamente, a “*Fazer Escola com o Escolhas*”.

No mesmo sentido, refere-se a necessidade de reforço de experiências de intercâmbio com outras iniciativas internacionais, numa lógica de criação e redes inter-programas e inter-projetos.

5. Um programa de referência

O PE, pelo que já ficou dito, é um programa de referência a nível nacional sendo cada vez mais conhecido a nível internacional, conforme ilustram os quadros seguintes respeitantes, respetivamente, às distinções nacionais e internacionais.

Distinções Nacionais – Programa Escolhas

2014	Mais Sucesso – E5G ganha prémio de “Boas práticas – Associativismo Juvenil”, atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude
2014	Metas – E5G (Lordelo do Ouro, Porto), ganha prémio “Associação Juvenil do Ano” atribuído pela Câmara Municipal do Porto à Associação ÁGIL, criada no âmbito do projeto

Distinções Internacionais – Programa Escolhas

Ano	Distinção
2003	Vencedor do Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade – European Union Crime Prevention Network
2007	Selecionado como “Boa Prática” no “Handbook for Integration”, publicado pela Comissão Europeia
2008	Selecionado como “Boa Prática” no I Relatório Mundial sobre Segurança nas Comunidades, produzido pelo International Center for the Prevention of Crime (Canadá)
2010	CID@NET selecionado enquanto Boa Prática no “II Handbook for Integration”, publicado pela Comissão Europeia
2011	Distinguido como “Boa Prática” portuguesa no âmbito da Prevenção da Delinquência Juvenil, atribuído pelo Ministério da Administração Interna no âmbito do European Crime Prevention Award 2011
2011	Representado como “Boa Prática” Portuguesa na Polónia, na Conferência Europeia de Boas Práticas
2012	Apontado como “Boa Prática” na Europa, em matéria de combate ao abandono escolar precoce, no congresso “Reducing Early School Leaving: efficient and effective policies in Europe”.
2012	Distinguido pela CISCO Networking Academy com um CERTIFICATE OF APPRECIATION, na qualidade de “Parceiro de excelência”.
2012	Revelado como uma das 20 “Boas Práticas Europeias no Combate ao Abandono Escolar Precoce”, atribuído pela Comissão Europeia
2012	Apontado como “Boa Prática” em matéria de integração no European Website on Integration
2012	Selecionado como “Boa Prática” no Empowerment Handbook do Fundo Social Europeu, produzido pela European Learning Network on Empowerment and Inclusion

- 2013 **“Boa prática” na publicação *Buenas prácticas Internacionales en prevención de delincuencia juvenil*, no âmbito do Foro Internacional de Buenas Prácticas de Prevención de Delincuencia Juvenil, promovido pelo Observatório Internacional de Justiça Juvenil, no âmbito do Programa Eurosocial II (Comissão Europeia).**
- 2013 **Integrado na base de dados europeia *Small Business Act – SBA*, enquanto instituição pública reconhecida por boas práticas na área do empreendedorismo com jovens**
- 2013 Referenciado na educação para o empreendedorismo – manual “Uma Escolha de Futuro”, criado em parceria entre o Escolhas e a Universidade Católica do Porto como boa prática nesta área, num guia para educadores lançado em Bruxelas “A Guide for Educators from the European Commission” (p.67).
- 2014 Distinguido pelo Barclays Bank na cerimónia de entrega de Prémios Fundación Barclays 2014 - menção na área da empregabilidade de jovens, resultante da parceria com o banco, através do Projeto U CAN
- 2014 Citado como “Boa prática” no contexto europeu pelo relatório “Working with young people: the value of youth work in the European Union”
- 2014 Referido como bom exemplo pela Comissão Europeia na investigação “Fazendo a Diferença Junto dos Jovens Europeus”
- 2014 Escolhas recebe prémio internacional bienal “Justiça Juvenil Sem Fronteiras”, do Observatório Internacional de Justiça Juvenil, em Bruxelas, na 6ª Conferência Internacional deste Observatório.

Conforme foi dito, este reconhecimento, no plano nacional, traduz-se de forma muito expressiva na forma como o PE é avaliado, apreciado, reconhecido pelos seus atores, que fazem questão de defender o Programa como um exemplo de uma excelente prática de políticas sociais. Um Programa que “não se fecha, pelo contrário, promove uma série de iniciativas que pretendem criar sinergias, proximidade e tornar o longe, perto”. Um esforço que começa na figura do seu diretor e coordenador nacional e que se prolonga pelos vários níveis de coordenação.

Considerações finais

Os dados descritos neste relatório e relativos à análise dos indicadores globais do Escolhas permitem concluir que estamos perante um Programa que tem vindo a consolidar e a ampliar a sua ação.

A necessidade de produção de dados conducentes a uma leitura integrada e consistentemente crítica sobre as diferentes fases de desenvolvimento do PE, implicou dificuldades acrescidas em termos de processo de avaliação externa de um programa social tão complexo e multidimensional, sobretudo considerando os objetivos e os limites de ordem temporal em causa.

Contudo, importa salientar desde logo a disponibilidade e colaboração de todas as entidades e pessoas contactadas, projetos, participantes, equipas, consórcios e coordenadores.

Entre outros aspetos, a duração do PE confere-lhe um carácter particular no quadro dos programas de intervenção social implementados em Portugal nas últimas décadas, permitindo aliar a “urgência do fazer”, identificada como marca distintiva do Escolhas enquanto *evidence-based programme* a uma capacidade reflexiva e de ajustamento assinalável, no que respeita a objetivos, áreas de intervenção estratégica e públicos-alvo.

O Programa pretende assegurar a sua sustentabilidade e prossegue esse objetivo. Mas é evidente que é muito difícil, sobretudo no plano financeiro, sem financiamento externo, pensar que os consórcios reúnem meios para pagar o projeto, sem apoio do Estado.

A sustentabilidade não financeira, que se relaciona mais quer com as aprendizagens, a capacitação e o *empowerment* das instituições e das pessoas, quer com a própria constituição de associações de jovens - um exemplo muito frequente - é conseguida, mas, mesmo estas conquistas, se não existirem recursos financeiros e se não for possível reuni-los localmente, dificilmente os projetos vingam. A vulnerabilidade destes territórios também passa por aqui.

Foi visível, quer no discurso dos coordenadores quer no discurso dos consórcios, uma grande preocupação com a sustentabilidade. Os intervenores locais manifestam sensibilidade para a importância de os próprios consórcios irem assumindo a intervenção a desenvolver na comunidade, mas vêem essa possibilidade com muitos constrangimentos e dificuldades. Se a sustentabilidade se tornar um objetivo e um resultado claro a alcançar, então há toda uma estratégia que é necessário colocar em marcha, ao longo de vários anos, um roteiro para a sustentabilidade. Por exemplo, teria de haver um processo diferente, de participação local nos custos do Programa, devidamente esclarecida e quantificada, que fosse evoluindo gradualmente.

A coordenação do Programa vê esse passo como importante, apesar de reconhecerem que muitos projetos têm dificuldades em elaborar e implementar o seu próprio roteiro de sustentabilidade.

Quanto a este aspeto, a coordenação sugere a análise da sustentabilidade através da decomposição do projeto em subprojetos, tentando encontrar respostas eventualmente diferenciadas, ao nível da sustentabilidade, para cada um dos subprojetos, podendo haver seja ações para as quais se assegura continuidade e outras ações que findam, seja domínios em que os recursos a mobilizar sejam centrais e recursos que sejam sobretudo oriundos dos locais.

No que respeita à sustentabilidade sociocomunitária destes projetos, sublinha-se de novo a relevância do fortalecimento progressivo do laço social local, do reforço do capital social local (domínio em que inclui a muito referida criação de Associações de Jovens), corolário de uma progressiva valorização e capacitação institucional local.

Finalmente, considera-se assim que estão reunidos os elementos necessários para sustentar a submissão dos resultados obtidos a um *Peer Review* internacional sob o enquadramento da OCDE e da rede MENON.

Bibliografia

- Abd-El-Fattah, S. M. (2006). Effects of family background and parental involvement on Egyptian adolescents' academic achievement and school disengagement: A structural equation modelling analysis. *Social Psychology of Education, 9*, 139-157.
- Almeida, L. S., Guisande, M. A., Soares, A. P., & Saavedra, L. (2006). Acesso e sucesso no ensino superior em Portugal: Questões de género, origem sócio-cultural e percurso académico dos alunos. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*(3), 507-514.
- Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social, 1*, 7-40.
- Bitti, M. (2009). *Aprender na diversidade: a perspectiva das crianças e jovens no âmbito do Programa Escolhas*. Relatório de Estágio de mestrado em Ciências da Educação na especialidade de Educação Intercultural. Lisboa: Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Cabral, C. (2013) *Empowerment dos jovens: Adaptação e validação da escala de controlo sociopolítico para a população portuguesa* (Dissertação de Mestrado). ISPA-IU, Portugal.
- Centro de Estudos Territoriais (2004). *Relatório final de avaliação externa da 1ª geração do Programa Escolhas*. Lisboa: CET/ISCET.
- Centro de Estudos Territoriais (2007). *Relatório final de avaliação externa da 2ª geração do Programa Escolhas*. Lisboa: CET/ISCET.
- Centro de Estudos Territoriais (2010). *Relatório final de avaliação externa da 3ª geração do Programa Escolhas*. Lisboa: CET/ISCET.
- Centro de Estudos Territoriais (2013). *Relatório final de avaliação externa da 4ª geração do Programa Escolhas*. Lisboa: CET/ISCET.
- De Graaf, N. D., De Graaf, P. M., & Kraaykamp, G. (2000). Parental cultural capital and educational attainment in the Netherlands: A refinement of the cultural capital perspective. *Sociology of Education, 73*, 92-111.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2000). *Handbook of qualitative research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Illback, R. J., Zins, J. E., & Maher, C. A. (1999). Program planning and evaluation: Principles, procedures, and planned change. In C. R. Reynolds & T. B. Gutkin (Eds.). *The handbook of school psychology* (3th ed.) (pp. 907-932). New York: John Wiley & Sons.
- Menezes, I. (2007). *Intervenção comunitária: Uma perspectiva psicológica*. Porto: Livpsic/Legis Editora.
- Nastasi, B. K. (2009). Advances in qualitative research. In T. B. Gutkin & C. R. Reynolds (Eds.). *The handbook of school psychology* (4th ed.) (pp. 30-53). New York: John Wiley & Sons.
- National Research Council and Institute of Medicine. (2009). *Preventing Mental, Emotional, and Behavioral Disorders Among Young People: Progress and Possibilities*. Washington, DC: The National Academies Press.
- Kalmijn, M., & Kraaykamp, G. (1996). Race, cultural capital, and schooling: An analysis of trends in the United States. *Sociology of Education, 69*(1), 22-34.

- Machado, F. L., Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- Matos, M. G., Simões, C., Figueira, I., & Calado, P. (2012). Dez anos de Escolhas em Portugal: quatro gerações, uma oportunidade? *Psicologia, Saúde & Doenças*, 13 (2), 191-208.
- Menezes, I. (2007). *Intervenção comunitária: Uma perspectiva psicológica*. Porto: Livpsic/Legis Editora.
- Neto-Mendes, A., Costa, J. A., & Ventura, A. (2003). *Ranking de escolas em Portugal: Um estudo exploratório*. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 1(1). Consultado em <http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol1n1/NCV.pdf>
- Nogueira, C. M. M., & Nogueira, M. A. (2002). A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, 23(78), 15-36.
- OECD. (2011a). *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*. OECD Publishing. Consultado em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>
- OECD. (2011b). *How do some students overcome their socio-economic background? (PISA in Focus No. 5)*. Consultado em <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisa2009/48165173.pdf>
- Peixoto, F. J. B. (2003). *Autoestima, Autoconceito e Dinâmicas Relacionais em Contexto Escolar. Estudo das relações entre autoestima, autoconceito, rendimento académico e dinâmicas relacionais com a família e com os pares em alunos do 7º, 9º e 11º anos de escolaridade* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Portugal.
- Pereira, V. P. (2013). *Quatro Histórias de Vida*. CET/ISCET.
- Peterson, N., Peterson, C., Agre, L., Christens, B. & Morton, C. (2011). Measuring youth empowerment: validation of a Sociopolitical Control Scale for youth in an urban community context. *Journal of Community Psychology*, 39 (5), 592-605.
- Pinto, L. & Teles, F. (2009). *Ser capaz de adquirir competências – o Programa Escolhas na perspetiva das crianças e jovens*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2010a). *Manual do Formador – “Gestão do dinheiro”*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2010b). *Manual do Formando – “Para onde vai o dinheiro”*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2011). *365 Histórias de vida: 10 anos Programa Escolhas*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2012a). *Fazer escola com o Escolhas*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2012b). *Fazer escola com o Escolhas: Recursos Escolhas*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2013). *Relatório de Atividades*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2014). *Empreendedorismo Inclusivo – A experiência do Programa Escolhas*.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton University Press.

- Santos, P. J. & Maia, J. (2003). Análise fatorial confirmatória e validação preliminar de uma versão portuguesa da escala de autoestima de Rosenberg. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 253-268.
- Sousa, R., Sousa, E., Lemos, F., & Januário, C. (2002). Análise do sucesso e insucesso na UTL: Situação e perspectivas. In R. Sousa, E. Sousa, F. Lemos & C. Januário (Orgs.), *Pedagogia na universidade: Simpósio da UTL-2001* (pp. 173-180). Lisboa: UTL.
- Taveira, M. C. (2000). Sucesso no ensino superior: Uma questão de adaptação e de desenvolvimento vocacional. In J. Tavares e R. Santiago (Orgs.), *Ensino superior: (In)sucesso académico* (pp. 49-72). Porto: Porto Editora.

Legislação

- Despacho Normativo n.º 17/2012, *Diário da República*, 2ª série – n.º 158 – 16 de agosto de 2012.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, *Diário da República* N.º 7, Série I-B, 9 Janeiro 2001.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 Abril.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, de 26 de Junho.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009 de 23 de Julho.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012, *Diário da República*, I série – n.º 154 - 09 de agosto de 2012.

ANEXOS

Anexo 1. Listagem de Recursos Escolhas, segundo as temáticas

Orientação Vocacional e Percursos Integrados	Liga-te	O Liga-te consiste num programa de desenvolvimento de competências, cujo objetivo é a potencialização da inserção profissional e/ou formativa de jovens
	Manual de apoio à construção de projetos de vida	O manual tem como objetivos aumentar as capacidades técnicas e recursos das instituições, para o apoio à construção de projetos de vida de população jovem.
	Package “Faz-te à vida”	A metodologia desenvolve-se a partir de um plano/ esquema gráfico que contempla sete passos considerados fundamentais para a construção de projetos de vida.
Empreendedorismo e Participação Cívica	Bijuteria Criativa	Bijuteria recreativa
	Ready, Set, Go Associativismo Juvenil	Este recurso constitui uma ferramenta para jovens que pretendem criar uma Associação Juvenil, bem como para facilitadores/ técnicos que acompanham e dinamizam grupos de jovens com esse objetivo.
	Café Concerto	Pretende-se criar um espaço de lazer noturno que promova estilos de vida sem consumo de substâncias psicoativas na noite.
	Revestir Loja Solidária	O objetivo principal do recurso Revestir prende-se com a transformação da roupa em peças mais estilizadas e passível do consumo de toda a comunidade.
	Meg@produções	O Meg@produções é uma linha de produtos elaborados pelos jovens através do reaproveitamento de materiais
	ReciTelePc	O ReciTelePc visa capacitar e

		autonomizar os seus destinatários nas áreas das “TIC”, permitindo ao mesmo tempo o acesso a material informático, a baixo custo.
	Cidadania Ativa Manual de apoio à participação local	Este recurso procura dar resposta a uma lacuna de conhecimentos, competências e experiências específicas dos jovens no âmbito da participação, cidadania e democracia
	Orçamento participativo de crianças e jovens	OP jovens
	The Puppet's Amizade em movimento	Este recurso tem como objetivos: o incremento da autodeterminação e auto-representação de grupos sociais em desvantagem.
	Manual teórico-prático hortobairro	Pretende-se desenvolver uma ferramenta de animação comunitária e criar um circuito entre produtos da horta, produtos artesanais e loja solidária dinamizado pela comunidade.
Desenvolvimento de competências pessoais e sociais	Bola Social Futebol de rua	O principal objectivo do recurso Bola Social: Futebol de rua consiste em criar um suporte teórico-prático acerca da metodologia socio desportiva, nomeadamente do Futebol de Rua
	Jogo X	Pretende desenvolver cinco áreas centrais do ajustamento psicossocial das crianças, designadamente: comunicação, cooperação/grupo, resolução de problemas/gestão de conflitos, imagem corporal/identidade de género e afectos/ autoestima.
	Videoteca de Escolhas	O principal objetivo do Recurso Escolhas é o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.
	Agir para novos caminhos	Este manual pretende responder a necessidades dos técnicos no

		acesso a instrumentos de trabalho que lhes permita trabalhar as competências pessoais e sociais nos jovens entre os 12 aos 18 anos.
	TASSE com DIREITOS	O TASSE com DIREITOS é um jogo que visa a construção, por equipas, da Cidade dos Direitos.
	Trata a sexualidade por tu	O recurso desenvolvido pelo projeto Bom Sucesso de Olhão, objetiva facilitar uma intervenção na promoção de comportamentos saudáveis face à sexualidade junto da comunidade juvenil.
	Criar-te	Este recurso pretende apresentar uma estratégia inovadora de intervenção baseada na educação não formal que promova o desenvolvimento de competências pessoais e sociais nas crianças e jovens a partir do seu envolvimento em atividades de cariz artístico.
Inovação pedagógica	Escola Positiv@	O recurso Escolhas do projeto Escola Positiv@, procura constituir-se numa metodologia complementar de resposta às dificuldades de interiorização, integração e/ou adaptação aos currículos escolares - concretamente ao nível do português - evidenciadas e/ou sentidas por crianças do 1º Ciclo
	Maleta Pedagógica de Educação Aeroespacial	O recurso Educação Aeroespacial pretende responder à falta de motivação, ausência de hábitos de trabalho e de competências para trabalhar em grupo e desvalorização por parte dos jovens relativamente às matérias curriculares.
	Animação de recreios escolares	São três os objetivos principais

		deste recurso: diminuir a violência em contexto de recreio escolar; desenvolver e potenciar a criatividade das crianças e jovens para a criação e execução das próprias brincadeiras; promover, através das dinâmicas grupais, competências pessoais e sociais que facilitem as relações interpessoais.
	Maleta Pedagógica de Jogos Matemáticos	O recurso Maleta Pedagógica de Jogos Matemáticos, desenvolvido pelo projecto Incluir, de Vieira do Minho, pretende responder à problemática do insucesso escolar, associado à desmotivação e desinteresse pela escola, nomeadamente no que se refere à de Matemática.
	Staff Mediadores de pares	Este recurso pretende sistematizar a prática da experiência de mediação de pares na escola e indicar algumas estratégias de acompanhamento e formação de alunos mediadores de pares
	Comunic'arte	O Comunic'Arte tem como objetivo reduzir a incidência das dificuldades de aprendizagem associadas a problemas de comunicação (linguagem expressiva e compreensiva, voz, fala, postura corporal e expressão não-verbal)
	Biblioteca Andarilha	A Biblioteca Móvel pretende desenvolver competências de leitura a partir de estratégias pedagógicas ativas que implicam a participação dos participantes na sua gestão e organização.
	Programa Contas Comigo: Matemática em ação	O recurso tem como objetivos principais: despertar o interesse das crianças do 1º ciclo pela

		disciplina da matemática.
Interculturalidade	Mãcheia de chaborrilhos	Mãcheia de Chaborrilhos é um manual que inclui ferramentas e sugestões para trabalhar a educação para a interculturalidade no 1º ciclo do Ensino Básico em escolas onde existam crianças ciganas e não ciganas.
	O bairro É	Recurso O Bairro É um manual de apoio à criação de um percurso histórico, étnico e ou cultural em comunidades locais, onde os participantes do percurso são levados a conhecer os recursos existentes, as pessoas que lá residem e a identidade dos lugares.
	Teatro Ibisco	Os principais objetivos deste recurso são ocupar os jovens, dar formação nas diferentes áreas do teatro e promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a aproximação dos diferentes territórios.
	Futebol de Inclusão Social	Este recurso surge da necessidade de se criar respostas que promovam a ocupação salutar de tempos livres de crianças e jovens de um bairro social, a par com a promoção de hábitos de vida saudável.
	Sarilhos do Amarelo Um Amarelo de Todas as Cores	“Um Amarelo de Todas as Cores” tem como objectivos principais o aumento das competências pessoais, sociais e de aprendizagem das crianças e jovens envolvidos.

Outros recursos:

- Fazer Escolha com o Escolhas (Calado, 2012)
- Quatro Histórias de Vida (Pereira, 2013)
- 365 Histórias de vida: 10 anos Programa Escolhas (Programa Escolhas)
- Manual do Empreendedorismo Inclusivo – A experiência do Programa Escolhas
- Programa Escolhas (2014). *Empreendedorismo Inclusivo – a experiência do Programa*

Escolhas. Lisboa: Programa Escolhas.

- Manual do Formador – “Gestão do dinheiro”
- Programa Escolhas (2010). *Manual do formador – gestão do dinheiro*. Lisboa:

Programa Escolhas.

- Manual do Formando – “Para onde vai o dinheiro”
- Programa Escolhas (2010). *Manual do formando – para onde vai o dinheiro*. Lisboa:

Programa Escolhas.

Anexo 2. Listagem das respostas dadas pelos jovens sobre o que querem fazer no futuro (as respostas são registadas *ipsis verbis*, pelo que se transcrevem com erros ortográficos)

Objetivos dos jovens para o futuro

acabar a escola e jogador de futebol

Acabar a escola e trabalhar.

Acabar a escolaridade obrigatoria e tirar um curso de computadores

acabar de estudar e arranjar um bom emprego

Acabar o 12º ano e seguir artes

acabar o 12ºano

Acabar o curso profissional de turismo e arranjar um emprego para poder pagar a faculdade.

acabar os estudos e tentar ser o melhor jogador de futebol do mundo.

Acabar os estudos e ter um bom emprego

Acabar os estudos e ter um bom emprego.

Acabar os estudos e ter um emprego.

Acabar os meus estudos e ter um bom emprego.

Ainda não sei

ajudar a minha família se tiver a univercidade

ajudar os outro

Aprender melhor o português, continuar a trabalhar como tradutora para poder pagar a universidade e ser diplomata.

Arranjar emprego e viajar

Arranjar marido e ter filhos

Arranjar um emprego melhor

Concluir o curso de tecnico comercial

Concluir o o curso de Direito, entrar para a Ordem dos Advogados, exercer durante algum tempo, eventualmente ser juiz, casar, ter filhos e ajudar a minha família e comunidade. Ajudar o projeto a continuar a combater o racismo.

Conseguir um emprego que goste de fazer

Construir uma carreira no mundo da dança.

creser

Curso de Ginastica

De momento não estou a ver nenhum

e arranjar um bom trabalho

é estudar e ser futebolista

entrar na faculdade

Especializar-me na área de teatro, frequentando um curso superior.

estudar

estudar emprender

Estudar e ir para Suiça trabalhar se aqui não houver emprego.

Estudar e ser alguem na vida para ganhar dinheiro para a minha mulher e os meus filhos se deus quiser

estudar jogar futebol e casar com uma rapariga bonita
estudar para se veterinaria de animais
Estudar para ser médica
Estudar ter um bom trabalho para ter uma família e poder a sustentar.
Eu quero ser jogador de futebol.
ficar adulto e trabalhar
futebolista
Frequentar o ensino superior
futebolista
Futebolista
futebolista
Gosta de ter acabar os estudos e arranjar um trabalho.
gostaria de ser artista plástico e construir um instituto para crianças
Gostava de abrir o meu restaurante com a minha namorada
Gostava de acabar a escola e seguir para a faculdade e tirar um curso de advogado
Gostava de acabar o 9 ano e seguir para ciências e tecnologias
gostava de ir até ao ensino superior e tentar ser uma psicóloga, para ajudar os alunos ou as crianças.
Gostava de jogar do Benfica
Gostava de ser como o Cristiano Ronaldo
Gostava de ser jogador de futebol
Gostava de ser jogador de futebol.
Gostava de ser mãe e ter uma casa grande.
Gostava de ser modelo
Gostava de ser motorrista de camioes
Gostava de ser veterinária.
gostava de ter uma família de quem cuidar e trabalhar
Gostava e ter o meu grupo de dança e sermos muito conhecidas e atuarmos em muitas festas
gostava ser modelo ou bailarina ou então professora
Ir até ao 12º ano
ir para a tropa ou ser boxista profissional
Ir para a faculdade e no final ter um emprego.
Ir para a faculdade para me poder dar uma vida melhor e ter um bom emprego.
Ir para a faculdade.
Ir para faculdade tirar um curso superior que me permita ter um bom emprego.
Ir viver com a minha mãe biológica.
Ir viver para perto dos meus pais e ter um trabalho e uma casa gigantesca.
jagador
Jogar futebol
Licenciar-me, construir família
Militar
Não sei
Não tenho objetivos nenhuns
Não ter de voltar a emigrar
nenhum
No futuro quero seguir as pisadas da professora Irene.

No meu futuro espero ser uma guia turística de muito sucesso.
O meu objetivo para o futuro é estudar até ao 12ºano e ter emprego para me sustentar.
o meu objectivo é concluir o estágio e ensino secundario
o meu objectivo e tirar curso de cozinheiro e ser alguém na vida
O MEU OBJECTIVO NO FUTURO É SER FUTEBOLISTA
O meu objectivo para o futuro é arranjar um bom emprego e ter uma vida razoável.
O meu objectivo para o futuro é ser Arquitecto.
o meu objetivo para o futuro é estudar para o futuro ser médica.
Objectivos para o futuro, ser empresária ter os meus próprios empreendimentos, e uma boa dona de casa.
Objetivos, ter meus próprios empreendimentos e ser uma boa dona de casa.
Os meus objectivos para o futuro são arranjar trabalho
os meus objectivos são trabalhar e ajudar a minha mãe e o meu padrasto
Os meus objetivos de futuro são terminar o 12ºano em artes ou cozinha e ser bem sucedida na vida com um bom trabalho, casa e algo bem orientado.
Os meus objetivos para o futuro é construir uma família e arranjar emprego estável.
Os meus objetivos para o futuro é ser alguém na vida .
Os meus objetivos para o futuro é terminar os meus estudos, ter a minha própria casa e o meu próprio carro, trabalhar no mundo da moda, da dança, teatro, música, gastronomia, artesanato ter as minhas próprias empresas, centros comunitários, e ofanato quero que os meus projetos sejam bem sucedidos no mercado é tudo.
Os meus objetivos para o futuro é: ser cabeleireira, ter 2 filhos. Passar de ano, ser muito esperta na escola. e ser boa aluno
Os meus objetivos para o futuro são: terminar o 12ºano e depois prosseguir os estudos na área das artes.
os meus objetivos para o futuro é ter a minha própria casa e terminar os meus estudos e ter filhos
Ospedeira de bordo
passar de ano e continuar a estudar
penso chegar até ao 12ºano
Quer ser veterinária.
querer mudar o mundo ter um emprego decente e dois filhos
querer mudar o mundo ter um emprego descente e dois filhos
Queria conseguir ser coordenadora de um projecto.
Quero abrir o meu centro de estética e aplicação de unhas de gel.
Quero abrir uma empresa e ser pediatra
Quero construir uma família e ter um emprego fixo.
quero estudar até ao curso superior quero ser pediatra e quero ter uma familia
quero estudar e ser jogador de futebol
quero estudar para ser cabeleireira
Quero ir para a Broadway e ser uma bailarina conhecida mundialmente.
Quero ir para a faculdade.
Quero realizar o meu sonho de ser cantora.
quero se satronalta
Quero seguir desporto.
Quero ser atleta de alta competição.
Quero ser cantor!
quero ser dançarina e sonhava ser bombeira

Quero ser futebolista profissional.
quero ser futebolista.
Quero ser guarda-redes profissional e abrir um restaurante.
QUERO SER JOGADOR DE FUTEBOL SE FOR POSSIVEL
Quero ser lutador profissional de MMA.
Quero ser mecanico
Quero ser modelo e bailarina.
Quero ser modelo ou atriz.
quero ser professora de dança
Quero ser professora.
Quero ser rico.
Quero ser técnico de informática.
Quero ser veterinária
Quero ter um curso superior de veterinária , quero ser mãe de família viver com os meus pais , e trabalhar muito , ter 3 ou 2 filhos ter pelo menos um filho e duas filhas .
Quero ter um emprego fixo e construir uma família.
SE não puder ser futebolista, quero tirar curso de cozinheiro
Secretariado
Seguir no Futebol Profissional e arranjar trabalho na minha área.
Ser actor o ter a minha própria empresa
Ser advogada/pasteleira.
Ser bem sucedido na escola e transitar todos os anos; ter um bom trabalho.
Ser cabeleireira ou cantora
ser cabeleireira,atriz e cantora
Ser campeã de atletismo a nível mundial.
ser chulo
ser engenheiro
Ser feliz e ter saúde.
Ser feliz, queria ser rico
ser fotobulistaq
ser futbulista
ser futebolista
ser futebolista
ser futebolista
ser futebolista
ser futebolista
ser futebolista e se nao der cozinheiro
ser futebolista ou ser jogador debasquetebol
ser futebolista profissional
Ser futebolista profissional.
ser guarda prisional e ser rico
SER jogador de futebol
Ser jogador de futebol ou de futsal
ser jogador de futsal.
ser jogadora de tenis, ser atora, pintora
ser jornalista e trazer muito orgulho aos meus pais e ter uma boa vida!

ser jogador de futebol
Ser mãe e ser feliz.
Ser médica
ser medica ou hospedeira de bordo
Ser médico
ser modelo
ser modelo;cozinheira;fotografa
Ser muito feliz, poder ajudar a minha família e ter uma profissão de sucesso.
Ser o próximo Cristiano Ronaldo e ser como o meu irmão.
ser pai.
Ser pasteleira
Ser pintor como o meu pai
Ser pintor de casa como o meu pai
Ser professor de educação física
ser psicolga, ter 2 filhos e um marido.
ser rico e ser o melhor do mundo a jogar futebol
Ser técnico de informática como o professor Teodoro.
Ser um Advogado
Ser um bom jogado de futebol:
Ser veterinária.
stripear
tecnico de informatica
Ter emprego, prosseguir estudos
Ter meus próprios empreendimentos, e ser uma boa dona de casa
ter o meu trabalho de sonho (vetrenaria)
ter o meu trabalho de sonho (vetrenária)
Ter um a família unida, estável, e ser feliz.
ter um bom emprego , e ser um orgulho para a minha familia
ter um emprego com futuro e ser feliz.
ter um emprego e alimentar a minha família ...
ter um emprego e construir uma família
Ter um emprego fixo e lucrativo para poder ajudar os meus pais e outras pessoas próximas que necessitam. Construir uma família unida e ser feliz.
Ter uma boa profissão
ter uma carreira de sucesso e ser exemplo de sucesso para as mulheres negras como a Beyonce
Ter uma média de 18 para ir para o curso de medicina.
Ter uma vida boa.
Ter uma vida diferente da minha mãe, comercial/vendedor
Ter uma vida melhor
Ter uma vida normal
terminar o 12º ano e arranjar trabalho
Terminar o 12º e trabalhar.
Terminar o curso de cozinha e ser cozinheira.
Terminar o curso vocacional.
Terminar o meu ensino, tornar-me advogada.

Terminar os meus estudos e ter um bom emprego.

Tirar curso na área da comunicação

tirar o curso de mecânica e ter a minha própria oficina

Tirar um curso

tirar um curso de cozinheiro ou ir para a faculdade tirar um curso de direito.

Tirar um curso superior de teatro e ajudar a minha família.

trabajar

TRABALHAR

Trabalhar

trabalhar

trabalhar e estudar até a faculdade

trabalhar muito para manter a comida sempre na mesa

trabalhar na hotelaria

Trabalhar nos escolhas.

Trabalhar para sustentar os meus filhos

trabalhar, e ajudar a minha mãe e o padrasto?

Trabalhar,ter filhos,ter marido e muitas outras coisas

tudo o que sirva para mim tudo bem .

um carro e uma casa

Um dos meus objectivos para o futuro é especializar-me em musica.

veterinaria

vou para Évora para ao pé do meu pai e vou estudar la.E depois nas ferias de verão vou trabalhar para dar dinheiro a a minha mãe para ela pagar a renda da casa e para comprar comida e roupa mas o trabalho e só para Junho Julho e Agosto.

Anexo 3. Exemplos de Iniciativas nacionais globais – Programa Escolhas

2007

- Torneio de Futsal 24 Horas NonStop
- “Escolhe: Escotismo para Todos”
- CD “9 Bairros, Novos Sons”
- Concurso “Dias de Imagens”
- Escolhas de Portas Abertas
- Festa de Natal Escolhas 2007

2008

- Workshops da Páscoa
 - Zona Norte
 - Zona Centro
 - Zona Sul e Ilhas
- Oficina de Teatro
- Mar das Nações
- Muda o Bairro
- Escolhas de Portas Abertas 2008
- Festa de Natal 2008

2009

- Workshops da Páscoa
 - Zona Norte
 - Zona Centro
 - Zona Sul e Ilhas
- Acampamento Escolhas de Verão
- I Encontro Escolinhas de Rugby
- Campanha “A violência é um ciclo”
- Tubo ou Nada

2010

- Navio Escolhas
- Escolhas de Portas Abertas
- EVA
- Festa de Natal
- Prémios de Desempenho Escolar
- Concurso Talentos Musicais
- Tubo ou Nada
- Muda o Bairro II

2011

- Comemorações “10 Anos do Programa Escolhas”
 - “Todos ao estádio”
 - III Conferência Internacional Pensar & Agir
 - Aldeia Escolhas
 - CD “A Nossa Voz”
 - Publicação “365 Histórias de Vida”
- Outros eventos
 - Muda o Bairro II Edição

2012

- Liga Escolhas
- Da Rua Para o Palco
- Casting GLAM/ESCOLHAS
- Outras iniciativas
 - Gravação do videoclip “A Vida é feita de Escolhas”

2013

- Liga Escolhas
- Escolhas de Portas Abertas
- Comboio Escolhas
- Casting Glam/Escolhas
- Campanha Boas Notas
- Concurso anual de ideias para jovens Mudar: muda o teu mundo
- Assembleia de Jovens Escolhas
- GALA Escolhas by GLAM Models
- Bolsas de estudo U CAN

2014

- Liga Escolhas
- Concurso “A nossa Voz”
- Concurso anual de ideias para jovens Mudar: muda o teu mundo
- Assembleia de Jovens Escolhas
- Bolsas de estudo U CAN
- GALA Escolhas

Promovido por:



Financiado por:



Cofinanciado por:

